



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar

CORPO MANIFESTO DAS PSICÓLOGAS: ATIVISMO FEMINISTA E CONTEXTO

POLÍTICO NA CONSTITUIÇÃO DA NARRATIVA

Andressa Queiroz Fernandes

Brasília, abril de 2022



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar

**CORPO MANIFESTO DAS PSICÓLOGAS: ATIVISMO FEMINISTA E CONTEXTO
POLÍTICO NA CONSTITUIÇÃO DA NARRATIVA**

Andressa Queiroz Fernandes

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de Brasília como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre
em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar.

ORIENTADORA: Prof.^a DR.^a FABRÍCIA TEIXEIRA BORGES

Brasília, abril de 2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

FF363c Fernandes, Andressa Queiroz
 Corpo Manifesto das psicólogas: ativismo feminista e
 contexto político na constituição da narrativa / Andressa
 Queiroz Fernandes; orientador Fabrícia Teixeira Borges . --
 Brasília, 2022.
 175 p.

 Dissertação (Mestrado - Mestrado em Psicologia do
 Desenvolvimento e Escolar) -- Universidade de Brasília, 2022.

 1. Feminismo. 2. Psicologia Cultural e Psicologia Sócio
 Histórica. 3. Gênero. 4. Contexto Político. 5. Narrativa. I.
 Borges , Fabrícia Teixeira, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Fabrícia Teixeira Borges – Presidente
Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Lívia de Melo Barros – Membro Externo
Universidade Tiradentes

Prof.^a Dr.^a Maria Inês Gandolfo Conceição – Membro Interno
Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Regina Lúcia Sucupira Pedroza – Membro Suplente
Universidade de Brasília

Brasília, abril de 2022

Ao meu amado pai.

AGRADECIMENTOS

Desde que passei no processo seletivo do mestrado, havia, em meu imaginário, a vontade de compor os agradecimentos. Era apenas o primeiro dia desta caminhada, mas eu sabia o quanto havia sido percorrido até a minha chegada na aprovação. Nunca alcancei nada sozinha e com certeza não seria, e não foi, assim no mestrado. Gosto disso, pois acredito fielmente na coletividade e nos encontros que a vida nos proporciona. Sou porque nós somos.

Talvez por pensar neste momento desde o início de minha jornada foi que me deparei com a composição do meu agradecimento no último dia de escrita da dissertação. Eu acredito no que foi feito, na pesquisa realizada e na potência que ela tem. Por isso, agradeço primeiramente à vida e ao seu grande mistério de me colocar frente à essa temática. Eu creio e em tudo dou graças.

Estar na UnB é um sonho que cultivo em mim por anos. Agradeço a essa universidade por me acolher e pelo PGPDE por tanto ensinamento. Em tempos em que a educação sofre um maléfico desmonte, estar nesta universidade e produzir a pesquisa neste programa é um acalento a alma e um grito de resistência.

Dos planejamentos que foram feitos e refeitos, dos apertos e alegrias, agradeço à minha maravilhosa mãe Helenice Queiroz. Ela, que é porto seguro, me acolheu e caminhou juntamente comigo. A minha maior inspiração, meu irmão André Fernandes, agradeço por tanto apoio e carinho. Ao meu incrível pai, Niromar Fernandes (*in memoriam*), que deixou em mim a curiosidade pelo mundo e a vontade de aprender, além da maior saudade. Vocês são, definitivamente, tudo!

Agradeço à minha querida orientadora, Professora Doutora Fabrícia Borges, pela generosidade, respeito e maestria impecável.

Muitos amigos estiveram presentes e para todos eles eu deixo meu agradecimento. Obrigada por se interessarem pela pesquisa e pela gentileza em todos os momentos que fui absolutamente monotemática.

Em especial, agradeço a: Rayssa Sereno, Rodrigo Arthuso, Cristina Loyolla, Ludmila Bravim, Erika Lisboa, Pedro Batista, Roberta Queiroz, Juliana Telles, Priscila Minervino, Ligia Teixeira, Camila Nakatani, Mauricio Carvalho, Matheus Macena, Regina Jordely, Angela Guimares, Felipe Marinho, Naiane Comparim, Thainan Aragão, Enzo Pacelli, Cátia Candido, Lady Daiana, Larissa Queiroz, Aline Machado, Natália Souto e Marcela Di Santo.

Agradeço às participantes por aceitarem e partilharem suas histórias.

Espero que meu caminhar continue, tenho sonhos que me movem. Do mestrado, levo a coragem em permanecer. Muito poderia ter me impedido e, por todos que estiveram comigo, eu continuei. E a todos vocês, minha gigantesca gratidão!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a constituição da narrativa de psicólogas clínicas acerca de suas percepções sobre o ativismo feminista, o exercício da profissão e o contexto político. A análise foi desenvolvida sobre os pressupostos dos estudos desenvolvidos por Bakhtin e seu Círculo. O delineamento teórico se refere à Psicologia Cultural e a Sócio-Histórica e aos estudos contemporâneos a respeito do feminismo. A pesquisa é de caráter qualitativo, com uso de entrevistas narrativas e grupo focal mediado pelo uso do documentário *Corpo Manifesto* (2016). Os resultados apontam para as formas como as psicólogas se percebem no cenário da psicologia e a maneira como o exercício da psicologia clínica é atravessada por questões políticas, históricas e sociais. Acreditamos que este estudo possa contribuir para as discussões que envolvam o feminino dentro do exercício da psicologia, nas diferentes esferas do conhecimento, na valorização da produção científica produzida por mulheres e na construção da Psicologia como possibilidade de questionar e combater discursos hegemônicos.

Palavras-chave: Feminismo, Psicologia Cultural, Psicologia Sócio-Histórica, Gênero, Contexto Político, Narrativa.

ABSTRACT

This research intends to analyze the constitution of the narrative of clinical psychologists on their perceptions about the feminist activism, the exercise of the profession and the political context. The analysis was developed on the assumptions of the studies developed by Bakhtin and his Circle. The theoretical outline refers to Cultural and Socio-Historical Psychology and to the contemporary studies on feminism. The research is qualitative, using narrative interviews and a focus group mediated by the use of the documentary *Corpo Manifesto* (2016). The results point to the ways in which psychologists perceive themselves in the psychology scenario and the way in which the practice of clinical psychology is crossed by political, historical and social issues. We believe that this study can contribute to the discussions that involve the feminine within the exercise of psychology, in the different spheres of knowledge, in the appreciation of the scientific production made by women and in the construction of Psychology as a possibility to question and combat hegemonic discourses.

Keywords: Feminism, Cultural Psychology, Socio-Historical Psychology, Gender, Political Context, Narrative.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vii
ABSTRACT.....	viii
SUMÁRIO	ix
LISTA DE FIGURAS	xi
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
CAPÍTULO 1 - REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.....	9
1.1 Maternidade e Gênero	13
1.2 Violência e Gênero.....	16
1.3 Diversidade e Gênero	18
1.4 Política e Gênero	22
1.5 Considerações sobre os presentes trabalhos.....	26
CAPÍTULO 2 - DESENVOLVIMENTO TEÓRICO.....	30
2.1 Desenvolvimento Humano na perspectiva da Psicologia Cultural e Sócio-Histórica ...	30
2.2 A luta feminista – panorama histórico	36
2.2.1 Primeira Onda do feminismo.....	36
2.2.2 Segunda Onda do movimento feminista.....	38
2.2.3 Terceira Onda do movimento feminista	42
2.2.4 Quarta Onda do movimento feminista.....	44
2.2.5 Considerações sobre o histórico do movimento feminista	46
2.3 Conceitos de Bakhtin em <i>Corpo Manifesto</i>	49
2.4 Política e o contexto político	53
PARTE II – PESQUISA EMPÍRICA	57
CAPÍTULO 3 - MÉTODO	58
3.1 Contexto de pesquisa.....	58
3.1.1 Participantes.....	59
3.1.2 Instrumentos	59
3.1.3 <i>Corpo Manifesto</i>	59
3.1.4 Aspectos éticos	60
3.2 Procedimentos para construção das informações.....	61
3.3 Análise das informações produzidas na pesquisa	63

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E ANÁLISES.....	67
4.1 Participante 1.....	68
4.2 Participante 2.....	69
4.3 Participante 3.....	70
4.4 Participante 4.....	72
4.5 Participante 5.....	73
4.6 Participante 6.....	74
4.7 Participante 7.....	75
4.8 Participante 8.....	76
4.9 Participante 9.....	77
4.10 Grupo 1.....	77
4.11 Grupo 2.....	110
CAPÍTULO 5 - DISCUSSÃO	141
CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E IMPLICAÇÕES DO ESTUDO.....	148
REFERÊNCIAS.....	152
ANEXO 1 – APROVAÇÃO DO PROJETO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	161
ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	162

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Publicidade de divulgação do documentário Corpo Manifesto</i>	60
Figura 2 - <i>Cartolina com a montagem do Mapa Semiótico do grupo</i>	65
Figura 3 - <i>Cartolina com a montagem do Mapa Semiótico do grupo 2</i>	66
Figura 4 - <i>Mapa Semiótico do grupo 1</i>	80
Figura 5 - <i>Mapa Semiótico do grupo 1 – apresentação dos temas</i>	81
Figura 6 - <i>Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema feminino</i>	82
Figura 7 - <i>Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema gênero</i>	85
Figura 8 - <i>Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema corpo</i>	88
Figura 9 - <i>Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema gerações</i>	91
Figura 10 - <i>Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema feminismo</i>	95
Figura 11 - <i>Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema machismo</i>	98
Figura 12 - <i>Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema teoria em psicologia</i>	101
Figura 13 - <i>Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema psicologia no consultório</i>	106
Figura 14 - <i>Mapa Semiótico do grupo 2</i>	112
Figura 15 - <i>Mapa Semiótico do grupo 2 – apresentação dos temas</i>	113
Figura 16 - <i>Recorte do Mapa Semiótico do grupo 2 – tema envelhecimento</i>	114
Figura 17 - <i>Recorte do Mapa Semiótico do grupo 2 – tema sexualização</i>	119
Figura 18 - <i>Recorte do Mapa Semiótico do grupo 2 – tema raça</i>	123
Figura 19 - <i>Recorte do Mapa Semiótico do grupo 2 – tema maternidade</i>	127
Figura 20 - <i>Recorte do Mapa Semiótico do grupo 2 – tema patriarcado</i>	130
Figura 21 - <i>Recorte do Mapa Semiótico do grupo 2 – tema liberdade</i>	133
Figura 22 - <i>Recorte do Mapa Semiótico do grupo 2 – tema psicologia</i>	136

INTRODUÇÃO

A problematização do conceito de gênero vincula-se ao lugar político em que as pessoas ocupam e suas relações (Firmino & Porchat, 2017; Hirata, 2018). A política e o fazer política imprime uma constituição identitária única que representa as pessoas, legitimando, dessa forma, a política proposta dentro do contexto social e histórico em que faz parte (Butler, 2003). Assim, compreendemos que as formas como gênero é entendido pode estabelecer as direções com que as pessoas se relacionam e ocupam os espaços políticos.

O papel da mulher, no decorrer do histórico da Psicologia, enquanto ciência, perpassa o entendimento sobre gênero, tanto na valorização de suas ações quanto no espaço de reconhecimento. De acordo com Saldanha e Nardi (2016), histórica e culturalmente, a figura feminina teve seu espaço de representatividade limitado. Essa situação começa a ser modificada junto com a segunda onda do movimento feminista, na metade do século XX, em que as mulheres já ocupando as universidades passam academicamente direcionarem seus objetos de pesquisa em si mesmas.

No Brasil, delinear a história da mulher e os desafios de ser mulher é importante para que a produção psicológica seja feita de maneira comprometida em analisar e não manter os estereótipos de gênero. Nessa lógica, é fundamental que os estudos em Psicologia contemplem a o movimento feminista como a possibilidade de construir um discurso não normativo e hegemônico (Timm, Pereira & Gontijo, 2011; Saldanha e Nardi, 2016).

Santos, Carvalho, Amaral, Borges e Mayorga (2016), ao analisarem os estudos de gênero e os estudos feministas, avaliam uma crescente produção acadêmica, colaborando de forma significativa na consolidação de um campo de pesquisa fundamentado nestas duas esferas: gênero e feminismo. A plasticidade do termo gênero e as mudanças constantes que tal conceito vem sendo apresentado e experienciado nas produções acadêmicas. Esse termo vem se modificando, entendido primeiramente apenas como uma variável de distinção de sexo e

divisão de papéis sexuais e, atualmente, abordado contemplando as relações de poder e performatividade (Foucault, 1997; Butler, 2014; Saldanha & Nardi, 2016).

A performatividade é compreendida como um panorama que se configura entre os aspectos sociais e políticos. O corpo, considerando as relações de poder e a maneira performática, atravessa os estudos sobre feminismo e política. Esse corpo passa a ser valorizado e entendido como um importante elemento no discurso e na condição da linguagem (Butler, 2003; Ahmed, 2006; Graça, 2016).

Considerar a relação entre a Psicologia e política no Brasil, para Hur e Sabucedo (2018), é explorar um cenário controverso e problemático. Nessa configuração, apresenta-se uma separação entre o que está relacionado às questões da prática científica e outra que se conecta à conceituação do que é e de como pode ser entendido os fenômenos ideológicos e políticos.

Para conceituar política, usaremos a definição de Arendt (2018) em que a política se baseia na pluralidade entre as pessoas. Compreendemos, então, que o sentido de política é a liberdade (Moreira, 2019), na qual a esfera da pluralidade é estabelecida ou revelada por intermédio de ações. As ações políticas são feitas entre as pessoas e as coisas – matéria – na condição de humanos (Rodrigues, Morganti & Silva, 2020). Nesse sentido, a contextualização do momento político no Brasil, considerando também o histórico da democracia brasileira e as eleições de 2018, é o contexto político que será abordado nesta pesquisa.

Consideramos o entendimento sobre gênero (Butler, 2003; Graça, 2016) como uma possibilidade de desenvolver os estudos psicológicos de maneira a impulsionar mudanças e questionamentos sobre o discurso normatizador, presente no histórico da Psicologia no Brasil (Timm, Pereira & Gontijo, 2011). Retratar a característica da categoria de psicólogos no Brasil é uma oportunidade para relacionar os aspectos de gênero e o ativismo feminista.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo, publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) no ano de 2005, é a síntese dos elementos norteadores para o exercício da

profissão no país. A construção desse código está em concordância com dois marcos históricos que subsidiam a sua existência. O primeiro é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e o segundo está conectado com a conquista da democracia no Brasil, a Constituição Federal de 1988.

A perspectiva legal da ação do psicólogo, de acordo com o próprio Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), é de exercer a profissão com o intuito de ampliar o entendimento das pessoas sobre suas ações no espaço social e colaborar com a cidadania. Dessa forma, desenvolve-se também um repertório de práticas que possam contemplar a complexidade das relações humanas e das demandas sociais.

Defender as pessoas e o exercício de seus direitos compõe a arquitetura dos princípios fundamentais, fornecendo, assim, a possibilidade de desenvolver, de maneira crítica e comprometida, a ação psicológica. Destacamos um dos objetivos expostos no próprio código: a intenção de ter o comprometimento como um instrumento de reflexão da categoria.

O Conselho Federal de Psicologia, no ano de 2013, formulou um estudo com o propósito de conhecer e explorar as características da categoria no Brasil e, dessa forma, contemplar a construção da profissão no país. De acordo com o estudo *Quem é a psicóloga brasileira?* (CFP, 2013), 88% dos profissionais que exercem a psicologia no país são mulheres. O intuito, de acordo com a apresentação do estudo na versão publicada do livro, foi conhecer a realidade das mulheres da profissão e, por intermédio desse conhecimento, abordar os componentes presentes na experiência de ser psicóloga no Brasil.

Contemplando o histórico da profissão e o seu exercício, a configuração profissional composta pela maioria de mulheres é um ponto importante. De acordo com a pesquisa citada acima, reunir as particularidades do exercício da psicologia é destacar as políticas da profissão e as políticas de gênero na construção do exercer a profissão e da percepção de si mesmas enquanto psicólogas. O panorama criado no estudo acima é interessante por organizar, dentro

de um espectro amplo de pesquisa que considera as cinco primeiras décadas da regulamentação no Brasil, as características das psicólogas e as questões sociais que criam o cenário do exercício da profissão. Existe o interesse de discutir as questões vinculadas ao protagonismo feminino, a inserção no mercado de trabalho e a luta pela igualdade de gênero no país.

Considerando essa proposta e identificando o espaço de reflexão potencializado por intermédio do estudo proposto pelo Conselho Federal de Psicologia, é possível destacar duas questões em relação à (1) caracterização dos profissionais, (2) ao cenário político e social atual do país e (3) às diretrizes norteadoras das práticas psicológicas; são elas: como que as psicólogas se posicionam em relação aos pontos gênero e política dentro de suas ações ao exercerem a profissão?

Nesse quesito, torna-se necessário trazer os aspectos vinculados ao posicionamento político do profissional de psicologia na ótica do Código de Ética do Profissional (2005). Assim, é apresentado como uma possibilidade de conduzir uma ação voltada para uma constante reflexão sobre o posicionamento profissional, atribuindo à prática a responsabilidade social e a realidade política, econômica, social e cultural.

Seguindo essa lógica, é vetado ao profissional que exerce a psicologia induzir convicções políticas, filosóficas, ideológicas, religiosas e de orientação sexual, além de qualquer ação baseada em pressupostos preconceituosos. Ao relacionar um dos pontos estruturantes do Código de Ética Profissional apresentado com a preservação dos direitos fundamentais das pessoas, surge uma questão: será que, ao não se posicionar, o psicólogo pode acabar gerando uma esfera oposta e extrema de neutralidade em suas ações?

Tal pergunta recebe destaque quando associamos o momento político atual no Brasil e a constante necessidade do olhar dos profissionais de psicologia na construção de novos discursos que não sejam hegemônicos e que busquem a normatividade. Nesse sentido, a neutralidade seria uma possível faceta apresentada pela categoria. O intuito dessa colocação

está em ampliar o entendimento sobre o fazer psicológico e o impacto que o cenário atual pode configurar nas maneiras de interpretação do próprio Código.

Desse modo e considerando a necessidade de um suporte teórico e epistemológico, tendo como ponto de partida a complexidade do contexto sociocultural e a relação como as pessoas podem entender e se posicionar no mundo, foi escolhido a Psicologia Cultural (Bakhtin, 2016; Valsiner, 2016, Voloshinov, 2017) e a Psicologia Sócio-Histórica (Vigotski, 2001; Leontiev, 1978) para ser o suporte teórico desta pesquisa. Tal escolha está diretamente conectada com o entendimento de que a cultura é um elemento determinante nas ações e entendimentos, ou seja, os processos culturais adquirem destaque no entendimento das ações das pessoas e ao psiquismo (Pizzinato, 2010; Zittoun & Gillespie, 2015).

O sujeito histórico-cultural surge em diferentes espaços sociais e é gerador de processos simbólicos-emocionais (Martins, 2015). A partir desse pressuposto, é possível considerar que as pessoas não só estão situadas dentro dos espaços correlacionado à história e à cultura, como também criam e promovem percepções simbólica e emocionais a partir de suas vivências.

Considerando que, para compreender a complexidade dos sujeitos e as diversas formas que podem interagir entre si, é importante contemplar as diferentes maneiras de como eles podem vir a se constituir em seu contexto sociocultural. A sociedade é edificada por pessoas, por suas interações e inter-relações sociais. As pessoas se estabelecem em um sistema cultural previamente formado, sendo agentes ativos dentro da complexidade cultural na qual estão inseridos, articulando a relação complexa entre os aspetos coletivos e os aspectos individuais (Pino, 2005; Zittoun & Gillespie, 2015).

Para a Psicologia cultural, a relação com o outro é a possibilidade de um encontro único em uma esfera conectada com o tempo, o espaço e a linguagem (Bakhtin, 2016). Atribuindo essa lógica, o conceito de constituição de si desenvolvido por Bakhtin possibilita se aproximar

dos elementos constitutivos do sujeito na relação com o mundo e no movimento dialógico (García, 2006; Miotello, 2018).

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a construção das narrativas de psicólogas clínicas acerca de suas percepções entre o ativismo feminismo, o exercício da profissão e o contexto político atual. E, por intermédio do objetivo geral, foram dispostos três objetivos específicos, que são: (1) identificar os possíveis dilemas vivenciados pelas psicólogas no exercício da profissão no contexto clínico em relação aos aspectos políticos e as questões de gênero; (2) caracterizar a prática psicológica clínica em relação ao ativismo político feminista; e (3) descrever os fatores que podem estar relacionados ao impacto do Código de Ética Profissional do Psicólogo no exercício da profissão acerca do ativismo feminista e entendimento do contexto político das psicólogas no contexto clínico.

Realizamos a Revisão Sistemática de Literatura de acordo com o método PRISMA, o qual possibilitou a sistematização dos artigos acadêmicos publicados no período de 2010 a 2020. Essa busca foi realizada pela Plataforma de Periódicos da Capes, onde utilizamos os descritores *psicologia*, *psicóloga* e *política* e obtivemos o resultado de 364 artigos. Além dos descritores, optamos pelo uso do refinador *gênero* e, após seu uso, obtivemos o resultado de 25 artigos. Desses artigos, para refinamento da seleção, optamos pelas 13 pesquisas que apresentavam relação com os trabalhos que tinham relação com gênero, política e movimento feminista. Todos os trabalhos analisados na Revisão Sistemática de Literatura são artigos acadêmicos completos e que foram publicados em português, inglês ou em espanhol. Obtivemos quatro categorias de análise, que são: (1) *Maternidade e Gênero*, (2) *Violência e Gênero*, (3) *Diversidade e Gênero* e (4) *Política e Gênero*.

O desenvolvimento teórico é composto por algumas partes. A primeira sobre o Desenvolvimento Humano para a Psicologia Cultural e pela Sócio-histórica, em que abordamos os pressupostos teóricos fundamentais para esta pesquisa. A segunda parte é

composta pelo histórico do movimento feminista, trançando as ondas do movimento e elencando os momentos mais importantes na história da luta feminista. Após, discorreremos sobre o Documentário *Corpo Manifesto* (2016) à luz da teoria bakhtiniana.

O desenho metodológico é apresentado pela pesquisa qualitativa e pela escolha de utilizarmos entrevista narrativa e grupo focal. As entrevistas narrativas foram feitas individualmente com cada uma das nove participantes. O grupo focal aconteceu em um momento de grupo, separado em grupo 1 e grupo 2, no qual a proposta foi a apresentação do documentário *Corpo Manifesto* (2016) e, posteriormente, a possibilidade de que as participantes pudessem compartilhar como foram mobilizadas pelo documentário e pela temática da pesquisa.

Por intermédio das entrevistas narrativas e do grupo focal, a análise das informações foi realizada pela Análise Temática Dialógica e pela composição dos Mapas Semióticos, possibilitando o contato das pesquisadoras com temas e subtemas e suas conexões de significado. Os resultados e a análise das informações são apresentados e, posteriormente, a discussão é feita articulando as informações colhidas nas entrevistas narrativas e nos grupos focais. Por fim, as implicações desta pesquisa e as considerações finais são desenvolvidas de maneira a abarcar a problemática da pesquisa, os objetivos alcançados e as possíveis contribuições teóricas.

PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1

REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

A recomendação PRISMA – Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises – é apresentada nesta revisão como a possibilidade de organizar uma busca na literatura por intermédio da sistemática deste método, composta pelo checklist de 27 itens e um fluxograma de quatro etapas. Essa lógica busca auxiliar os autores a conhecerem o histórico das produções científicas sobre determinado tema, dessa forma, esse método os possibilita a melhorarem a qualidade das revisões sistematizadas de literatura (Moher, Loberati, Tetzlaff & Altman, 2015).

De acordo com Moher, Loberati, Tetzlaff e Altman (2015), revisão sistemática foi empregada com o intuito de aproveitar-se dos métodos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar e avaliar, de maneira crítica e pragmática, as pesquisas que se apresentam relevantes para a temática em questão e que tenham sido produzidas em um determinado período específico.

Pelo modelo PRISMA, é possibilitado tanto uma revisão sistemática quanto o uso da Meta-análise, sendo esta opcional. Para Moher, Loberati, Tetzlaff e Altman (2015), a revisão sistemática parte de uma pergunta formulada pela inquietação dos pesquisadores e pela possibilidade de acessar as produções já existentes de maneira sistemática. Proporcionando, assim, o uso de uma lógica organizada pelo sistema PRISMA que auxilie a identificar, selecionar e avaliar criticamente as pesquisas relevantes de acordo com a pergunta feita pelo pesquisador. Para esses autores, a possibilidade do uso da Meta-análise perpassa pela escolha dos pesquisadores que utilizarão o método. Para a utilização do PRISMA, a Meta-análise é compreendida como uma complementação à sistematização do método PRISMA, atribuindo técnicas estatísticas para contemplar a análise dos resultados obtidos e incluídos na revisão.

Considerando a importância da condução dos pressupostos de sistematização, optou-se por não utilizar a Meta-análise. A condução desta revisão se estabelece no processo iterativo e orgânico com o intuito de expor o caminho que foi feito para a seleção dos trabalhos acadêmicos inseridos. Os artigos que compõem esta revisão foram selecionados por intermédio da Plataforma Periódicos Capes. A seleção foi feita contemplando as publicações que se enquadrassem como artigos disponíveis e completos que estivessem na língua portuguesa/inglesa ou em Espanhol e, também, que foram publicados no período de até 10 anos – 2010 a 2020. Para a busca, foram empregados os descritores *psicologia*, *psicóloga* e *política*, além do uso do tópico refinador *gênero*. Antes do uso do tópico refinador, foram encontrados 364 artigos, após o uso do refinador foram disponibilizados 25 artigos.

Depois do resultado de 25 artigos, tornou-se necessário outra triagem. Desta vez, os artigos incluídos foram apenas aqueles que estavam conectados com os temas *diversidade de gênero*, *prática psicoterápica*, *violência de gênero na perspectiva política* e *performática de gênero*. Essa predileção está relacionada diretamente à pergunta atribuída a esta revisão: *quais seriam os trabalhos publicados que abordam o elemento gênero, política e movimento feminista?*

Após essa seleção, constaram o total de 13 artigos, sendo 8 publicações em português, 1 em inglês e 4 em espanhol. Além da característica da língua utilizada nos trabalhos incluídos, a quantidade de participantes e a espécie do estudo também foram elementos que contribuíram na organização dos trabalhos.

Os artigos selecionados compreendem os seguintes pontos: (1) publicação entre 2010 e 2020, (2) publicações em português, inglês e espanhol, (3) trabalhos completos e disponíveis em modo de artigo e (4) ênfase na relação da prática psicológica com os elementos gênero e política. Esses pontos moldam as informações que foram selecionadas e concatenadas nesta revisão. Composto a seleção dos artigos, após triagem do período de produção e características

expostas anteriormente, foi desenvolvido primeiro a leitura dos resumos e, por conseguinte, o trabalho completo. Após esses dois passos, os artigos foram categorizados de acordo com os objetivos, métodos e temáticas desenvolvidas.

Optou-se pela separação dos artigos científicos também sobre a ótica das diferenças e similaridades entre eles. Essa opção foi feita após a leitura profunda dos trabalhos incluídos e da análise crítica de cada um deles. Para que as condições essenciais da sistematização proposta pelo método PRISMA fossem atendidas e, dessa forma, contemplando os itens conceituais e práticos deste método, criou-se categorias de análises em relação aos eixos teóricos e metodológicos dos trabalhos selecionados.

O estudo desenvolvido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), no ano de 2013, *Quem é a psicóloga brasileira?*, aborda o panorama que se estabelece no Brasil sobre a formação e atuação dos profissionais de psicologia. De acordo com CFP (2013), é importante a criação do espaço de reflexão sobre a caracterização das psicólogas que atuam no cenário profissional e na forma como o contexto político e social influencia no exercício da profissão.

Para Butler (2003), ao conceituar gênero e ao apropriar-se nessa conceituação de uma perspectiva não binária e patriarcal, o elemento político deve ser contemplado. Isso quer dizer que, ao trazer gênero, a problematização passa a relacionar-se com o lugar político em que as pessoas ocupam no contexto social.

Portanto, utilizando o checklist proposto pela recomendação PRISMA, os artigos foram separados por categorias criadas por intermédio da leitura organizada e crítica dos trabalhos que foram incluídos nesta revisão. Após a leitura, foi possível separar e categorizar os trabalhos a partir do elemento conceitual associado ao tópico refinador *gênero*.

Foram construídas 4 categorias que proporcionaram a apresentação dos artigos científicos, a análise crítica sobre esses artigos e a relação desses elementos no desenvolver das pesquisas. A primeira categoria é a relação entre (1) *Maternidade e Gênero*, atribuída aos

trabalhos de Sell (2012); Diuana, Marilena e Ventura (2017); e Barbadillo e Falguera Ríos (2019). Para a segunda categoria, está a associação da (2) *Violência e Gênero*, com os trabalhos de Rafferty (2013); Albuja (2015) e Serpa e Felipe (2019). A terceira categoria é representada pela relação entre (3) *Diversidade e Gênero*, com a pesquisa de Zambelli dos Reis e Gomes (2011); Teixeira (2012); Castelar e Lozano García (2018); e Cavalcanti, Santos, Moura e Moura (2019). Por último, a quarta categoria está representada pela relação entre (4) *Política e Gênero*, com as publicações de Urratia, Faúndez e Contreras (2017); Machado (2018); e Gomes, Lopes, Gesser e Toneli (2019).

Considerando as semelhanças entre os estudos selecionados por intermédio das categorias criadas, trabalhando com a sistematização proposta pela sistematização PRISMA e no intuito de facilitar a concatenação das ideias abordadas, cada categoria será abordada separadamente. As categorias estão estruturadas da seguinte maneira:

1 – *Maternidade e Gênero*: primeira categoria analisada nesta revisão, conecta elementos relacionados com o olhar social sobre o conceito de maternidade e o conceito de gênero. Nos trabalhos de Sell (2012); Diuana, Marilena e Ventura (2017) e Barbadillo e Falguera (2019), a maternidade é apresentada no cenário específico onde cada mulher pode viver e se identificar. Nos três trabalhos desta categoria, a maternidade figura-se sobre as questões relacionadas ao feminino, à expectativa social, à estrutura familiar e às relações de poder e corporeidade.

2 – *Violência e Gênero*: para esta categoria, de acordo com os trabalhos de Rafferty (2013), Albuja (2015) e Serpa e Felipe (2019), a relação entre esses dois elementos comporta também a perspectiva das relações de poder e o olhar da Psicologia sobre esse fenômeno. Diferentemente da primeira categoria – *Maternidade e Gênero* –, as relações de poder são utilizadas para exemplificar não só o controle, mas a agressividade que existe nele.

Considerando a importância do elemento violência, os trabalhos que foram selecionados para esta categoria também contemplam a produção de narrativas e a construção de identidades.

3- *Diversidade e Gênero*: os autores Zambelli dos Reis e Gomes (2011); Teixeira (2012); Castelar e Lozano García (2018) e Cavalcanti, Santos, Moura e Moura (2019) abordam questões relacionadas à performática de gêneros e à diversidade no coletivo. Além disso, a criação de estereótipos, a presença de preconceitos e o tabu cultural sobre sexualidade também fazem parte desta categoria.

4- *Política e Gênero*: nos trabalhos de Urratia, Faúndez e Contreras (2017); Machado (2018); e Gomes, Lopes, Gesser e Toneli (2019), é possível associar a coletividade e os pressupostos políticos nas questões relacionadas ao gênero. Nesta categoria, a presença de políticas públicas e organização civil traça hipóteses de como a política pode influenciar e contribuir com os elementos de performática de gênero e identidade.

1.1 Maternidade e Gênero

De acordo com Sell (2012), o entendimento sobre maternidade está relacionado à construção social sobre as identidades maternas e ao processo de construção identitária. Para a autora, o conceito de gênero deve ser entendido como uma construção social que é constantemente modificada e negociada a cada interação social. Sell (2012) se apropria dos estudos desenvolvidos por teóricos pós-estruturalistas para discutir a relação de gênero com a cultura e as maneiras que essa relação influencia na vivência da maternidade.

Para Diuanna, Corrêa e Ventura (2017), as normas de gênero e as relações de poder exercem grande força na vivência da maternidade. Na pesquisa desenvolvida por essas autoras, o objeto de estudo se configura pela experiência da maternidade dentro do ambiente carcerário onde se busca analisar a conexão entre as normas de gênero e as relações disciplinares.

Barbadillo e Falguera (2019) identificam que o aumento constante nas estruturas familiares na Europa proporciona uma ampla discussão sobre gênero, formação familiar e maternidade. Para essas autoras, o matrimônio, a gestação e a adoção se apresentam como elementos sociais para a compreensão sobre a diversidade de gênero e a garantia de direitos. A pesquisa desenvolvida por Barbadillo e Falguera (2019) teve como objetivo analisar como mulheres lésbicas se percebem e se definem enquanto pacientes que buscam a maternidade por intermédio das técnicas de reprodução assistida.

Nessas três pesquisas selecionadas para a categoria Maternidade e Gênero, o ponto de intersecção está na discussão sobre como a compreensão de gênero perpassa a experiência da maternidade. Em Sell (2012), a maternidade é analisada sobre a construção identitária e os processos históricos de soberania dos homens sobre as mulheres. Para Diuanna, Corrêa e Ventura (2017), a maternidade se apresenta como fonte de denúncia sobre o sistema carcerário e o poder disciplinar característico da instituição prisional. Já em Barbadillo e Falguera (2019), a maternidade está vinculada à diversidade de gênero e à lógica heteronormativa incluída no matrimônio e na estrutura familiar.

O desenho metodológico desenvolvido por Sell (2012) é de caráter etnográfico e etnometodológico, representado pela escolha do aporte analítico da Análise da Conversa. De acordo com a autora, existem dois pressupostos teóricos fundamentais para a proposta de seu estudo sobre linguagem e gênero: (1) a linguagem é compreendida como uma ação constitutiva da realidade, e (2) o discurso é o que possibilita que as identidades de gênero existam. Nesse sentido metodológico, participaram 25 pacientes que estavam em avaliação psicológica pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nas regiões metropolitanas do Sul do Brasil pelo Programa Nacional de Planejamento Familiar. Esses pacientes estavam em avaliação com o interesse de fazerem os procedimentos de vasectomia ou laqueadura. As etapas foram: (1) coleta de dados, (2) transcrição das falas das participantes e (3) análise dos dados. A Análise da Conversa

proporcionou à pesquisadora que encontrasse padrões recorrentes nas interações com as participantes sobre como elas negociam suas identidades de gênero e como a performance da maternidade é desenvolvida por cada participante.

Diuanna, Corrêa e Ventura (2017), mediante ao acesso dos sistemas penitenciários estaduais e do Sistema Penitenciário Federal, obtiveram acesso à informação de que, em 2012, havia o total de 419 mulheres convivendo com seus filhos na prisão. Para contemplar tal panorama, os pesquisadores selecionaram cinco unidades penitenciárias de quatro estados diferentes do país. Foram entrevistadas 41 mulheres, sendo 22 presidiárias gestantes ou mães com filhos na prisão e 19 profissionais que atuam na execução penal (como profissionais da saúde responsáveis pela assistência às mães e seus filhos, funcionários da segurança, gestores das unidades prisionais). As entrevistas foram individuais, e também fez parte do desenho metodológico a divisão de cinco grupos focais compostos pelas participantes com o intuito ampliar o espaço de fala sobre si mesmas. Os eixos temáticos foram definidos da seguinte maneira: (1) percepções da maternidade na prisão e o papel do pai e da família, (2) percepção e cuidados na gravidez e no parto, (3) cuidados e assistência à saúde do(s) filho(s), (4) percepção do ambiente, das normas e das interações sociais, e (5) vivência da separação e encaminhamento do(s) filho(s) às famílias ou instituições competentes.

Barbadillo e Falguera (2019) utilizaram-se da análise empírica desenvolvida na tese de doutorado que Falguera havia desenvolvido no ano de 2016. Para a tese de doutorado, foram realizadas 43 entrevistas na região de Barcelona com mulheres lésbicas que estavam em atendimento em clínicas particulares da região para o procedimento de gravidez assistida. Os autores desenvolvem uma profunda pesquisa histórica e teórica sobre os aspectos biológicos, culturais e jurídicos em relação a constituição familiar e as questões de gênero. A análise é desenvolvida pelas seguintes categorias: (1) avanços legais, (2) matrimônio, adoção e reprodução, (3) impasses legais, (4) resignificação dos conceitos biológicos e (5) visibilidade.

1.2 Violência e Gênero

Albuja (2015) investiga a maneira como os personagens e enredos são estabelecidos mediante à diversidade de gênero e ao discurso normativo. Para isso, a autora estabelece sua pesquisa sobre a ação dos psicólogos da assistência de saúde em relação ao preparo desses profissionais quando entram em contato com as narrativas dos pacientes em uma instituição de saúde sobre a violência de gênero.

A investigação feita por Rafferty (2013) proporciona o entendimento sobre a violência de gênero e as diferenças de classe. Para a autora, as periferias são, independente do país, um lugar onde os direitos humanos são por muitas vezes negados. Nessa lógica, as mulheres ficam mais vulneráveis e em desvantagem em relação aos homens. A pesquisa apontou para as diferenças na frequência e intensidade com que mulheres são mais expostas a situações de discriminação e violência do que homens, inclusive, no período da infância e adolescência. Essa exposição está diretamente conectada com normas culturais e sociais atribuídas às mulheres, como casamento e gravidez na adolescência. Nesse ponto, para a autora, a discriminação e violência enfrentada pelas mulheres na infância e na juventude são práticas culturais que influenciam a ausência da preservação de seus direitos humanos.

Serpa e Felipe (2019) desenvolveram a pesquisa *O conceito de exploração sexual e seus tensionamentos: Para além da dicotomia vitimização-exploração*, onde abordam a exploração sexual dentro da cultura do Brasil e a responsabilidade do Estado sobre a proteção das mulheres antes e depois de vivenciarem situações de violência de gênero.

Os três trabalhos selecionados para esta categoria (Serpa & Felipe, 2019; Albuja, 2015; Rafferty, 2013) identificam que as diferenças de gênero se apresentam entre o ambiente de violência e desigualdade. Serpa e Felipe (2019) articulam a discussão sobre a exploração sexual e a violação dos direitos humanos com a maneira distinta em que homens e mulheres são tratados culturalmente. Para Rafferty (2013), as mulheres são designadas a posições sociais

inferiores a dos homens, restringindo o poder e a tomada de decisão sobre seus corpos, sobre seus recursos financeiros e sobre a suas participações na esfera pública e social.

Em sua pesquisa, Albuja (2015) utilizou o conceito de *conhecimento situado*, que remete ao contato do pesquisador com as versões dos participantes sobre suas relações e contextos sociais. Utilizar o *conhecimento situado* engloba a importância de diálogo e das diferentes vozes em uma interação. No desenho metodológico, a palavra é entendida como uma interação dentro do diálogo e, dessa forma, compõe diversos e complexos significados com traços ideológicos e intencionais.

A pesquisa de Serpa e Felipe (2019) se utilizou da teoria pós-crítica em educação e o método escolhido foi a *produção de informação* e a *criação de estratégias de descrição e análise*. As autoras explicam que a pesquisa desenvolvida por elas fazia parte de um estudo maior e que, para estruturarem a análise das informações, selecionaram as entrevistas realizadas com dois profissionais com experiência no atendimento de jovens em situação de exploração sexual na rede de serviços de proteção situada em Porto Alegre (RS). Para ampliar a análise, as autoras desenvolveram a análise documental de inquéritos policiais finalizados no período de 2011 a 2013.

Rafferty (2015) organizou em sua pesquisa uma vasta análise de materiais internacionais sobre a discriminação e violência contra as mulheres, em especial contra as meninas. Para isso, a autora promoveu a discussão sobre a ausência de direitos básicos com meninas, envolvendo o panorama global. Rafferty (2015) estabelece essa discussão promovendo tópicos que estão diretamente relacionados aos direitos humanos e às mazelas vividas por meninas. Como colocado pela autora, a pesquisa denuncia a visão geral do tradicional e das práticas culturais. Dentre os tópicos selecionados, estão: (1) infanticídio feminino, (2) mutilação genital em meninas, (3) casamento precoce e forçado, (4) crimes em nome da honra masculina, (5) conceito de gênero baseado em cultura e normas sociais. Além

dos tópicos, essa pesquisa compõe uma rica discussão sobre o material de análise e estabelece uma série de recomendações em torno da problemática da violência contra a mulher e da vulnerabilidade em que elas se encontram.

1.3 Diversidade e Gênero

Esta categoria foi definida considerando os quatro artigos que abordam a diversidade de gênero. Entretanto, existe outro elemento que os conectam: a estratégia de abordar o discurso normativo como um agente de manipulação sobre as diferenças.

Zambelli dos Reis e Gomes (2011) observaram que, no ambiente educacional no Brasil, as meninas são tratadas de maneira estereotipada e com preconceito. As pesquisadoras investigaram como as alunas eram encaminhadas para o *Programa de Atendimento ao Aluno com Altas Habilidades e Superdotação* e identificaram que as meninas eram subestimadas nas avaliações feitas pelos professores responsáveis. A diferença de investimento sobre o ensino das meninas em relação aos meninos está diretamente conectada com o entendimento binário de gênero e a maneira baseada em estereótipos de lidar com homens e mulheres. Para as autoras, essa é a consequência, assim como elas relatam, dos mundos “azul e rosa”, no qual é perceptível a diferença de condições e estímulos para meninos e meninas.

A pesquisa apresentada por Zambelli dos Reis e Gomes (2011) se manifesta sobre a problemática de que a construção de identidade está nos processos de linguagem, pensamento e comportamentos. E, nesse entendimento, o gênero é também moldado nesses mesmos processos e no ambiente vivenciado por cada pessoa. Ou seja, a discriminação e exclusão, como aponta a pesquisa, influenciam nas vivências das meninas quanto à construção de identidade e às questões de gênero – como investimento escolar e desenvolvimento pessoal. As autoras apontam para a importância do entendimento sobre a diversidade de gênero e a necessidade de

que o espaço escolar estimule os alunos dentro de suas diferenças, diminuindo assim a influência do binarismo e dos estereótipos de homem e mulher.

Teixeira (2012) trabalhou em sua pesquisa com fragmentos das histórias de vida de pessoas transexuais, abordando, principalmente, a diversidade e a ruptura das normas de gênero em suas vivências e entendimento sobre si mesmas. Para a autora, o discurso normativo e o rótulo de corpo sexuado – entendimento de que o transexual está no corpo equivocado – influenciam os discursos médicos e jurídicos, inviabilizando a captação das experiências na transexualidade.

Castelar e Lozano García (2018) ampliam a discussão sobre as questões que envolvem diversidade de gênero ao analisarem o nível de reconhecimento dessa problemática no contexto educacional na Colômbia. Em Cali, cidade colombiana escolhida pelos pesquisadores, foi selecionada uma escola pública, e os professores foram os participantes. Castelar e Lozano García (2018) estruturaram o artigo associando as falas dos professores com a literatura sobre diversidade de gênero e buscaram compreender em quais situações a problemática da diversidade é vivenciada no ambiente escolar e em qual momento os professores legitimam a identidade sexual de seus alunos.

Abordando a diversidade de gênero, Cavalcanti, Santos, Moura e Moura (2019) se propuseram a analisar a construção do empoderamento das mulheres que faziam parte de um grupo de ciclismo urbano no Sertão Pernambucano. De acordo com os pesquisadores, o cerne da investigação foi ampliar a discussão sobre as perspectivas relacional e performática dos estudos sobre gênero.

O desenho metodológico da pesquisa de Zambelli dos Reis e Gomes (2011) se estruturou, primeiramente, sobre o levantamento de dados dos participantes da sala de recursos do Programa de Atendimento ao Alunos de Altas Habilidades/Superdotação. Esse primeiro passo proporcionou que as autoras tivessem contato com a quantidade de meninas selecionadas

e o perfil dos alunos que faziam parte do programa no período de 2002 a 2007. No levantamento de dados, evidenciou-se a desigualdade em relação às áreas geográficas do estado – menos de um terço das matrículas eram de meninas – e, partindo desse resultado, as autoras selecionaram a área com menor representação de meninas matriculadas.

Após a seleção da área geográfica, o segundo passo da pesquisa de Zambelli dos Reis e Gomes (2011) foi a realização de entrevistas semiestruturadas e individuais. Os participantes foram (1) 20% dos professores responsáveis pela indicação dos alunos ao programa, (2) toda a equipe de professores do Programa de Atendimento ao Alunos de Altas Habilidades/Superdotação e (3) toda a equipe de psicólogos do Programa de Atendimento ao Alunos de Altas Habilidades/Superdotação da área geográfica selecionada. Além das entrevistas, as pesquisadoras desenvolveram um formulário com características e comportamentos dos alunos que correspondessem ao perfil de altas habilidades e para que, por intermédio das respostas dos participantes, fosse possível identificar os critérios de escolha sobre meninos e meninas.

Teixeira (2012) utilizou fragmentos das entrevistas e observações realizadas por ela durante o seu doutorado, período de 2004 a 2008. A autora desenvolveu uma análise profunda dos fragmentos selecionados com o arcabouço teórico de gênero e diversidade. Para isso, ela compôs as categorias: (1) *qualquer curva de qualquer destino que desfaça o curso de qualquer certeza*, onde aborda o entendimento sobre a história de vida das participantes em relação às suas experiências e particularidades, relacionando com as marcas dos trânsitos entre os gêneros; (2) *do armário para a reserva: a fragilidade das normas*, abordando os discursos de gênero influenciados pela heteronormatividade; (3) *a recusa de um script*, levantando os comportamentos de resistência e de identidade de gênero; (4) *a natureza da gente não cabe em nenhuma certeza*, sobre as diversas possibilidades em relação à construção familiar.

Os relatos coletados na pesquisa, de acordo com Teixeira (2012), são a possibilidade de entrar em contato com a história de vida dos três participantes e acompanhar os arranjos e conflitos vivenciados pelos participantes ao romperem com a dualidade do sexo na construção subjetiva da transexualidade. Para a autora, a maneira metodológica desenvolvida na pesquisa permitiu “captar a fluidez de suas posições e seus deslocamentos e identificar a especificidade de experiências que não se encontram fixas, cristalizadas em verdades definitivas” (p. 501).

Castelar e Lozano García (2018) estruturam a pesquisa sob a crítica a escola tradicional e a maneira como ela impõe rigidez aos corpos dos alunos na busca por controle e disciplina. Para os autores, a maneira como a escola tradicional se estabelece impulsionou a exclusão dos alunos que foram incluídos ao rótulo de diferentes, gerando uma austeridade nas relações e ignorando as necessidades educacionais dos alunos. O desenho metodológico contou com entrevistas realizadas no ano de 2014. Os participantes foram professores de uma instituição de ensino pública da cidade de Santiago de Cali. As entrevistas foram estruturadas com o objetivo de acessar a opinião dos professores sobre diversidade de gênero e origem da homossexualidade em adolescentes. Os autores observaram a presença de elementos de biopoder e teorias biológicas para diferenciar os comportamentos entre meninas e meninos. A discussão promovida na pesquisa foi apresentada com a divisão entre as falas dos participantes e a revisão na literatura. Os tópicos foram: (1) *a diversidade de expressões na escola*; (2) *se a diversidade sexual é uma questão cerebral...*; (3) *mas, quem está no interesse da diversidade sexual seja uma questão do cérebro?*.

Cavalcanti, Santos, Moura e Moura (2019) aplicaram o método etnográfico para que pudessem se aproximar da cultura investigada e da vivência das mulheres no ciclismo. Os autores defendem que tal escolha está relacionada aos significados compartilhados e ao entendimento sobre semiótica. A discussão promovida nesse trabalho acadêmico foi dividida em alguns tópicos. O primeiro é elaborado como (1) *etnografia no ciclismo urbano*, em que os

autores explicam a escolha metodológica e a maneira como os grupos de ciclismo urbano costumam ser organizados. O segundo e terceiro tópico é a (2) *inserção no grupo Pedal Pink relatada por uma das autoras* e (3) *Pedal Pink: Um grupo de ciclismo liderado por mulheres*, sendo compartilhado com o leitor como os pesquisadores encontraram e se relacionaram com o *Pedal Pink*, e também como o grupo de mulheres se percebe em relação ao empoderamento feminino. O próximo tópico foi nomeado de (4) *agenciamentos nos espaços urbanos: Pedais*, em que os autores discutem a representação do esporte e a maneira como as ciclistas desfrutam do espaço social da cidade. Os dois últimos tópicos são (5) *Anjos e a performatividade de gênero* e (6) *as construções de empoderamento*, nos quais os autores trabalham com o conceito de gênero e empoderamento feminino.

1.4 Política e Gênero

Urratia, Faúndez e Contreras (2017) apontam para a incorporação das mulheres no mercado de trabalho e para as mudanças nas configurações familiares. Entretanto, os autores identificam que essas duas questões não influenciaram em mudanças significativas na distribuição tradicional de tarefas atribuídas ao feminino ou ao masculino. Essa evidencia indica que a representação da construção familiar e do mercado de trabalho ainda implicam diferenças significativas no tratamento com as mulheres.

Machado (2018) desenvolve seu trabalho sobre o discurso cristão de *ideologia de gênero* – na esfera política e na sociedade civil – e a maneira como tem sido transitado esse tema no poder legislativo brasileiro. A autora, ao relacionar gênero e política, expõe a situação de desigualdade de direitos e opressão de gênero no país e, além disso, identifica as ações políticas desenvolvidas pelo movimento feminista brasileiro. Machado (2018) acredita que o termo *ideologia de gênero* foi forjado pela bancada cristã com o intuito de uma disputa de

poder pautada no embate sobre a visibilidade dos direitos constitucionais. Dessa forma, o entendimento sobre gênero, dentro da *ideologia de gênero*, é radical e limitado a visão sexista.

Gomes, Lopes, Gesser e Toneli (2019) pautaram a pesquisa em cima do objetivo de caracterizar a relação entre gênero e deficiência nas produções científicas nacionais e internacionais. Nesse sentido, as autoras realizaram uma revisão de literatura incluindo, até o ano de 2019, cinco anos das produções científicas que estivessem relacionadas com: (1) os modelos de compreensão da deficiência; (2) os efeitos sociais e políticos sobre a deficiência; e (3) questões sobre sexualidade, corporeidade, cuidado e interdependência.

Para a Gomes, Lopes, Gesser e Toneli (2019), existem diversos modelos de compreensão sobre a deficiência e diferentes formas de análise crítica sobre os efeitos nas trajetórias das pessoas com deficiência. Essa percepção, para as autoras, implica uma série de questões sobre o desenvolvimento social e político e, na pesquisa desenvolvida por elas, as questões de gênero e deficiência estão, por muitas vezes, abordadas de forma culturalmente fabricada. Este termo, culturalmente fabricado, é trabalhado por elas como uma maneira superficial e normativa de contemplar as questões de gênero e as narrativas de pessoas com deficiência. As autoras também identificam a forte presença do modelo biomédico e como os movimentos sociais de pessoas com deficiência criticam esse modelo e as limitações do entendimento sobre deficiência apenas sob a dimensão biológica. Ampliando a discussão sobre deficiência e rebatendo o modelo biomédico, o estudo sobre gênero e deficiência é trabalhado pelas autoras como uma possibilidade de dar visibilidade a questões sociais, relacionais, emocionais, políticas e subjetivas sobre a vivência de pessoas com deficiência.

Para compreender a dinâmica familiar e as questões que envolvem as diferenças de gênero, como divisão das tarefas domésticas e responsabilidade familiar, Urratia, Faúndez e Contreras (2017) selecionaram 11 casais que vivessem na Cidade de Taca – Chile. A seleção foi aplicada da seguinte maneira: (1) seleção dos casais de dupla renda que ambos trabalhassem

foram de casa pelo menos por 22 horas semanais; (2) terem menos de 30 anos; (3) pelo menos 2 anos de casamento ou coexistência; (4) que os participantes tivessem representação equitativa em relação aos outros profissionais de seus ambientes de trabalho quanto à capacidade, competência e disponibilidade física.

A seleção dos participantes foi feita por intermédio de um convite aberto à comunidade e, para Urratia, Faúndez e Contreras (2017), a determinação da idade máxima de 30 anos e do tempo mínimo de união de 2 anos possibilitou que eles acessassem a geração que está exposta à mudança nos modelos de proteção familiar e social no Chile. Dos casais participantes da pesquisa, três tinham filhos menores de 6 anos e o restante, filhos entre 6 e 11 anos. Outro aspecto determinante na seleção dos participantes foi o nível de escolaridade dos casais. Este último aspecto de seleção e a determinação de idade dos participantes foram fundamentais para que as autoras conseguissem identificar a geração e as mudanças geracionais nas atitudes de gênero. Foram feitas entrevistas semiestruturadas, e cada participante foi entrevistado separadamente. Após a coleta das informações, as autoras identificaram categorias que pudessem categorizar ideias recorrentes e argumentos de acordo com dinâmica familiar e dualismo de gênero.

A problemática que envolve a pesquisa de Machado (2018) está na disputa simbólica entre a luta pelos direitos e políticas públicas levantas pelo movimento LGBTQIA+ no Brasil e pelo segmento cristão na política brasileira pautada sobre os argumentos religiosos e de ordem social. Para a autora, essa situação trata de uma disputa de significados em que atores da esfera religiosa buscam se apropriarem de termos científicos para manterem seus discursos religiosos embasados na autoridade moral dos membros da igreja e para definirem normas legais da sociedade.

O objetivo da pesquisa de Machado (2018) foi analisar as questões que envolvem os atores religiosos brasileiros na luta simbólica sobre gênero e poder. Para isso, seu trabalho foi

dividido da seguinte maneira: (1) discussão sobre o caráter transnacional dessa disputa com embasamento histórico sobre as lutas feministas e os direitos da comunidade LGBTQIA+; (2) aprofundamento sobre as iniciativas dos líderes cristãos a respeito das propostas dos movimentos sociais do Brasil; (3) conhecimento sobre políticas públicas tramitadas no Congresso Nacional pela bancada de cristãos e evangélicos com o intuito de explorar quais são suas ações ou pretensões políticas que incorporam a diversidade de gênero; e (4) análise da atuação dos dirigentes católicos e evangélicos na sociedade civil que envolva a inclusão da diversidade de gênero e a temática de orientação sexual nos planos de educação estaduais e municipais.

A análise da literatura feita por Gomes, Lopes, Gesser e Toneli (2019) foi estabelecida seguindo requisitos: (1) artigos nacionais e internacionais; (2) publicações de até cinco anos até o ano de 2019; (3) todos os trabalhos analisados estavam disponíveis no portal de periódicos da CAPES; (4) deveriam englobar a temática sobre os modelos de compreensão da deficiência e os efeitos políticos; (5) deveriam também desenvolver a discussão sobre deficiência e corporeidade, sexualidade, cuidado e interdependência.

As autoras Gomes, Lopes, Gesser e Toneli (2019) estruturaram a revisão de literatura sob os tópicos: (1) *a deficiência e seus percursos conceituais e teóricos*, no qual é discutido os modelos de compreensão sobre a deficiência que passam a marcar os modos de organização social das relações e espaços sociais; (2) *a interseccionalidade entre gênero e deficiência*, tópico este em que as autoras explicam como o conceito gênero contribui para que a deficiência possa ser vista de uma forma mais enriquecida sob a constituição do sujeito, os saberes subjugados e as ações coletivas; (3) *percurso metodológico*, espaço da pesquisa que orienta o leitor sobre a maneira como os artigos foram selecionados e quais eixos temáticos conduziram a análise dos trabalhos científicos.

A opção por eixos temáticos, de acordo com Gomes, Lopes, Gesser e Toneli (2019), foi no intuito de facilitar as correlações e reflexões. As autoras identificaram quatro eixos transversais: (1) *lacunas dos estudos feministas com relação à deficiência*, (2) *cuidado e interdependência*, (3) *sexualidade* e (4) *novas possibilidades de intersecção*. Por intermédio desses eixos teóricos, as autoras apresentam argumentos sobre os impactos sociais em relação à deficiência e às desconstruções sobre corpo e gênero. Elas indicam a importância da interseccionalidade no movimento feminista e na política feminista, além de ser um ponto que influencia a visibilidade das vivências de pessoas com deficiência e uma estratégia que visa reduzir a maneira estigmatizada da deficiência.

1.5 Considerações sobre os presentes trabalhos

Por intermédio da análise sistematizada de literatura e considerando os artigos científicos publicados no período de dez anos, é possível entender e refletir sobre as possibilidades de conexão com o conceito de gênero e a importância dessas conexões. Para Diuana, Marilena e Ventura (2017), Cavalcanti, Santos, Moura e Moura (2019) e Gomes, Lopes, Gesser e Toneli (2019), o conceito de gênero e o entendimento sobre a diversidade de gênero se apresenta como uma via para a legitimação das lutas feministas e do empoderamento feminino.

Cavalcanti, Santos, Moura e Moura (2019), assim como Serpa e Felipe (2019), constroem suas pesquisas utilizando como bases as relações de poder e a maneira como o machismo oprime as mulheres. Nesse sentido, Cavalcanti, Santos, Moura e Moura (2019) indicam como o empoderamento e união entre as mulheres podem ser estratégias de enfrentamento às condutas de poder e opressão. Para Serpa e Felipe (2019), uma das maneiras de enfrentar os resultados violentos do machismo é abandonar o entendimento vitimização-culpabilização. Para essas autoras, a relação estabelecida entre a vítima e a ausência de

responsabilidade do culpado faz com que a vítima seja responsabilizada. Essa lógica indica que discutir gênero perpassa pelas relações de violência e poder estabelecidas por homens em relação as mulheres.

Considerando a estrutura da sociedade, apoiada no discurso normativo machista e patriarcal, Barbadillo e Falguera (2019) apontam para a discussão sobre a maternidade e os direitos entre homens e mulheres. Urratia, Faúndez e Contreras (2017), também relacionando o discurso normativo, investigam como a estrutura familiar e cultural são estabelecidas de forma a privilegiar os homens e a mantê-los com o poder de decisão no ambiente familiar. Esses autores, ao investigarem a dinâmica familiar de jovens famílias, ampliam o diálogo sobre os direitos nas relações entre homens e mulheres e a maneira como as novas gerações podem influenciar nos comportamentos e regras sociais.

Zambelli dos Reis e Gomes (2011) e Castelar e Lozano García (2018) se apropriam do ambiente escolar para denunciarem a urgência de abordar a diversidade de gênero na educação. Esses autores apontam para um elemento de grande importância: enquanto a diversidade de gênero não for amplamente estudada e não estiver firmemente localizada na educação, as práticas de preconceito não serão modificadas. Isso quer dizer que, enquanto os profissionais da educação tiverem em suas ações comportamentos que reforcem os estereótipos de gênero, a educação ainda estará oprimindo a diversidade de gênero (Castelar & Lozano García).

O vínculo entre educação e a maneira como ela é abordada nos artigos científicos analisados nesta revisão de literatura torna possível conectar os entraves culturais e sociais em lidar com a diversidade de gênero e com as violências nas trajetórias das pessoas. Esse aspecto é apontado por Sell (2012) e Teixeira (2012). As autoras elaboram seus trabalhos sobre o alicerce de que as trajetórias dos participantes de suas pesquisas estão marcadas por elementos de opressão e violência de gênero. Para Sell (2012), a expectativa da performance sobre a maternidade e a construção social sobre as identidades maternas é atravessada pelo parâmetro

de normalidade de que corpo normal é o corpo masculino. Teixeira (2012), ao abordar as trajetórias na transexualidade, também se depara com o discurso normativo heterossexual e verifica como é violenta as normas de gênero e sexualidade.

Rafferty (2013) e Machado (2018) apontam para os discursos violentos em relação a discussão sobre gênero na política e nos movimentos sociais. Machado (2018) identifica o crescente discurso cristão sobre *ideologia de gênero* e a maneira como esse discurso possibilita manobras políticas. Nesse sentido, Albuja (2015) caracteriza a violação de direitos de meninas e a forma como os Direitos Humanos são imprescindíveis para a proteção e cuidado. As duas autoras indicam as relações de poder usados nos discursos normativos e a maneira como estes influenciam na forma como o conceito de gênero é compreendido na sociedade, inclusive em ações políticas.

O trabalho de Albuja (2015), assim como Sell (2012) e Teixeira (2012), Rafferty (2013) e Machado (2018), são construídos sobre a problemática que envolve gênero, diversidade e violência. Para Albuja (2015), a violência de gênero implica uma visão simplista, dicotômica e universal. Sell (2012) acredita que a violência em relação ao gênero é incorporada na construção da identidade das pessoas e na maneira como os normas sociais são perpetuadas.

Albuja (2015), ao caracterizar a violência de gênero, traz uma questão importante: *como é o preparo dos psicólogos para lidar com essa questão?* Nessa problemática, a autora discute as limitações da profissão e as possibilidades de acolher as diferentes trajetórias. A problemática levantada por Albuja (2015) estimula a discussão sobre os papéis de profissionais que exercem a psicologia e as possibilidades de influenciar os discursos normativos e violentos.

Esta revisão foi elaborada com o intuito de conhecer e analisar os artigos científicos no período de 10 anos que pudessem estar relacionados à discussão sobre gênero, política e movimento feminista, bem como à forma com que a Psicologia se posiciona. É importante destacar que, dos artigos selecionados, a grande maioria é desenvolvida por mulheres, o que

torna uma curiosidade sobre as questões de gênero e a maneira significativa como, nesta revisão de literatura, as mulheres abordam as diversas esferas sobre gênero.

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Humano na perspectiva da Psicologia Cultural e Sócio-Histórica

Os trabalhos desenvolvidos pela Psicologia Cultural indicam que a palavra cultura tem se tornado historicamente um termo complexo e extremamente vasto de definições (Valsiner, 2016). Essa questão está diretamente relacionada à ideia de cultivar e, de acordo com o autor, ao valor do que pode ser entendido como cultivado e que representa a interação entre as pessoas e o ambiente. Para Johoda (2012), ao caracterizar e localizar o conceito de cultura, defende que a própria definição de cultura é composta por múltiplos conceitos. A denominação de cultura esboça as questões que derivam do sentido e, por isso, são do âmbito privado; e a busca por significação dos conhecimentos adquiridos que, por sua vez, são do âmbito social e da partilha (Bruner, 1996).

A Psicologia Cultural se estrutura dentro de dois eixos possíveis: um que está relacionado com a *mediação de signos* (mediação semiótica); e outro com as *orientações na atividade* (Valsiner, 2016). Para melhor compreender os dois eixos, é importante focar na perspectiva da abordagem no entendimento de que as pessoas interagem em diferentes instituições sociais, baseando o entendimento de cultura com o elemento sistêmico e o contexto social. Dessa forma, para sinalizar os dois entendimentos, utilizamos o entendimento de Jahoda (2012), no qual o comportamento humano transmite símbolos e atribuem valor a cultura.

Para a teoria Sócio-Histórica, os elementos sociais e culturais são pilares que estruturam o desenvolvimento humano e as relações entre as pessoas (Pino, 2005). Nessa lógica, Vigostki (2001) defende que o ser humano, ao nascer, é inserido na cultura de onde ele faz parte; além das funções biológicas, o neném nasce junto a seu contato com as funções culturais (Pino,

2005). Esse posicionamento está relacionado à premissa de que as pessoas e suas relações são estabelecidas sob o contexto histórico e cultural (Bortolanza & Ringel, 2016).

Ao considerar a *mediação de signos*, o termo cultura é relacionado com a parte sistêmica das funções psicológicas (Vigotski, 2001; Bertolanza & Ringel, 2016). Isso quer dizer que existe a interação entre a pessoa e a cultura e que, nessa interação, há a presença de símbolos influenciando a relação entre os dois pontos – cultura e pessoa. Esse ponto, embora não esteja associado à relação em Valsiner (2016), conecta-se ao entendimento de Vygotsky (2001) sobre a mediação semiótica, em que as funções psíquicas têm origem nas relações sociais e nos processos sociais – do processo de internalização e apropriação do saber.

Para Leontiev (1978), o desenvolvimento da atividade humana impulsiona cada pessoa a perceber e atender suas necessidades, e não o inverso. O autor questiona a ideia de que a atividade humana é resultado das necessidades de cada pessoa, como vontades e sentimentos, vistas como naturais e relacionadas à personalidade ou tendência de cada um. A atividade humana se integra aos motivos e aos meios, transformando as necessidades e trazendo novas necessidades. Esse aspecto dinâmico faz com que a hierarquia das necessidades humanas esteja em constante mudança e que a atividade humana esteja diretamente relacionada à atividade prática externa (Cenci & Damian, 2017).

Sobre a atividade, para a Psicologia Cultural, é importante contextualizar a relação entre cultura e ação. As pessoas se desenvolvem de acordo com a participação nas atividades socioculturais e, nessa interação, as pessoas não só são influenciadas pela cultura, como também a influenciam – transformam-se (Cenci & Damian, 2017). A partir desse entendimento, outros pontos são fundamentais para a clareza sobre a perspectiva, como a ideia de que as comunidades culturais se modificam e que as práticas culturais são mutuamente interdependentes. (Valsiner, 2016).

A Sócio-histórica, dentro da Psicologia do Desenvolvimento, foca na mediação por instrumentos culturais na relação entre o individual e o coletivo. Esses instrumentos possibilitam que a cultura possa se desenvolver à medida que as pessoas passam a controlar e regular o meio (Zittoun, Mirza & Perret-Clermont, 2007). A cultura se integra ao desenvolvimento psicológico das relações pessoais e interpessoais. Ao valorizar o que seria o campo privado e o campo público, é possível refletir sobre a afetividade, as significações coletivas e as relações interpessoais (Zittoun, Mirza & Perret-Clermont, 2007, Valsiner 2016).

A palavra cultura é atribuída a diversos e distintos significados que são marcados pela localidade de onde é empregada. Nesse sentido, é importante conceituar os pressupostos relacionados ao termo cultura e às produções científicas. Implicar um único sentido de maneira singular e universal para o termo “cultura” não compreende a complexidade desse termo e as múltiplas possibilidades advindas dele (Jahoda, 2012; Marková & Jahoda, 2018). O termo cultura está permeado por distintas definições as quais estão diretamente relacionadas ao propósito dos pesquisadores e da pesquisa em si. Dessa forma, a questão exposta é sobre a possibilidade de acolher os três sentidos distintos e comuns relacionados aos estudos de psicologia sobre cultura.

O entendimento de cultura está relacionado à ótica de três categorias (Jahoda, 2012). A primeira é caracterizada como a (1) cultura de forma externa às pessoas e ao ambiente, trazendo a ideia de que é cultural os materiais que determinada coletividade usa e simboliza. A segunda perspectiva é o (2) entendimento de que a cultura é algo interno e individual, caracterizada com os fenômenos de pertencimento, como raça ou nacionalidade. Por último, a (3) cultura se apresenta de forma simultânea e híbrida, ou seja, ora de forma coletiva ora de forma individual.

É fundamental que o conceito de cultura não seja reduzido, mantendo-se o comprometimento com a importância em conhecer suas dimensões e diferentes formas (Geertz, 2008). Torna-se essencial que o termo cultura, nos estudos relacionados a ela, não ocupe uma

ótica reducionista que possa debilitar as dimensões dos elementos sociais que a cultura possa englobar. Cultura é conceituada como uma mediação das relações entre as pessoas e das relações das pessoas com o mundo na medida em que ocorre a produção de significado (Geertz, 2008; Valsiner, 2016; Marková & Jahoda, 2018).

O sujeito histórico-cultural surge em diferentes espaços sociais e é gerador de processos simbólicos-emocionais (Vigotski, 2001). Nesse sentido, é possível considerar que as pessoas não só estão situadas dentro dos espaços conectados à história e à cultura, como também criam e promovem percepções simbólica e emocionais a partir de suas vivências. É estabelecida, em um sistema cultural, a maneira como as relações são vivenciadas, sendo agentes ativos dentro da complexidade cultural aos quais estão inseridos, articulando a relação complexa entre os aspetos coletivos e os aspectos individuais (Pino, 2005; Zittoun & Gillespie, 2015).

Para a teoria Sócio-Histórica, a historicidade e os processos psicológicos estão conectados com os elementos socioculturais (Molon, 2017). Isso quer dizer que a maneira como as pessoas se constituem e como se relacionam uma com as outras está relacionada à cultura (Patang et al, 2020). Para Molon (2017), os estudos desenvolvidos por Vigotski permitiram o aprofundamento no conhecimento sobre a constituição das pessoas e suas subjetividades por intermédio da linguagem.

A linguagem tem característica dialógica e é considerada como a essência da comunicação (Bakhtin, 2016; Marchzan, 2018). A língua é a essência desse entendimento e possibilita a percepção do mundo dialógico onde as pessoas ocupam o papel ativo sobre suas ações e estabelecem relações dialógicas com o mundo (Bakhtin, 2010; Voloshinov, 2017).

A palavra passa a ser entendida e conceituada de forma diferente do que antes era feito. O entendimento tradicional de que a palavra era apresentada de forma abstrata, desvinculada de sua realidade de circulação e compreendida sobre a ótica apenas do ouvinte, passa a ser questionado nos estudos bakhtinianos sobre a linguagem (Faraco, 2011), Para o Círculo de

Bakhtin (2018), a palavra é também o ato de se comunicar, e a linguagem é compreendida considerando sua história e sua historicidade (Stella, 2018). A palavra não é apenas o que é dito de forma concreta, ela é o que se é dito de forma social, histórica e cultural.

Nesse sentido, a palavra é compreendida como processo vivo e produto ideológico, o que possibilita que a palavra seja entendida como signo ideológico (Volóchinov, 2017). Esse entendimento fornece ao conceito de palavra, para o Círculo de Bakhtin, a percepção de que ela pode acumular e associar diversos valores sociais e históricos (Stella, 2018). A palavra segue o fluxo das mudanças sociais e relacionais, ocupando distintos significados à medida que as pessoas também se modificam, enquanto sujeitos ativos, de forma cultural e social (Bakhtin, 2018; Capizzo, 2018; Marchezan, 2018).

As palavras estão carregadas de elementos relacionados com a entoação, com os aspectos sociais, com a expectativa dada àquela palavra; em suma, com valores compartilhados socialmente (Soerensen, 2009). Esses valores podem ser ou não entendidos, apreendidos e confirmados pelo interlocutor, constituindo mais uma vez o aspecto dialógico das relações (Stella, 2018).

A palavra proporciona ao diálogo mudanças e atualizações sociais, pois está diretamente conectada a esses aspectos históricos, dando potência e pressionando as estruturas sociais estabelecidas pelo movimento fluido e vivo que são constituídas (Stella, 2018). Tavares e Rosa (2019) acreditam que os processos humanos de significação e conhecimento se desenvolvem de forma interligada e à medida que as relações com outras pessoas acontecem. Essas autoras trabalham com o entendimento bakhtiniano da relação entre o Eu e o Outro e, nessa relação, com o espaço dialógico.

A forma dialógica e dialética da construção dos signos e da subjetividade está conectada ao conceito de ideologia desenvolvido por Bakhtin e seu Círculo (Miotello, 2018). O cunho ideológico está no movimento entre a estabilidade e instabilidade, o que faz o conceito de

ideologia ser fundamentalmente dialético e idealista. Essa questão se relaciona à ruptura dada pelo Círculo de Bakhtin no entendimento sobre o conceito de ideologia. O entendimento sobre a ótica bakhtiniana exige o rompimento com a análise da ideologia como um lugar permanente e dado de maneira prévia. O conceito de ideologia deve ser compreendido como o conjunto de interpretações possíveis sobre a realidade social e histórica que é expressa mediante a palavra (Silva, 2009; Volóchinov, 2017).

Volóchinov (2017) considera que a fala e a palavra fazem parte do papel constitutivo atribuído à linguagem, tornando possíveis as diferentes formas de discurso, cognição e estruturas da consciência e do conhecimento. O que também exemplifica a importância atribuída a Bakhtin sobre as preocupações epistemológicas e abordagens conceituais em seus trabalhos (Capizzo, 2018; Silva, 2009).

Por intermédio do conceito de polifonia, é possível contemplar as vozes que antecederam aquele determinado momento e que constituem a pessoa no momento atual (Florencio, 2002, Bezerra). A linguagem está presente de forma viva e em movimento, submersa na ideia do inacabado e em constante renovação, trazendo mais uma vez os aspectos dialógicos e dialéticos fundamentais para o entendimento da ótica bakhtiniana. Retomando a Florencio (2002), a autora acredita que há na polifonia o movimento dialógico de ida e vinda, tornando a possibilidade de inacabado constante e recíproco.

Sobre essa relação, atribuindo ao sujeito o papel ativo e responsivo (Bakhtin, 2010), as condições reais e a situação social determinam o grau da consciência dos interlocutores. O pensamento necessita da conjectura social para que possa ter sua expressão potencial e, seguindo a perspectiva bakhtiniana, a atividade mental caracterizada pelo conteúdo a exprimir e a objetivação externa caracterizada pela enunciação se situam na relação entre os interlocutores (Florencio, 2002).

2.2 A luta feminista – panorama histórico

O movimento feminista no mundo e, mais particularmente no Brasil, acontece e se desenvolve com a característica de promover sua própria reflexão crítica enquanto movimento social. A militância ocorre conectada à produção crítica do próprio movimento (Pinto, 2010). Embora a condição social da mulher tenha sido propulsora para a epistemologia feminista desde o século XIX, o movimento feminista com característica política e teórica surge apenas nos anos 60 (Ribeiro, 2018).

O movimento feminista é compreendido por intermédio de 4 ondas. Para caracterizar as ondas do movimento feminista, optamos por inserir a definição que vem se afirmando recentemente sobre a quarta onda (Perez & Ricodeli, 2019; Matos, 2010). As quatro ondas da teoria feminista estão diretamente relacionadas à crítica e à reflexão sobre o papel da mulher na sociedade e a seu silenciamento. O lugar da mulher na história e na composição da sociedade ocidental permeou as frentes de lutas feministas, onde o desejo e exigência do movimento era de que a cidadania fosse igual para homens e mulheres (Miguel & Biroli, 2014).

As premissas relacionadas à hierarquia social, à estrutura das instituições, por exemplo, as instituições familiares e políticas. e também ao modelo patriarcal e hegemônico são fundamentais para a formação dos argumentos e críticas feitas pelo movimento (Fraccaro, 2018; Miguel & Biroli, 2014; Pinto, 2010). No feminismo, como teoria e militância, existe a característica e construção de um discurso anti-hegemônico o qual questiona fortemente as estruturas sociais e a manutenção do sistema patriarcal (Timm, Pereira & Gontijo, 2011).

2.2.1 Primeira Onda do feminismo

O movimento feminista se estabelece criando um discurso anti-hegemônico que preconiza a igualdade. Na primeira onda do movimento, datada no final do século XIX, as lutas foram pela extensão dos direitos civis e, em destaque, pelo sufrágio universal (Coenga-

Oliveira, 2011). Em relação aos direitos civis, as reivindicações do movimento se estendiam a oportunidades de estudo, comando da família e inserção no mercado de trabalho para algumas categorias e funções específicas que não eram permitidas serem desenvolvidas por mulheres (Fraccaro, 2018).

A presença das mulheres no mercado de trabalho, neste momento histórico do movimento, está diretamente associada à fundamentação do machismo sobre a construção social e biológica de gênero em que as mulheres eram naturalmente melhores em executar trabalhos relacionados com o cuidado e sentimento maternal (Sayão, 2010). O sistema patriarcal e o machismo reconhecem as tarefas desenvolvidas nos afazeres da casa como características femininas, entendidas como o senso de cuidado e comportamentos amáveis (Adrião, Toneli & Maluf, 2011).

A primeira onda do feminismo, inclusive no Brasil, foi marcada pela luta sobre o direito ao voto. No Brasil, o movimento foi liderado por Bertha Lutz, que havia retornado do exterior em 1910 e iniciou a luta ao sufrágio. Ela, inclusive, foi uma das fundadoras da organização *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Por intermédio dessa federação, foi lançada a campanha pública pelo direito das mulheres ao voto. Tal direito foi conquistado em 1932, no Novo Código Eleitoral Brasileiro. Por intermédio da luta para o direito ao voto, a organização feminista tinha um aspecto universal: A ideia de que todas as mulheres eram iguais aos homens e que seus direitos também deveriam ser (Fraccaro, 2018). Nesse ponto, para Ribeiro (2016), a ideia de universalidade da mulher foi importante para o cerne do movimento naquele momento histórico, entretanto, excluía a diversidade dentro das realidades das mulheres brasileiras e privilegiava o protagonismo das mulheres brancas no movimento.

A primeira onda do feminismo foi marcada pela composição majoritária de mulheres brancas e de classe média (Coenga-Oliveira, 2011). No Brasil, assim como na Europa, a partir do momento em que o direito ao voto foi garantido para as mulheres, o movimento feminista

perdeu significativamente a expressão e ressurgiu na década de 60 (Pinto, 2010). Em 1949, um fato de grande importância histórica para o movimento foi o lançamento do livro *O Segundo Sexo*, por Simone de Beauvoir. Essa obra, publicada em dois volumes, *Fatos e Mitos* e *A Experiência Vivida*, articula a percepção filosófica de Beauvoir sobre a condição e vivência da mulher na sociedade machista e patriarcal, em que, no primeiro volume – *Fatos e Mitos* –, é marcado pelo aprofundamento na reflexão teórica sobre a condição da mulher e, no segundo volume – *A Experiência Vivida* –, é promovido pela autora um rompimento em relação a neutralidade, e ela passa, mediante sua posição enquanto mulher, a criar uma epistemologia que pensa na condição de ser mulher enquanto se apropria de sua experiência em ser mulher.

Beauvoir (1970) desenvolve em sua obra o entendimento que “a mulher é o outro do homem”. Isso significa que, para a autora, as mulheres são vistas e encaradas como aquilo que os homens veem sobre si mesmo e classificam o que, a partir do homem, não existe na mulher. Sobre isso, Johanson (2020), identifica que um homem fala de si mesmo e entende como humanidade o sujeito universal que é um outro homem. Assim, homens falam e entendem o mundo sob a medida deles e para eles. Beauvoir (1970) considerou que os homens falam de si e pensam em si mesmos, na medida em que articulam seus entendimentos sobre a vida para a experiência de um outro homem, se opondo, então, à existência feminina e, nessa medida, expressando que a mulher é o contraste entre o homem – o outro do homem. Beauvoir (1970) anuncia a objetificação da mulher pelo patriarcado e pelo sistema machista e, considerando a estrutura do movimento feminista nas seguintes ondas como uma corrente não só democrática, mas como uma teoria de justiça (Miguel, 2005).

2.2.2 Segunda Onda do movimento feminista

Em 1960, sob os efeitos da produção de Simone de Beauvoir (1970), e com o momento histórico da Guerra do Vietnã e os movimentos contracultura que se organizavam como

manifestações culturais contra o discurso hegemônico moralista, impulsionaram o retorno do pensamento e as pautas feministas. O movimento Hippie nos Estados Unidos, o protesto feito pelos estudantes parisienses conhecido como *Mai de 68*, a produção cultural com uma narrativa inovadora e o lançamento do livro de Betty Friedan em 1963 – *A Mística Feminina*, formaram o contexto efervescente europeu e estadunidense para as ações coletivas e organização social do movimento (Pinto, 2010).

Neste período o movimento feminista retorna ao circuito das manifestações e questionamentos políticos. Este foi o primeiro momento em que as mulheres, dentro do movimento feminista, se expressaram criticamente sobre as relações de poder (Foucault, 1979). É neste momento também que o feminismo é construído e articulado como um movimento libertário sobre a opressão das mulheres e a urgência de igualdade social, de classe e racial (Johanson, 2020; Davis, 2016; Pinto, 2010).

No Brasil, entretanto, a década de 60 foi marcada por três momentos distintos. O primeiro com a (1) forte presença dos movimentos culturais trazendo as inovações na música marcada pela Bossa Nova e pelas mudanças políticas – destaque para a representação política de João Goulart na presidência do país 1963. O segundo momento com o (2) retorno ao circuito social dos pensamentos e posicionamentos radicais de direita e conservadores, tornando o país dividido entre os posicionamentos radicais defendidos pelos militares e a luta da esquerda partidária. E o terceiro momento com o (3) Golpe Militar em 1964, tornando o Brasil uma Ditadura e instaurando em 1968 o Ato Institucional n. 5 (AI-5), um dos atos mais severos do período ditatorial que previa forte e violenta censura e repressão.

Neste contexto histórico, o Brasil estava em um momento político e social distinto em relação a Europa e os Estados Unidos. Esta questão influenciou a configuração dos movimentos sociais contra a ditadura militar para que fossem se organizando no país e a maneira como os movimentos na Europa e nos Estados Unidos influenciavam o cenário de militância no Brasil

(Fraccaro, 2018; Adrião, Toneli & Maluff, 2011). O movimento feminista passa a ter espaço e uma certa liberdade para a militância apenas na redemocratização do país na década de 80 (Pinto, 2010).

Nesta mesma época, na década de 80 no Brasil, o movimento feminista negro começa a ganhar mais força e visibilidade (Garcia, 2015; Ribeiro, 2016). As discussões levantadas pelo movimento feminista negro apontavam a diferença na realidade social entre as mulheres brancas e as mulheres negras, questionando a primeira onda do movimento sobre a universalidade e igualdade em ser mulher (Ribeiro, 2018; Gonzáles, 2020).

Leal (2020) considera que o movimento feminista tende a negligenciar as especificidades das necessidades das mulheres negras, o que caracteriza o racismo estrutural no país e as diferenças raciais. As pautas na luta feminista, por muitas vezes, não incorporam as questões raciais e as necessidades das mulheres negras. Como exemplo colocado pela autora, sobre a luta pelo direito ao voto, pautado por mulheres brancas da classe alta do Brasil, e a realidade da luta de mulheres negras em serem consideradas pessoas.

As mulheres negras são oprimidas racialmente e também sofrem opressões de gênero de forma mais violenta do que mulheres brancas (Ribeiro, 2018; Leal, 2020). Em 1985, no *III Encontro Feminista Latino-americano*, em Bertioga-SP, surgem os primeiros Coletivos de Mulheres Negras e neste mesmo período importantes organizações são criadas, Como o *Geledés* e *Crioula*, com o intuito de fomentar a produção intelectual e ampliar a visibilidade política das mulheres negras e feministas. Ribeiro (2018) expõe a importância de Lélia Gonzáles nos estudos de raça e gênero e destaca a maneira como ela analisa a hierarquização dos saberes como consequência das diferenças raciais no Brasil.

Já nos Estados Unidos, no período da segunda onda do feminismo, acontecia fortemente a luta pelos direitos civis e igualdade do povo negro. De acordo com Ribeiro (2016), o movimento foi direcionado, por influência de Angela Davis, a discutir as questões da

interseccionalidade e as questões de raça, classe e gênero que englobavam a luta pela justiça e igualdade racial no Estados Unidos. Davis (2016), afirma o quanto é essencial incluir as questões sobre raça e gênero, além das diferenças de classe, para o entendimento da militância e pela luta por igualdade e, desta forma, amplia a discussão sobre os parâmetros para a feminilidade e o racismo existente dentro e fora do movimento feminista.

A análise anticapitalista, antirracista e antissexista desenvolvida por Angela Davis em *Mulheres, Raça e Classe* (2016), cria um panorama sobre as opressões sociais e fundamenta a afirmação de que não existe hierarquia entre esses três elementos. Isso quer dizer que é essencial que as questões que envolvem raça, gênero e classe sejam contempladas no arcabouço teórico do movimento feminista por estarem conectadas e por serem igualmente fundamentais para a luta justiça e igualdade (Davis, 2016; Gonzáles, 2020). Ribeiro (2016) considera que não existe primazia de uma opressão sobre a outra, onde, todas as opressões são estruturantes da desigualdade e devem ser combatidas de forma a considerar essa relação e conexão entre elas.

Considerando a interseccionalidade, Leal (2020), conceitua que o movimento feminista negro é construído teórica e metodologicamente sobre a base da interseccionalidade, e as reflexões do movimento feminista estão sendo influenciadas, deste a década de 80, a ter um refinamento sobre a ótica da articulação entre o patriarcado, o sexíssimo e o racismo. Para esta autora, as opressões vivenciadas pelas mulheres negras são a soma das questões raciais, de classe e de gênero. O movimento feminista negro legitima a narrativa das mulheres negras, possibilitando suas trajetórias serem visibilizadas e condensadas a militância (Kilomba, 2008; Ribeiro, 2018; Leal, 2020).

A interseccionalidade levantada pelo movimento feminista negro e discutida por Davis (2016) problematiza a dimensão das desigualdades e a conexão intrínseca entre as opressões. A trajetória de Angela Davis passa a difundir a concepção de que a igualdade racial diretamente

relacionada com a igualdade de gênero e de classe. Este posicionamento é marcado pela denúncia sobre como o modelo escravocrata provocou as desigualdades de classe e gênero (Kilomba, 2008; hooks, 2014; Ribeiro, 2018; Leal, 2020). O movimento feminista, na análise histórica do movimento e na construção do futuro para a luta feminista, deve cada vez mais incorporar em sua epistemologia a visibilidade de diversas lutas sociais e narrativas das mulheres, questionando a construção da identidade de grupo apenas pela mulher branca (Adrião, Toneli & Maluf, 2011).

2.2.3 Terceira Onda do movimento feminista

A terceira onda, de forma histórica dentro do movimento feminista, teve início na década de 90 com o lançamento do livro *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* por Judith Butler (1990).

No Brasil tiveram fatos importantes que influenciaram o movimento feminista antes de 1990. No período da segunda onda o país esteve, em grande parte dela, submerso no autoritarismo ditatorial. O início da redemocratização nos anos 80, o feminismo no Brasil passa por uma fase de maturação na luta pelos direitos das mulheres (Pinto, 2010). É na década de 80 que no Brasil é criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), 1984, as delegacias especializadas, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher – envolvia o trabalho relacionado com planejamento familiar, sexualidade e aborto – e o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CEFEMEA), uma campanha nacional em prol dos direitos das mulheres na nova carta constitucional – Nova Constituição Federal, em 1989 (Alves, 2017; Adrião, Toneli & Maluf, 2011; Pinto, 2010).

O movimento feminista na década de 80 no Brasil estava organizado em inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões pautando os temas (1) violência contra a mulher, (2) sexualidade, (3) direito ao trabalho e condições justas, (4) igualdade no casamento, (5) direito

a terra, (6) saúde materno-infantil, (7) questões raciais e (8) opções sexuais (Pinto, 2010). Além de ter sido na década de 80 o período em que o feminismo negro no Brasil passou a ter mais visibilidade e força política (Ribeiro, 2018).

Butler (1990), em *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, defende que o movimento feminista passa a integrar em sua metodologia as vertentes de pensamento da micropolítica (Foucault, 1979) e das relações de poder dentro da constituição e entendimento sobre gênero (Ribeiro, 2018). Nas obras *O Segundo Sexo*, Beauvoir (1970) iniciou a desnaturalização do estado de ser mulher e em *Mulheres, Raça e Classe*, Davis (2016) sinalizou a importância fundamental em englobar a interseccionalidade das opressões no movimento feminista (Johanson, 2020). Para esta terceira onda do movimento, a obra de Butler (1990) contribui com a discussão dos paradigmas estabelecidos entre raça e gênero. Os estudos feministas passam a fortalecer a análise crítica sobre a universalidade em ser mulher. É na terceira onda o movimento feminista incorpora o entendimento de que gênero é uma ação política no mundo (Butler, 2003; Ribeiro, 2018; Matos, 2010).

A desconstrução de gênero é um ponto crucial no entendimento de como a sociedade se organiza dentro da primazia dualista – feminino e masculino (Butler, 2017). O elemento político atravessa a teoria desta autora no sentido de que ser mulher e ser homem, dentro da dualidade de gênero, é representar o que se espera social e culturalmente de homens e mulheres (Rodrigues, 2016). Esta característica da dualidade passa a legitimar alguns corpos e a excluir inúmeros outros corpos e vivências que estão fora deste panorama tradicional de entendimento de gênero – que se limita entre feminino e masculino utilizando como parâmetro a designação sexual no nascimento (Ribeiro, 2018; Prins & Meijer, 2002).

O conceito de gênero, dentro da terceira onda do feminismo e por influência de Butler (1990), é relacionado com a teoria performática de gênero. Este aspecto performático indica que a identidade de gênero se forma de maneira dinâmica e de acordo com aspectos subjetivos

e culturais (Yadav, 2021). Gênero é um agente cultural que influencia o corpo e, por conseguinte, constitui-se de forma social e compartilhada produzindo os conceitos de masculinidade, feminilidade e homossexualidade (Yadav, 2021; Melo, 2021).

Butler (1990), ao questionar a dicotomia entre sexo e gênero e a representação sexista de que mulheres compartilham características comuns pelo fato de serem mulheres, indica que a organização política privilegia relações de exclusão e dominação (Melo, 2021). A teoria performática de Butler desenvolve o entendimento sobre gênero dentro desse panorama político e social e critica o modelo biológico que analisa apenas o sexo.

Uma das questões lançadas na terceira onda é sobre como o feminismo foi criticando e absorvendo, em seu arcabouço teórico, a maneira como o sexismo limita a identidade de mulher – representada pelo patriarcado – como o único modo para uma ação política feminista (Melo, 2021). A categoria mulher é constantemente repensada, possibilitando a discussão sobre quais tipos de mulheres estão amparadas pela teoria feminista e as diversas formas de ser mulher (Figueiredo, 2018; Ribeiro, 2016). A provocação feita em *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (Butler, 2003) reverbera sobre o movimento feminista a distinção entre sexo e gênero e a concepção social sobre a heterossexualidade compulsória. Para esta autora, é de suma importância que a teoria feminista acolha as diversas construções de identidade de gênero e que, nesta medida, amplie o discurso contra hegemônico estabelecido pela lógica patriarcal e sexista (Figueiredo, 2018; Butler, 2017; Firmino & Porchat, 2017).

2.2.4 Quarta Onda do movimento feminista

O entendimento sobre a Quarta Onda do feminismo é recente e marcado pelo início do século XXI. De acordo Matos (2010), para caracterizar a quarta onda, é indispensável considerar os processos transnacionais advindos da globalização nas relações político-sociais. Sousa Santos (2009) desenvolve o entendimento de que a interpretação do mundo está

diretamente relacionada com o poder sobre as experiências e saberes. Para o autor, as perspectivas do eixo Norte acabam por subalternizar outras epistemologias e vivências. Nesse sentido, sobre emancipação e busca de compreensão da própria realidade local e social, a quarta onda do feminismo se encaixa na valorização e aproximação das diversas escalas de intervenção, sejam elas subnacionais, regionais ou locais (Matos, 2010).

A quarta onda engloba (1) mobilização dos meios de comunicação digitais, (2) entendimento sobre a diversidade de femininos, (3) utilização da interseccionalidade como pressuposto teórico e (4) mobilização social em forma de coletivos. Este momento contemporâneo do movimento feminista indica a evolução teórica e as outras formas de se fazer militância de maneira a englobar o ativismo feminista digital (Perez e Ricoldi, 2019). O ativismo digital iniciou na década de 90 com a popularização dos computadores domésticos e da internet, e o ciberespaço proporcionou às mulheres novas formas de expressão e embate sobre a desnaturalização do normas sobre o que é ser mulher (Rocha, 2017).

Mais do que o avanço tecnológico e a maior democratização na construção e exposição de ideias pelo uso da internet (Perez & Ricoli, 2019), a quarta onda envolve no cenário brasileiro e latino-americano no avanço da institucionalização das demandas das mulheres por intermédio da entrada mais expressiva delas no circuito político – por exemplo no Brasil, com a representação de mulheres no Poder Executivo e Legislativo (Matos, 2010). Além disso, a criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas e a consolidação de ONGs e redes feministas com capacidade para articulação e financiamento transnacional são elementos que anunciam esta recente onda.

É necessário que o movimento feminista no Brasil esteja comprometido com a amefricanidade e integre cada vez mais as problemáticas sobre racismo e colonialismo (Gonzales, 2020). A quarta onda do movimento feminista vem se apropriando da análise holística de Gonzalez (2020) sobre as mulheres negras e latinas, contribuindo com a construção

do movimento feminista sobre os elementos ameríndios e africanos (Perez e Ricoldi, 2019; Melo, 2021).

Outra característica desta onda é a presença dos coletivos feministas e a forma como eles apontam novas práticas e nomenclaturas, atualizando as necessidades do próprio movimento e se estruturando politicamente por intermédio de partidos ou organizações formais (Perez & Ricoldi, 2019). O movimento feminista tem avançado de forma expressiva na participação política nas esferas de decisão do Estado em toda a América-latina e alcançado, por intermédio da participação partidária institucional, acesso e movimentação em espaços políticos fundamentais para que mudanças sociais e políticas possam acontecer (Matos, 2010).

2.2.5 Considerações sobre o histórico do movimento feminista

Relacionando as ondas do movimento feminista e a problemática desta pesquisa, consideramos importante destacar alguns conceitos e posicionamentos. Nesse sentido, para Davis (2016), o movimento feminista necessita ser pensado por intermédio da interseccionalidade, termo que foi cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989 (Ribeiro, 2016). Assim, a interseccionalidade estimula a análise de forma correlacionada entre a organização social representada pela luta de classe, as questões raciais e as problemáticas de gênero. Aponta para a importância de estudos sobre a escravidão e a maneira de como existe pouco conhecimento sobre a mulher negra escravizada e as formas como a segregação de raças influencia na luta pela igualdade de gênero.

Considerar a realidade e o histórico da mulher negra, representado também pelo conteúdo étnico-racial, viabiliza ao feminismo, enquanto movimento social, o direito a igualdade política (Ribeiro, 2016). Os processos de resistência das mulheres negras, também como das mulheres indígenas no Brasil, são pilares que compõem a militância que visa a ações políticas feministas descolonizadoras (Cardoso, 2014). O pensamento decolonial possibilita a

criação de reflexão crítica sobre o posicionamento dominante em relação às hierarquias sociais (Lugones, 2014). O feminismo decolonial contribui com uma forma mais atualizada de análise e aborda a complexidade das relações de raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica.

O conceito de interseccionalidade no movimento feminista proporciona o questionamento sobre a ideia de universalidade da mulher e incorpora, nas lutas sociais, as opressões raciais e de classe (Ribeiro, 2016; Cardoso, 2016; Davis, 2016). A interseccionalidade abrange a discussão sobre direitos humanos, neoliberalismo, identidade política, imigração, políticas públicas e diversas formas de ativismos (Collins e Bilge, 2020). As autoras acreditam que a interseccionalidade pode ser uma ferramenta analítica que auxilia a investigação de relações interseccionais de poder que influenciam nas relações sociais e na diversidade. Isso quer dizer que, nas relações de poder, existem a inter-relação com categorias como classe, raça, gênero, idade, etnia e outras categorias que expressam diferenças dentro do discurso normativo.

As relações de poder (Foucault, 1999) se estruturam sobre as interações sociais, e as hierarquias dentro das relações produzem controle e promovem disciplina. O entendimento de poder para esse autor está conectado com as ações das pessoas dentro de suas relações sociais e de como a hierarquia nas relações e a disciplina servem como estratégias para controle e punição (Elden, 2021). Nesse sentido, para Davis (2016), as relações de poder estão marcadas nas opressões pelas diferenças sociais. A interseccionalidade é então utilizada como uma ferramenta analítica dentro do movimento feminista para abordar a complexidade das relações de poder e opressões e também para discutir a hierarquização das relações (Hirata, 2018; Collins & Bilge, 2020; Conceição, 2021).

Relacionando com o entendimento das opressões, o movimento feminista se estrutura na crítica e na reflexão sobre o Androcentrismo, o patriarcado e o machismo. Androcentrismo é o posicionamento filosófico de que o homem está no centro do mundo, permitindo uma

deturpação da realidade e promovendo a ideia de que os homens são superiores em relação ao mundo e também à mulher (Estevan-Reina, Lemus & Mind, 2020). A partir desse entendimento, o patriarcado e o machismo se estruturam como modo de organização política e social (Forchi & Zirbel, 2020).

O patriarcado pode ser compreendido sobre a autoridade e liderança do homem em relação a organização do mundo baseada na organização familiar (Garcia, 2015). Tal entendimento impulsiona a soberania dos homens sobre as mulheres e garante a eles o poder sobre as questões políticas e sociais. O patriarcado é uma configuração hierárquica de sistema de gênero que propicia a violência e sujeição contra as mulheres e também contra o que é considerado feminino (Cáceres, 2018; Fochi & Zirbel, 2020).

Cowan (2017) desenvolveu sua pesquisa sobre a natureza e significado do machismo, associando-o ao entendimento de masculinidade e aos sistemas de gênero latino-americanos. O machismo é um sistema de desigualdade que preconiza a objetificação e obediência da mulher perante o homem (Fraccaro, 2018; Garcia, 2015; Miguel & Biroli, 2015). O sistema capitalista necessita da ordem patriarcal e do machismo para manter as relações de poder e opressão (Segato, 2018).

O feminismo estabelece sua narrativa no intuito de combater o discurso hegemônico defendido pelo sistema capitalista, o patriarcado e o machismo (Timm, Pereira & Gontijo, 2011; Lugones, 2014; Fraccaro, 2018). Ao considerar o panorama do patriarcado e seu poder sobre as relações sociais, o feminismo se apresenta como a luta pelo direito de todas as expressões de gênero e sexualidade (Tiburi, 2018). A definição de feminismo é o desejo pela democracia de forma radical em prol de justiça por aqueles que foram oprimidos pelo sistema patriarcal. Tiburi (2018) complementa o entendimento sobre o processo de subjugação que é feito pelo patriarcado por intermédio do julgamento dos corpos e no valor de uso, como os corpos que são para o trabalho e os corpos que são para a procriação.

Hooks (2014) define o feminismo como um movimento que busca acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão. Para essa autora, ao nomear o sexismo como o cerne da questão de combate do feminismo, é implicado que todos, em algum modo e não somente as mulheres, são oprimidos. O sexismo se estabelece pela desigualdade e o preconceito fundamentados pela diferença entre os sexos e tende a ser apresentado de duas formas: de (1) maneira hostil – maneira agressiva que expressa preconceito em atitudes negativas para com as mulheres –; ou (2) benevolente – as atitudes preconceituosas são apresentadas com o discurso de que as mulheres devem ser protegidas e estimadas pelos homens (Estevan-Reina, Lemus & Mind, 2020).

2.3 Conceitos de Bakhtin em *Corpo Manifesto*

O documentário *Corpo Manifesto* (2016), como exposto pelas diretoras, objetiva contribuir com a transformação social, tendo como ênfase a problematização do ativismo feminista e a manutenção de uma sociedade patriarcal e machista. Sua produção e execução foi composta em maioria por mulheres. Essa informação permitiu uma inferência por parte das pesquisadoras dentro dos elementos que conduzem a composição deste curta: (1) é feito por mulheres, (2) fala sobre a vivência de mulheres na contemporaneidade e (3) preconiza a liberdade do corpo das mulheres perante as estruturas machistas.

Esses três pontos são o alicerce deste documentário, onde o engajamento e coerência dos aspectos ideológicos são apresentados no decorrer da participação das mulheres entrevistadas. Nos primeiros minutos do documentário, o espectador presencia a primeira das quatro apresentações feitas pela artista independente Nina Giovelli. Após esse primeiro momento, marcado pela presença artística e pelo papel do corpo na expressão, inicia a fala das participantes sobre suas vivências quase como uma pergunta, capciosa e necessária, que não aparece na obra, mas que conduz o diálogo: o que é ser mulher?

Corpo Manifesto (2016) é constituído por três elementos que juntos constroem e articulam as questões relacionadas à história e aos conflitos contemporâneos da mulher na sociedade ocidental. O primeiro elemento é a (1) presença da artista Nina Giovelli em momentos performáticos, compondo a linguagem fílmica com sua expressão artística. Para o segundo elemento, não que a ordem interfira na obra ou gere alguma hierarquia, está a (2) narrativa das diversas mulheres que falam de si e do que pensam sobre as lutas feministas e como essas lutas marcam os corpos femininos. Por terceiro, está o recorte que é feito, em determinados momentos, sobre (3) situações históricas e contemporâneas do movimento feminista na busca por direitos.

A participação das ativistas, junto com a apresentação performática e trechos de algumas das manifestações públicas feministas no Brasil, conecta-se com a problemática sobre as questões de gênero fortemente marcadas no corpo feminino. Esse aspecto inicia o diálogo sobre a corporeidade e as diversas e singulares formas de se expressar enquanto mulher na sociedade contemporânea. No documentário *Corpo Manifesto* (2016), é desenvolvida uma linha histórica sobre o movimento feministas e a luta política travada por esse movimento em relação aos direitos de igualdade de gênero. Seguindo essa lógica, a contemporaneidade é marcada pela presença das participantes e por seus relatos. O histórico da luta feminista é apresentado no decorrer do filme, proporcionando o conhecimento do espectador sobre o início da organização do feminismo e a maneira como o ativismo feminista contribui de forma potente na discussão das teorias sociais, políticas e culturais (Brickell e Cuomo, 2019; Matos, 2010).

Em o *Corpo Manifesto* (2016), os aspectos dialógicos podem ser observados na compreensão de que as falas das participantes e suas narrativas estão relacionadas à historicidade de cada palavra escolhida por cada uma. As falas são relacionadas com os aspectos históricos, sociais e culturais, bem como com os elementos singulares de suas vivências. A palavra proporciona ao diálogo as mudanças e atualizações sociais, pois está

diretamente conectada com esses aspectos históricos, dando potência e pressionando as estruturas sociais estabelecidas pelo movimento fluido e vivo que são constituídas (Stella, 2018).

Considerando a possibilidade de comunicação verbal feita pelo documentário, é interessante destacar a escolha das palavras que compõe o título: *Corpo Manifesto*. Essa escolha também comunica, de maneira viva e dialógica, com os seus interlocutores. E, nessa perspectiva, as palavras também estão enraizadas na compreensão do mundo, como produto ideológico e com valor social (Bakhtin, 2016; Stella, 2018).

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Volóchinov (2017) considera que o entendimento bakhtiniano compreende que a fala e a palavra fazem parte do papel constitutivo atribuído à linguagem, tornando possível as diferentes formas de discurso, cognição e estruturas da consciência e do conhecimento. O que também exemplifica a importância atribuída a Bakhtin sobre as preocupações epistemológicas e abordagens conceituais em seus trabalhos (Silva, 2009).

Para a compreensão dessa conexão da teoria bakhtiniana com o desenvolvimento do documentário *Corpo Manifesto* (2016), é necessário caracterizar o que são os conceitos de monológico e polifônico. Compreende-se como monológico a categoria que está centrada na figura do autor, trazendo para ele o processo de criação (Bezerra, 2018). O autor é o centro e, com isso, irradia a consciência, as vozes, as imagens e os pontos de vista. O modelo monológico não compreende a totalidade da relação com o outro, tampouco como sujeito ativo e criador de expressões e consciência (Bakhtin, 2016).

Para o documentário *Corpo Manifesto* (2016), a perspectiva polifônica é apresentada pelas diversas vozes que são durante a narrativa fílmica estabelecida no curta. Essas vozes podem ser entendidas com as (1) falas das participantes, com a (2) performance apresentada no documentário, com as (3) inúmeras vozes representadas pelas imagens do ativismo político

feminista, pelas (4) vozes dos espectadores ou por (5) todos esses elementos juntos, de forma dialógica e dialética. Na polifonia, a autoria é representada pelos conflitos sociais e distintas realidades apresentadas nas diversas vozes e consciências (Dias & Villarta-Nader, 2018).

Sobre essa relação, atribuindo ao sujeito o papel ativo e responsivo (Bakhtin, 2010), as condições reais e a situação social determinam o grau da consciência dos interlocutores. O pensamento necessita da conjectura social para que possa ter sua expressão potencial e, seguindo a perspectiva bakhtiniana, a atividade mental caracterizada pelo conteúdo a exprimir e a objetivação externa caracterizada pela enunciação situam-se na relação entre os interlocutores (Florencio, 2002).

Cronotopo é conceituado como a interligação essencial das relações de espaço e tempo (Bakhtin, 2018). Esse termo é advindo dos estudos das ciências matemáticas e empregado na teoria da relatividade, trazendo para a linguística a possibilidade de abordar a relação tempo e espaço de maneira inseparável. Para Amorim (2018), o conceito de cronotopo, trabalhado por Bakhtin e seu Círculo, foi primeiramente criado sob a perspectiva literária, em que “o cronotopo em literatura é uma categoria da forma e do conteúdo que realiza a fusão dos índices espaciais e temporais em um todo inteligível e concreto” (2018, p. 102).

Cronotopo estabelece que os elementos tempo e espaço estarão conectados de forma insolúvel (Amorim, 2018). Considerando o curta-metragem *Corpo Manifesto* (2016). A percepção temporal do documentário – naquele momento – é inseparável da definição espacial do próprio documentário – naquele lugar. O encontro dos espectadores com o documentário é atribuído um cronotopo próprio no qual também é impossível e inapropriado separar a percepção de tempo e de espaço (Santos, 2019). Os estudos do círculo de Bakhtin indicam que cronotopo está diretamente relacionado com a coletividade, na qual várias histórias perpassam o mesmo tempo e espaço. Essa percepção é vista em *Corpo Manifesto* (2016) com as diversas

falas das diversas vivências das mulheres que participam do curta e expõem suas perspectivas formando um encontro insolúvel do tempo com o espaço (Volóchinov, 2017).

2.4 Política e o contexto político

O movimento feminista é organizado de maneira a contemplar a luta por ampliação e manutenção de direitos, a valorização da diversidade e a diminuição das opressões (Matos, 2010; Davis, 2016; Fraccaro, 2018). Esse entendimento se estrutura de maneira não hegemônica, ou seja, o discurso feminista é estabelecido de forma oposta a organização política atribuída ao sistema machista e sexista (Timm, Pereira & Gontijo, 2011). Essa questão ilustra a importância de abordarmos o contexto político para o melhor entendimento sobre o histórico feminista e seu entendimento atual. Outro ponto importante relacionado a esse contexto é que, ao compreendermos as questões políticas que perpassam o movimento feminista, podemos também abordar a maneira como as psicólogas se constroem e se constituem no cenário entre feminismo e exercício da psicologia.

Dessa forma, o cenário político se apresenta como fundamental para esta pesquisa por dois quesitos. O primeiro é pelo entendimento de o ambiente político ser onde a luta feminista acontece. Ao considerarmos também o histórico feminista, anteriormente do movimento ser considerado como movimento feminista em prol dos direitos das mulheres, a conscientização e o enfrentamento das diferenças vivenciadas pelas mulheres já atravessava os questionamentos sobre as desigualdades entre homens e mulheres tanto nos direitos políticos quanto na liberdade de ações (Beauvoir, 1970).

O segundo aspecto é a possibilidade de compreender que o feminismo perpassa o entendimento sobre o contexto político, histórico e atual. Isso quer dizer que, ao trabalharmos com o contexto político e o movimento feminista, é necessária uma abordagem que englobe os aspectos políticos de forma histórica e social. No Brasil, assim como em outros países, a luta

feminista esteve diretamente relacionada com a busca pela ampliação dos direitos civis, políticos e sociais (Pinto, 2010). O enfrentamento sobre a desigualdade está associado ao espaço e às garantias políticas. Ao considerarmos a organização política como espaço para determinação e garantia de direitos e deveres, a contextualização histórica do cenário político se torna fundamental para a compreensão da maneira como as mulheres vivenciaram e vivenciam suas ações em sociedade (Adrião, Toneli & Maluf, 2011; Moreira, 2019).

Para isso, consideramos a redemocratização brasileira como um ponto histórico marcante para a caracterização do contexto político selecionado para esta pesquisa. Essa escolha está concatenada com o período anterior representado pela ditadura militar e com a possibilidade, por intermédio da redemocratização, da criação de direitos políticos e civis para a população brasileira. É também neste período, após a ditadura militar, que o movimento feminista se estabelece de forma mais organizada e militante no país (Alves, 2017; Fraccaro, 2018).

A redemocratização brasileira ocorreu com o final da ditadura militar em 1988 e com as eleições diretas para presidente em 1989. Após a instauração do regime militar, em 1964, o Brasil passou por diversas transformações, sendo a transição inicial em 1970 para um governo civil que ocorreu apenas em 1985 (Baquero & González, 2016). A Constituição Federal de 1988 (CF, 1989) formalizou-se como o regimento supremo de todo ordenamento jurídico no Brasil até o presente momento desta pesquisa. Essa constituição é composta por 245 artigos e mais de 1,6 mil dispositivos que determina o (1) sistema presidencialista de governo, (2) a independência do Poder Judiciário, (3) intervencionismo estatal, (4) nacionalismo econômico, (5) ampliação dos direitos dos trabalhadores brasileiros, (6) implementação das medidas provisórias e (7) ampla garantia dos direitos fundamentais.

A Constituição Federal de 1988 marca, historicamente, como a possibilidade de ampliação e manutenção dos direitos civis da população. A liberdade de expressão, a

possibilidade de voto presidencial e defesa sobre os direitos fundamentais são aspectos valorosos desse momento democrático, formalizado em 1988 e mantido atualmente. Para Arendt (2018), política deve ser compreendida como a possibilidade de organização social que preserva a diversidade e pluralidade como aspectos fundamentais para a liberdade. Dessa forma, o retorno da democracia no Brasil é marcado pela experiência da redução dos direitos no período de ditadura militar e pela importância da liberdade no ordenamento político e social do país (Rodrigues, Morganti, & Silva; 2020).

Para Arendt (2018), a pluralidade na política é o que proporciona que diversas formas de pensar o mundo sejam consideradas. Ou seja, quanto menos plural é o espaço político, mais próximo do totalitarismo – do discurso único – o fazer política estará. E, nesse sentido, menor será a quantidade de pessoas participando e sendo contempladas no ordenamento político. A ação é a maneira como a diversidade é conquistada, na movimentação das pessoas e na representatividade de diferentes formas de pensar, proporcionando a busca pela igualdade social e distanciamento de um Estado que possa ser opressor ou totalitarista (Branco & Rocha, 2018).

Considerando o valor da democracia como organização política do país e como possibilidade de preservação de direitos e representatividade, de 2006 a 2015, pela primeira vez na história do país, estiveram no cargo de presente representantes do Partido dos Trabalhadores com uma agenda política voltada para as causas sociais. Esse período foi marcado pelo desenvolvimento social em relação à diminuição das diferenças de classe, presentes desde o período colonial (Moreira, 2019).

Em 2018, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, representa uma política autoritária, conservadora e economicamente neoliberal (Silva & Rodrigues, 2020). Esse panorama mostra a instabilidade política atribuída ao Brasil desde o movimento de redemocratização (Fonseca e Silva, 2020). Desde 2016, com o *impeachment* sofrido pela então presidenta Dilma Rousseff,

acontece no cenário político uma constante movimentação na polarização entre vertentes políticas de esquerda e direita, possibilitando a ascensão, no governo Bolsonaro, em 2018, da onda ultraconservadora que se utiliza de discursos de ódio e instabilidade da democracia como possibilidades de segurança às classes privilegiadas (Rodrigues, Morganti & Silva; 2020).

O panorama político atual demonstra uma instabilidade na construção democrática do país, que influencia diretamente sobre a preservação dos direitos. Tal situação contribui com esta pesquisa na maneira como identificamos que a relação entre o contexto político e o movimento feminista pode estar relacionada com a forma como as psicólogas se constituem e exercem a profissão.

PARTE II – PESQUISA EMPÍRICA

CAPÍTULO 3

MÉTODO

Assumimos, nesta pesquisa, uma postura dialógica (Bakhtin, 2016) frente às questões relacionadas com o exercício da psicologia como profissão, os aspectos políticos e as perspectivas de gênero. Compreende-se que a complexidade entre as pessoas e os aspectos sociais necessitam de uma ótica de entendimento de forma a abranger a contradição e ausência da linearidade. Acreditamos que a postura dialética se tornou, para esta pesquisa, um alicerce fundamental na busca pelo entendimento sobre a constituição da identidade das participantes. (Bakhtin/Voloshinov, 1929/2017; Vigotski, 2001; Pino, 2018).

A presente pesquisa foi desenvolvida sob a metodologia qualitativa, na qual compreende-se que o pesquisador se relaciona com o contexto e participantes, sendo ativo em seu papel, proporcionando o acesso ao conjunto de ações interpretativas (Bauer & Gaskell, 2002). Dessa forma, a pesquisadora se posicionou de maneira crítica e analítica objetivando compreender os fenômenos de maneira mais próxima da forma como as participantes os interpretam e significam (Flick, 2004). As ações da pesquisadora no que diz respeito ao processo de produção do conhecimento e a grande variedade de métodos e abordagens na pesquisa qualitativa também se apresentam como características estruturantes da metodologia (Creswell, 2007).

3.1 Contexto de pesquisa

A pesquisa foi realizada por intermédio da plataforma digital Zoom e todos os encontros aconteceram de forma on-line. A escolha dessa plataforma concedeu às pesquisadoras a possibilidade de criação de salas privadas, além da gravação de áudio e vídeo dos encontros, tanto individuais quanto em grupo, com as participantes. As participantes são todas psicólogas clínicas e, por isso, o contexto da pesquisa é a vivência profissional na área clínica.

3.1.1 Participantes

As participantes foram 9 psicólogas clínicas que atuam em Brasília-DF e Uberlândia-MG de forma presencial e/ou on-line. O perfil das participantes variou em idade – de 25 anos a 62 anos com a média de 30 anos – e tempo de atuação – de 2 anos a 39 anos com média de 10 anos de atuação na área clínica.

3.1.2 Instrumentos

Foram utilizados os recursos disponíveis na plataforma Zoom para a realização das entrevistas e dos dois grupos focais. Os encontros foram realizados por intermédio de videoconferência, possibilitando gravação em áudio e vídeo.

3.1.3 *Corpo Manifesto*

A escolha do documentário *Corpo Manifesto* (2016) aconteceu depois de uma ampla pesquisa sobre a produção brasileira de filmes e curta-metragem que abordam o tema feminismo. A seleção desse produto cultural aconteceu sobre dois parâmetros: o primeiro pela maneira como a narrativa fílmica é estabelecida; e o segundo pelo tempo de duração de 28 minutos do curta-metragem. Acreditamos que o tempo de duração foi interessante para que o grupo focal acontecesse de forma on-line, permitindo que as participantes pudessem assistir ao documentário no mesmo momento do encontro e que, após a exibição, ainda houvesse tempo suficiente para que a conversa entre elas acontecesse de forma confortável.

Corpo Manifesto (2016) é uma produção brasileira, realizada em São Paulo com a direção de Júlia Bock e Carolina Martins. É organizado sobre três momentos distintos: (1) apresentação da performance da artista Nina Giovelli, (2) a interlocução das falas das participantes entrevistadas e (3) a apresentação de situações de manifestação de rua do movimento feminista no Brasil e no mundo. Participam desse documentário as mulheres Babi

de Souza, Carla Gallo, Djamila Ribeiro, Gabriela Ferraz, Jéssica Ipólito, Laerte, Léo Moreira Sá, Lieli Loures, Luíza Coppieters, Márcia Tiburi, Margareth Rago, Marília Moschkovich, Natália de Souza, Regina Facchini, Renata Correa e Rosângela Talib. Todas as participantes relatam sobre suas vivências em relação ao movimento feminista e suas percepções sobre ser mulher. É apresentado ao espectador a problemática sobre o controle dos corpos femininos, o silenciamento das mulheres e as diversas formas possíveis de ser e de se compreender enquanto mulher. A figura abaixo (Figura 1) é a publicidade do documentário juntamente com a ficha técnica.

Figura 1

Publicidade de divulgação do documentário Corpo Manifesto



Fonte: <https://www.hypeness.com.br/2016/02/recem-lancado-doc-feminista-corpo-manifesto-reune-depoimentos-de-laerte-marcia-tiburi-e-djamila-ribeiro/>

3.1.4 Aspectos éticos

Esta pesquisa seguiu de maneira rigorosa os seguintes passos: (1) apropriação das Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e o Código de Ética Profissional do Psicólogo; (2) submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de

Ciências Humanas da Universidade de Brasília para apreciação, com intuito de assegurar o sigilo e todos os direitos e cuidados necessários às participantes e pesquisadora; (3) entrega e esclarecimento juntamente com cada participante do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – foram descritos todos os procedimentos da pesquisa, riscos e benefícios, assegurando o sigilo e anonimato, bem como também o direito pela desistência por parte das participantes a qualquer momento –; e (4) as entrevistas aconteceram após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3.2 Procedimentos para construção das informações

O procedimento de construção das informações foi feito por intermédio das entrevistas narrativas individuais e dos grupos focais. Essa escolha foi feita considerando a necessidade do primeiro contato individual com as participantes, o encontro em grupo e a finalização também com um encontro individual. Acreditamos que assim foi possível acompanhar a experiência da participação de cada psicóloga de forma mais próxima. As participantes foram convidadas pela pesquisadora e o único pré-requisito foi que elas fossem psicólogas clínicas e que estivessem em plena atuação, on-line ou presencial como psicoterapeutas. O contato inicial foi realizado pelas pesquisadoras, considerando a rede de psicólogas de Brasília. Não havíamos previsto que as participantes indicariam outras psicólogas para participarem, entretanto, essa situação aconteceu diversas vezes e facilitou com que o grupo fosse diversificado tanto em tempo de atuação quanto em abordagem clínica.

Após a aprovação da pesquisa por parte do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, as entrevistas individuais foram marcadas em horário apropriado para cada participante e tiveram como tempo médio de duração 40 minutos. Foram realizadas 18 entrevistas individuais, duas com cada participante, que tiveram como tempo total de 9h52min. Optamos por ampliar o número de psicólogas que participassem

da primeira entrevista individual, considerando a possibilidade de desistência. Essa estratégia favoreceu com que os dois grupos acontecessem sem interferir no desenho metodológico.

O encontro em grupo foi desenvolvido da seguinte maneira: (1) breve apresentação sobre o que seria feito naquele momento, (2) exibição do documentário *Corpo Manifesto* (2016), (3) apresentação das participantes e (4) abertura para o espaço de diálogo do encontro em grupo. O encontro em grupo foi realizado por intermédio da plataforma Zoom. Por se tratar de uma plataforma on-line, utilizamos os recursos de gravação de áudio e vídeo que favoreceram no registro das informações. O documentário foi assistido ao mesmo tempo por todas as participantes de cada grupo; para isso, foi enviado o link do documentário no YouTube. Ao terminarem de assistir, as participantes sinalizaram e, durante a exibição, todas permaneceram na sala on-line do Zoom. Foram dois grupos focais, nomeados por grupo 1 e grupo 2, com tempo de duração de, respectivamente, 1h03min e 1h25min.

A construção das informações foi feita através de:

- 1- Antes da apresentação do documentário foi desenvolvida por intermédio de entrevistas narrativas, em que a narrativa das participantes contribuiu para o contato das pesquisadoras com os significados (Bruner, 1997) sobre a temática da pesquisa. O documentário *Corpo Manifesto* (2016) foi utilizado como produto cultural mediador que teve como propósito ampliar a possibilidade de interlocução com os participantes, auxiliando e colaborando com a criação de ambiente que estimule os participantes a falarem de si mesmos na medida em que lembranças são acessadas com a interação do artefato (Caixeta, Silva, Lima & Alves, 2017).
- 2- Os grupos focais foram realizados considerando a possibilidade de interação e discussão entre as participantes sobre a temática da pesquisa. Os grupos focais proporcionam a troca entre as participantes, corroborando para que elas pudessem compartilhar, compreender e discutir suas opiniões no espaço em grupo (Fávero &

Maracci, 2016). O encontro em grupo teve como intuito o aprofundamento do contato em relação à temática e permitiu os processos de ressignificação e conscientização das participantes e da pesquisadora (Flick, 2009; Gatti, Witter & Vitorino, 2015).

Após a etapa de contato com as participantes pelas entrevistas narrativas e pelos grupos focais, a pesquisadora transcreveu, na íntegra, todas as falas e interações que aconteceram durante as entrevistas individuais e os grupos focais, resultando em 12h20min de material transcrito. A transcrição possibilitou que a pesquisadora pudesse, juntamente com a gravação de áudio e vídeo, aprofundar no entendimento sobre os temas, subtemas, as relações de significados estabelecidas pelas participantes e a descrição dos processos dialógicos (Silva & Borges, 2017).

3.3 Análise das informações produzidas na pesquisa

O método utilizado para a análise das informações foi a Análise Temática Dialógica. Essa escolha está diretamente relacionada com a perspectiva dialógica da linguagem (Bakhtin, 2016) e, por intermédio desse entendimento, com a importância do uso de um método que possibilite abordar os aspectos do encontro dialógico que acontece entre pesquisador e participantes (Silva & Borges, 2017).

Na Análise Temática Dialógica, o pesquisador deve se posicionar em relação à análise das informações de forma a compreender que não há linearidade e previsibilidade nas análises (Silva & Borges, 2017). Dessa forma, as informações foram contempladas, primeiramente, com as transcrições integrais, possibilitando o contato das pesquisadoras de forma mais próxima com a narrativa de cada participante.

Posteriormente, foram definidas as unidades analíticas que fazem parte das entrevistas, que norteiam a leitura e análise das informações (Silva & Borges, 2017) e que estão diretamente relacionadas com o embasamento teórico desta pesquisa. Essa definição relaciona-se ao

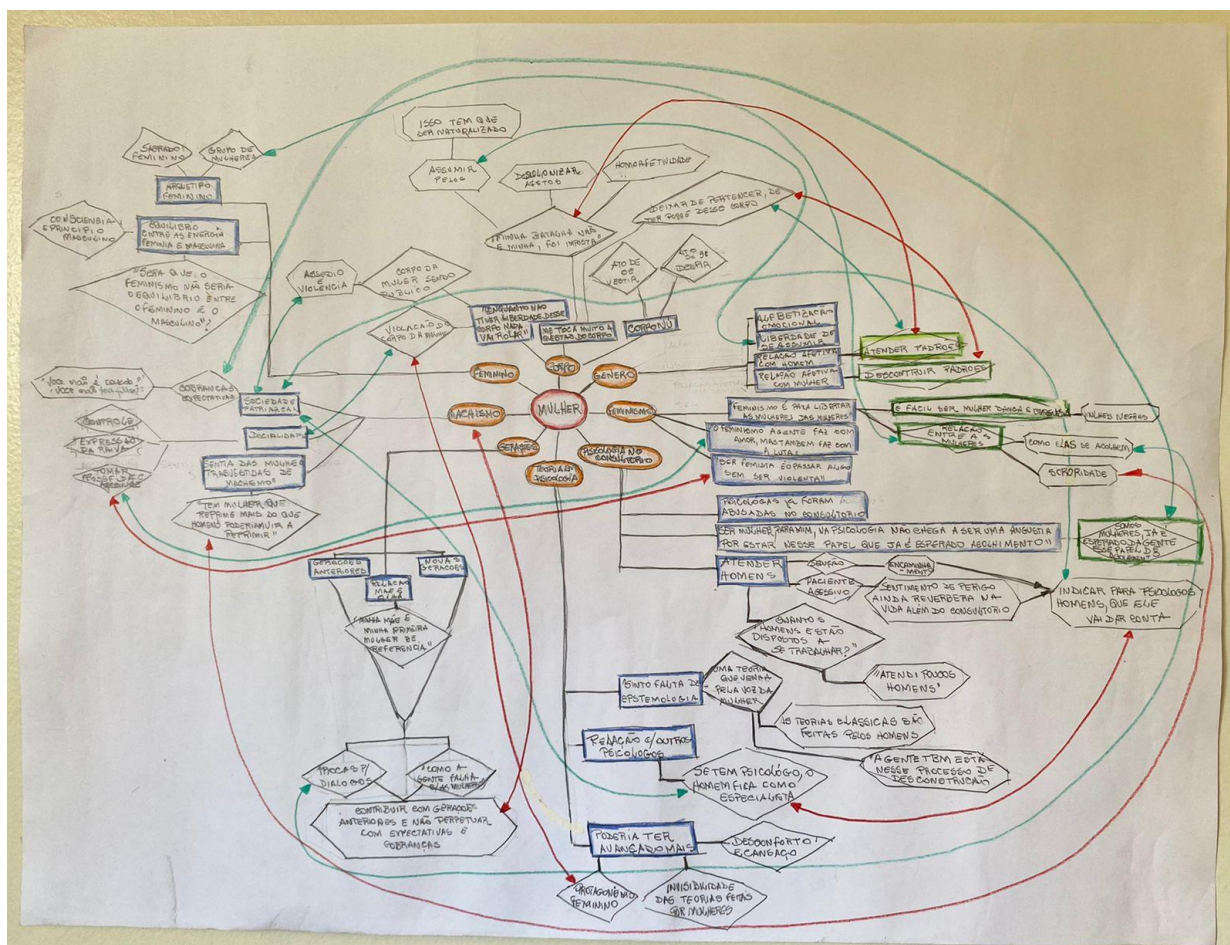
entendimento de Bakhtin (2010) sobre o caráter dialógico e a constituição dos sujeitos pela linguagem. Os enunciados são destacados nas análises de cada entrevista mediada como a unidade real da comunicação e um elo na cadeia do discurso (Cavalcante Filho & Torga, 2011; Bakhtin, 2016). A organização das enunciações foi feita por temas, subtemas e as relações de significado entre eles, objetivando organizar e colaborar com a elaboração e análise de mapas semióticos (Silva & Borges, 2017).

Os mapas semióticos foram desenvolvidos pelas pesquisadoras considerando o levantamento de temas e subtemas. Essa etapa proporcionou que as pesquisadoras identificassem o tema central de cada grupo e pudessem, a posteriori, irem selecionando os temas e subtemas. Os mapas apresentam setas que ligam as consonância e dissonância entre os temas e subtemas.

Primeiramente, montou-se mapa semiótico de cada grupo em uma cartolina, conforme Figura 2 e Figura 3. Essa maneira manual de composição proporcionou a possibilidade de montarmos o mapa de forma orgânica, estruturando e reestruturando a estética para que gerasse uma espécie de cartografia de cada encontro em grupo.

Figura 2

Cartolina com a montagem do Mapa Semiótico do grupo

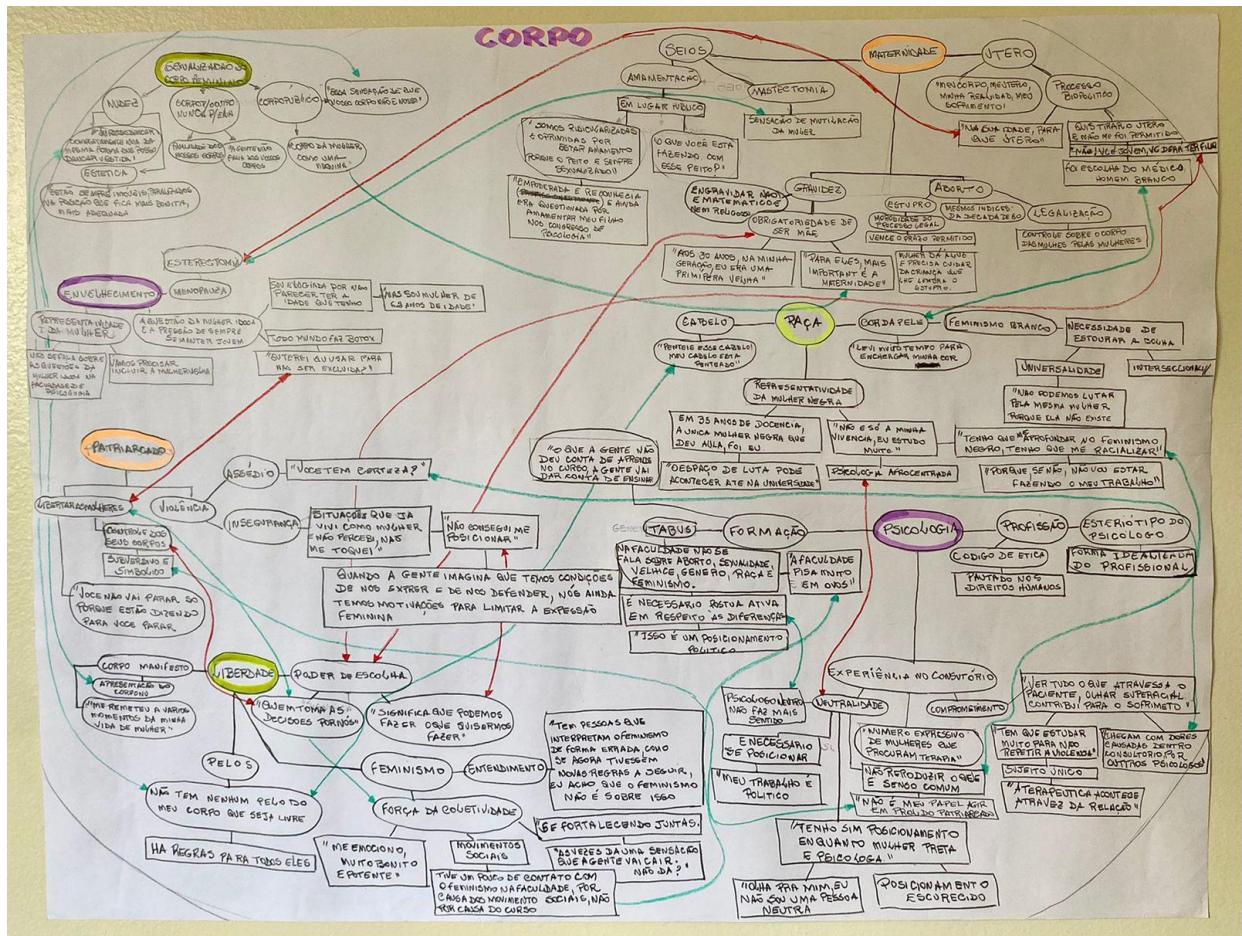


Fonte: Elaboração da autora.

As figuras 2 (acima) e 3 (abaixo) representam a composição final em cartolina de cada um dos mapas semióticos. A montagem digital dos mapas foi desenvolvida pelo programa EdrawMind versão 9.0.1, tornando o entendimento mais didático e possibilitando que a análise fosse desenvolvida de maneira mais clara.

Figura 3

Cartolina com a montagem do Mapa Semiótico do grupo 2



Fonte: Elaboração da autora.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS E ANÁLISES

Para o Círculo de Bakhtin (Volóchinov, 2017), a comunicação não acontece de forma diretiva e linear, pois está diretamente conectada à relação entre o “eu e o outro”. Isso quer dizer que a comunicação é desenvolvida como uma realização de palavras e direciona um em relação ao outro (Volóchinov, 2017). Na comunicação, a palavra é mero instrumento, no qual a realidade funcional da língua permite que a comunicação seja se expressar em relação ao outro e não para o outro (Vianna, 2019).

A partir desse entendimento, optamos por usar o encontro em grupo, juntamente com a exibição do documentário *Corpo Manifesto* (2016), como a possibilidade de observar e compreender a maneira como as participantes interagiram e criaram significado dentro daquele momento sobre suas atuações enquanto psicólogas e suas construções enquanto mulheres. Compreendendo que a conversação e a interlocução são espaços de troca e criação de significado, o encontro em grupo se apresenta como uma maneira de identificar os conteúdos e significados em relação a problemática desta pesquisa. Nesse contexto, o diálogo passa a ser estado excepcional de partilha, já que prognostica um exercício de escuta e fala. Além disso, para a análise das informações, utilizamos trechos das falas das participantes durante as entrevistas individuais.

As falas de cada participante são construídas a partir da sua própria opinião, bem como da interação com o outro, sejam para concordar ou discordar com a fala imediatamente anterior, ou ainda para complementá-la (Volochnov, 2017). A conversação, nesse sentido, relaciona-se à maior consciência, reflexão e profundidade, numa acepção de compartilhamento e interação.

Dois encontros foram organizados, nomeadas como grupo 1 e o grupo 2. O grupo 1 teve a presença de quatro participantes, e o grupo 2, a presença de cinco participantes na pesquisa.

Os grupos aconteceram na plataforma Zoom, proporcionando a gravação do áudio e das imagens. Cada participante esteve presente em apenas em um dos grupos.

O encontro em grupo, como dito anteriormente, contou com a apresentação do documentário *Corpo Manifesto* (2016) como artefato mediador (Caixeta & Borges, 2017), possibilitando que as participantes pudessem interagir com o contexto do documentário e, por intermédio disso, construir narrativas sobre si mesmas e sobre suas relações com a temática desta pesquisa. Para cada momento em grupo, foi realizado um mapa temático, nesse caso por intermédio do programa EdrawMind versão 9.0.1, com o temas, subtemas e as relações de oposição – indicadas pelas setas na cor vermelha – e aproximação – representadas pelas setas na cor verde – entre eles.

A construção das informações desta pesquisa se desenvolveu sobre a definição de tema, subtemas e a descrição dos processos dialógicos estabelecidos nos dois encontros como a maneira de acessar as interações e os significados (Bruner, 1986) no momento da produção de informação (Silvia & Borges, 2017). Os temas e subtemas foram elencados pela pesquisadora considerando os relatos das participantes sobre suas experiências enquanto mulheres e psicólogas clínicas e as interações entre elas. Nos mapas semióticos, é possível também observar que existem elementos de aproximação e elementos de distanciamento.

Considerando o perfil de cada participante, optamos por descrever as características indicadas por elas durante a primeira entrevista individual e no momento de apresentação em grupo.

4.1 Participante 1

P1 tem 30 anos, auto declara-se como branca e é moradora da cidade de Brasília. Embora tenha trabalhado atendendo crianças e adolescentes, atualmente atende apenas jovens adultos e adultos, na faixa etária entre 20 e 35 anos e, destes, a maioria pertence à classe média

e média alta. Até o momento de sua participação na pesquisa, atuava com abordagem psicanalítica, e a maioria dos pacientes estavam no divã. Neste período da Pandemia COVID-19, nos atendimentos on-line, a possibilidade encontrada para a adaptação do uso do divã foi realizar as sessões psicoterápicas apenas por áudio. Apesar de ser uma nova metodologia, ainda em teste, tem tido aceitação por parte dos clientes e acredita obter o resultado esperado.

É especialista em Neuropsicologia e Avaliação Psicológica. Neste período de pandemia, tem observado o aumento no início e manutenção dos atendimentos psicológicos, o que fez com que esta participante se aproximasse mais do contexto psicoterápico. Teve a experiência de estar na linha de frente contra a COVID-19, atuando em um Hospital de Campanha situado em Brasília. Primeiramente, sua função foi de atendimento psicológico para internados, familiares e informando óbitos juntamente com o médico assistente. Essa função foi desempenhada por 3 meses e, após esse período, até o momento da pesquisa, esteve no Hospital de Campanha desenvolvendo atendimento psicológico para funcionários do hospital.

Em relação às questões de gênero nos atendimentos, acredita ser necessário definir o que é gênero e se apropriar das nomenclaturas em relação às demandas nessa temática, refletindo sobre como a pessoa se sente, como se enxerga e se mostra para o mundo. Percebe o aumento gradual dessa demanda nos atendimentos psicoterápicos e do público LGBTQIA+.

4.2 Participante 2

P2 tem 42 anos de idade, considera-se branca e é residente de Brasília. Esteve, até o momento da pesquisa, com 18 anos de trabalho na psicologia, atuando, porém como psicóloga clínica há 15 anos. Optou pela psicologia inspirada em uma profissional dessa área que havia em sua escola, na educação infantil. Conta que, na ocasião do vestibular, com a dúvida em relação ao curso a ser escolhido, lembrou-se daquela psicóloga e pensou: “o que ela fazia na

escola eu gostaria de fazer na vida”. Assim, devido a essa inspiração ingressou na psicologia e optou, inicialmente, pela psicologia da educação, inclusive fazendo vários estágios e pesquisas.

Quando se graduou, com o conhecimento obtido sobre a área de educação, começou a trabalhar como educadora e fez mestrado em psicologia da educação. Durante o mestrado, foi contratada para dar aula em uma faculdade e nela atuou como professora universitária por cerca de dois anos e meio, vivenciando o que, para ela, foi uma experiência gratificante e enriquecedora.

Relata que começou a fazer terapia em Bioenergética, cujo terapeuta era analista e também trabalhava com bioenergética, quem a convidou e incentivou a fazer o Workshop na área da Bioenergética. Assim, começou fazer o curso, muito mais para conhecer (inspirada no processo psicoterápico), no entanto, gostou muito. Em seguida, despertou interesse em conhecer a área clínica, e também passou a gostar muito, além de perceber que o retorno financeiro se mostrava mais atraente, levando à decisão de deixar, mesmo com pesar, a educação de forma integral e optar pela psicologia clínica. Há cerca de cinco anos, iniciou o doutorado. P2 afirma como seu viés de pensar a vida: *"psicanalise é a minha forma de ver a vida meu caminho. Minha grande base identitária."*

4.3 Participante 3

P3 tem 38 anos de idade, reconhece-se como branca e graduou-se em 2005 em uma faculdade de Brasília. Esteve, até o momento do encontro com a pesquisadora, na área clínica há 16 anos. Sua formação em Gestalt Terapia aconteceu logo após a conclusão da graduação. Identifica-se com a abordagem fenomenológica existencial. Sua formação em Terapia de Processamento de Traumas - MDR – ocorreu entre 2007 e 2008 e, em seguida, Brainspotting. Para ela, o uso dessas duas abordagens depende da demanda do cliente e da relação terapêutica, e são inseridas adaptações sob viés fenomenológico existencial e postura pautada na Gestalt

terapêutica. Tem formação em Acompanhamento de Grupos por meio de, como ela colocou, vários cursos.

Sua história com a psicologia deu início com interesse que surgiu antes mesmo de ingressar na universidade, a partir de sua experiência na pré-adolescência fazendo terapia de acompanhamento familiar. A experiência profissional estabelece principalmente na área Clínica, porém atuou por um ano em instituição socioeducativa com atendimento clínico prestado aos menores infratores. Além de ter também experienciado, por pequeno espaço de tempo, na área hospitalar. Realizou palestras e workshops voltados para a educação e troca de conhecimentos. Setores esses que se identifica muito por ter um perfil que favorece a atuação em grupo, pois tem uma atenção mais difusa e gosta muito de juntar conteúdos diferentes e fazer paralelos.

Esta participante define seu perfil de psicóloga alinhado ao trabalho com mulheres, num grupo de terapia que ela formou há quatro anos. Inicialmente com encontros presenciais, uma vez por semana e duração de duas horas, porém, com o cenário da pandemia Covid-19, passou a ser on-line. Esse trabalho, inicialmente, não tinha a proposta de ser apenas de mulheres, mas sim misto, no entanto, o interesse veio unicamente das mulheres e, posteriormente, em consulta com o grupo, as participantes demonstraram a preferência por manter o grupo fechado para mulheres, mesmo quando surgiram homens interessados em participar. A partir daí, todo o conteúdo passou a ser estruturado para atender exclusivamente mulheres. Para ela, a ideia da formação desse trabalho em grupo de mulheres veio da observação sobre as demandas das próprias mulheres na clínica individual, as quais apresentavam questões que poderiam ter trocas identitárias entre as mulheres e a forma de como se colocam no mundo diante do machismo, do sexismo e das questões de gênero.

Seu trabalho hoje está voltado para as questões relacionadas ao gênero, à sociedade machista e sexista e ao próprio feminismo, de forma que se tornou um diferencial no

recebimento, acolhimento e posicionamento junto às pessoas atendidas, sejam elas mulheres ou homens.

4.4 Participante 4

P4 tem 30 anos de idade, considera-se parda e atua há 08 anos como psicóloga clínica. Moradora de Brasília e graduou-se na mesma cidade. Possui construção profissional marcada pela psicanálise e pela saúde mental e está terminando especialização em abordagem Junguiana. Trabalha também com algumas terapias integrativas, como os Arquétipos do Tarot e a sabedoria do Sagrado Feminino.

Identifica sua trajetória na psicologia por muita luta, caminhando ao lado de mulheres negras, periféricas e com história de muito sofrimento. Considera o feminismo como tema importante de ser debatido, tendo em vista o histórico do patriarcado no passado e no presente. Percebe a necessidade de se trazer a escuta e o acolhimento a esse sofrimento e a esse aliciamento das mulheres e do feminino tão massificado pelo machismo e o patriarcado. Acredita que, na psicologia, o feminismo pode influenciar bastante, trazendo o foco para o sofrimento, a violência, a história e a subjetividade, tanto para as pessoas que sofrem e que, muitas vezes, não têm o reconhecimento de que sofrem e nem a percepção da dimensão do próprio sofrimento por terem sido tão silenciadas, quanto para a sociedade como um todo.

Esta participante relata sobre a importância do feminismo dentro da psicologia que não se dá apenas para a pessoa que o terapeuta acolhe, mas também para todos que fazem parte dessa mesma sociedade, inclusive os homens. Considera que, pensando no coletivo, o feminismo pode beneficiar a todos, embora haja muita resistência e por isso ainda estamos tão mergulhados no machismo e no patriarcado, enquanto indivíduos e enquanto sociedade. Reconhece-se como “feminista em ascensão” devido se ver ainda muito mergulhada em suas raízes psíquicas, emocionais e históricas. Procura exercer o feminismo por meio de

conhecimento e ações diárias para ressignificar conceitos enraizados, em prol de um ideal a ser alcançado. Reconhece as grandes conquistas alcançadas e, apesar de serem muitas, ainda há muita luta e muito caminho pela frente. Para ela, sua identificação como uma “feminista em ascensão” aconteceu quando começou a ter mais contato com grupos de mulheres que falavam do feminino. A partir do reconhecimento da força feminina e do poder do feminismo, estes passaram a fazer parte da sua construção enquanto pessoa, mulher e psicóloga.

4.5 Participante 5

P5 tem 62 anos de idade, auto declara-se negra e graduou-se em Psicologia no ano de 1982. Atua, até o momento da entrevista, em psicologia clínica há 39 anos e é licenciada e bacharelada em psicologia e bacharel. Deu prosseguimento no estágio supervisionado e, ao sair deste, iniciou na docência superior de psicologia como monitora e, na mesma época, como psicóloga clínica.

Ainda enquanto cursava psicologia como aluna bolsista, foi convidada a ser monitora de fisiologia, o que, ao longo do curso, deu-lhe a possibilidade de os professores formá-la para que fosse a primeira professora psicóloga naquela instituição, que daria aula de fisiologia, pois, até então, essa disciplina era ministrada somente por biólogos, médicos e biomédicos. Assim, teve a oportunidade de fazer o curso de psicologia estudando com médicos, biomédicos e biólogos, paralelamente, de forma que, quando terminou o curso de psicologia, saiu como psicóloga, técnica de laboratório, professora de fisiologia no curso de psicologia e assistente de pesquisa. Sua carreira sempre foi docência superior e consultório. No terceiro ano de formada, foi convidada a fazer parte de um grupo que estava se constituindo para realizar pesquisa, atendimento e fazer formação em educação sexual. Isso era década de 80, período em que surgia fortemente questões como DST, AIDS e gravidez na adolescência. Isso

possibilitou que esse grupo passasse a ajudar o Ministério da Educação à época e participar dos congressos que eram organizados pela Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia.

Nesse mesmo período, passa a atender clientes indicados para terapia sexual que, à época, estava se desenhando, atuando assim, como psicóloga de adultos na abordagem comportamental com ênfase na analítica funcional e terapia sexual. Isso projetou sua carreira profissional, inclusive passando a ter contato com pessoas que falavam em feminismo vinculado à sexualidade. Teve na ocasião seu primeiro entendimento do papel da mulher desprestigiado, mas com possibilidade também de luta, vindo no contexto da terapia sexual, e não no contexto da psicologia no seu sentido amplo.

P5 relata que na década de 90, casada com um homem mais jovem, aos 30anos - idade considerada avançada na época - teve o seu primeiro filho e depois mais dois filhos, de modo que a passou a conciliar o casamento, a maternidade e o trabalho. Isso causa um impacto na sua vida profissional, levando a ter que fazer algumas opções. Como já tinha seu consultório estável e o emprego na faculdade, começa a se desligar da sexologia com a robustez que era. No início dos anos 2000, foi convidada a ser coordenadora de curso e presenciou certa resistência por parte de profissionais homens daquela instituição.

4.6 Participante 6

A P6 tem 25 anos de idade, considera-se branca e é formada há quase dois anos. Mora em Brasília e se graduou em uma instituição dessa mesma cidade. Relata que, até momento da entrevista, utiliza-se como abordagem clínica o psicodrama. Iniciou com atendimento presencial que, em virtude da Pandemia de COVID-19, teve a duração um mês, migrando imediatamente para on-line. Relata que a utilização do psicodrama dentro do consultório necessita muito do corpo e materiais. Para ela, foi preciso buscar novos conhecimentos para fazer adaptações ao atendimento virtual.

Iniciou sua formação em 2014 e, a princípio, não possuía interesse na psicologia clínica, relatando ter se apaixonado a partir do contato com movimentos sociais, como os feministas, negros e LGBT. Passou a ver a psicologia clínica como um lugar político e ativo para conseguir mudar alguma coisa. Acredita que a psicologia clínica trabalha muito com as demandas dos indivíduos que sofrem com as opressões. Muito do que pretende em seu trabalho é exatamente evidenciar isso para as pessoas que procuram seu atendimento. Sendo muito gratificante, enquanto psicóloga e agente de transformação, presenciar quando as pessoas conseguem pensar de uma outra forma e transmutarem a dor que estão passando. Como psicóloga clínica, tem a oportunidade de apresentar novos conceitos ao cliente em sofrimento, que, para ele, foi construído de uma forma muito opressora durante muitos anos e, a partir daí, essa pessoa consegue se libertar. Portanto, acredita que esse seja o grande papel do psicólogo.

4.7 Participante 7

A P7 tem 31 anos de idade, define-se como preta e graduou-se em psicologia no ano de 2019. Atua há 1 ano e meio como psicóloga clínica. Começou a trabalhar logo que se formou, em uma clínica de outro profissional, já com uma carteira de clientes. Em seguida, veio a Pandemia de COVID-19, impossibilitando a continuidade de atendimento presencial nessa clínica. Até o momento desta pesquisa, desenvolve seus atendimentos a partir da Análise do comportamento e está investindo em sua própria clínica para oferecer atendimento virtual.

A participante relata que estuda Esquizoanálise e, embora goste bastante, ainda não se sente confiante para aplicar na clínica, assim, continua aprimorando seus conhecimentos. Enquanto esteve cursando a psicologia, passou por alguns problemas financeiros e pessoais que a levaram a trancar o curso por alguns semestres. Nesse período, necessitou de processo terapêutico e sua experiência despertou interesse em uma determinada área que não era abordada na faculdade. Em 2017, a partir da experiência em consultório psicológico como

paciente, começou a pesquisar sobre gênero e tomou bastante consciência de raça, passando a fazer pesquisa acadêmica sobre estes dois temas – gênero e raça. Identifica o curso de Psicologia Preta como o marcador de sua trajetória profissional e rompendo com a perspectiva proposta pela graduação da psicologia branca e eurocentrada. Hoje é psicóloga clínica Afrocentrada e seu trabalho é dedicado para e com mulheres pretas.

A partir de sua própria experiência e de relatos de outras mulheres pretas, quando em atendimento psicológico, notou que, muitas vezes, mulheres pretas não se sentem representadas e acolhidas por seus terapeutas brancos e, em virtude disso, deixam de levar para a terapia suas demandas por questões raciais para não serem deslegitimadas e/ou sofrerem invalidação de suas vivências nos processos terapêuticos.

4.8 Participante 8

P8 tem 31 anos de idade, identifica-se como branca e atua como psicóloga há 08 anos. Psicóloga clínica, desenvolve os atendimentos psicoterápicos com crianças, adolescentes e adultos pela perspectiva psicanalítica, além de fazer também acompanhamento terapêutico em alguns casos que demandam a função de psicóloga. Formou em Psicologia na cidade de Uberlândia, onde reside e, até a Pandemia COVID-19 atuava apenas nessa cidade, porém, com a abertura para o atendimento virtual, passou a atender clientes de outras regiões. Teve uma formação rica em alguns sentidos, especialmente nos estágios quando começou a entrar mais em contato com a prática clínica.

Trabalha atuando na construção constante e, de acordo com ela, sempre muito delicada de caso a caso, e com uma visão sensível e também crítica. Sempre procurou oferecer uma clínica que seja acolhedora e busca refletir se o que está fazendo e a forma com que executa está fazendo a diferença na vida do cliente e, de alguma forma, na sociedade. Reconhece-se

como feminista, apesar de identificar a ausência dessa temática na graduação e reconhece um crescente aumento, desde o período de formação, sobre o feminismo.

4.9 Participante 9

P9 tem 34 anos de idade, reconhece-se como caucasiana e atua como psicóloga clínica há 4 anos. Desenvolve os atendimentos clínicos com adultos sob a abordagem psicanalítica. Iniciou sua formação em psicologia aos 26 anos de idade e acredita que tenha sido uma experiência boa e positiva, pois sentia-se mais preparada para elaborar e se dedicar.

Relata também uma experiência diferente vivenciada na faculdade, que é o fato de sua turma ser constituída de mais homens do que mulheres, contrariando o comum nesse curso. Ao iniciar o curso, não sabia que, na psicologia, 80% dos profissionais são mulheres e, por isso, não estranhou. Somente a partir das observações dos professores ao entrarem em sala de aula, foi que percebeu. Enquanto estudante sentia certa preocupação em relação ao mercado de trabalho para psicologia clínica, porém, isso não fez que mudasse de ideia em seguir profissionalmente nessa área da psicologia.

Percebe-se feminista diante de algumas situações relacionadas a mulheres em que sente o desejo de desconstruir as “falsas verdades” empregadas por elas. Sente-se mais incomodada ao ver o machismo sendo empregado por mulheres do que por homens e acredita que as mulheres também são capazes de perpetuarem o machismo. Porém, acredita que a psicologia tem espaço para acolher as questões do feminismo, a partir da preferência do próprio cliente.

4.10 Grupo 1

O encontro do grupo 1 aconteceu no primeiro semestre do ano de 2021, no qual estiveram presentes 4 participantes. A duração foi de 1h03min de interação mais o tempo de 28min para a exibição do documentário, totalizando em 1h31min. Primeiramente, a pesquisadora entrou em contato com as 4 psicólogas para que pudesse agendar a primeira

entrevista individual com o objetivo de ter acesso a compreensão de cada uma com a temática. Após a realização das entrevistas, foi combinado o melhor dia e horário para a realização do encontro em grupo, conforme a disponibilidade das participantes. Posteriormente à realização do grupo, a pesquisadora agendou a segunda entrevista individual com cada uma das 4 psicólogas. A segunda entrevista teve como propósito que a pesquisadora pudesse acessar a forma como as participantes foram mobilizadas pela participação do momento em grupo.

O primeiro momento de contato das participantes com a temática da pesquisa aconteceu durante a primeira entrevista individual. O encontro em grupo foi a ocasião em que aconteceu a interação entre elas. A pesquisadora enviou o link de acesso para a sala on-line na plataforma Zoom, garantindo que apenas as participantes convidadas para o grupo 1 poderiam entrar e permanecer na videoconferência. Após a apresentação da pesquisadora sobre a proposta do encontro, foi iniciado a apresentação do documentário *Corpo Manifesto* (2016). Depois da exibição, as participantes fizeram uma breve apresentação pessoal, compartilhando suas atuações e especializações como psicólogas.

O mapa semiótico deste grupo foi criado a partir das falas e palavras das participantes com o intuito de representar esteticamente como foi construída a interação entre elas em relação ao exercício da profissão e suas construções quanto mulheres. Para isso, identificamos o tema central como *mulher*. Essa escolha aconteceu devido à relação que as participantes fizeram sobre a representação de serem mulheres no momento contemporâneo e suas experiências sobre o que é serem mulheres. Partindo do tema central *mulher*, encontram-se 8 temas, que são: (1) *feminismo*, (2) *gênero*, (3) *feminino*, (4) *corpo*, (5) *machismo*, (6) *gerações*, (7) *teoria em psicologia* e (8) *psicologia no consultório*. Não existe hierarquia entre os temas, eles estão expostos de forma numérica meramente para facilitar o entendimento da construção do mapa semiótico.

Cada tema se relaciona com subtemas, que são palavras ou frases emitidas pelas participantes que representam a maneira como elas identificaram o movimento feminista em relação à construção enquanto mulheres e psicólogas e construíram significados a partir disso. Os subtemas se relacionam entre si por intermédio das setas vermelhas que representam dissonância e pelas setas verdes que representam consonância. Acreditamos que essas representações de consonância e dissonância contribuem para o entendimento da profundidade de suas falas e reflexões. Os temas e subtemas que constituem o mapa semiótico estabelecem relações entre si, e o uso das setas possibilitou que aprimorássemos a análise sobre a rede de significados.

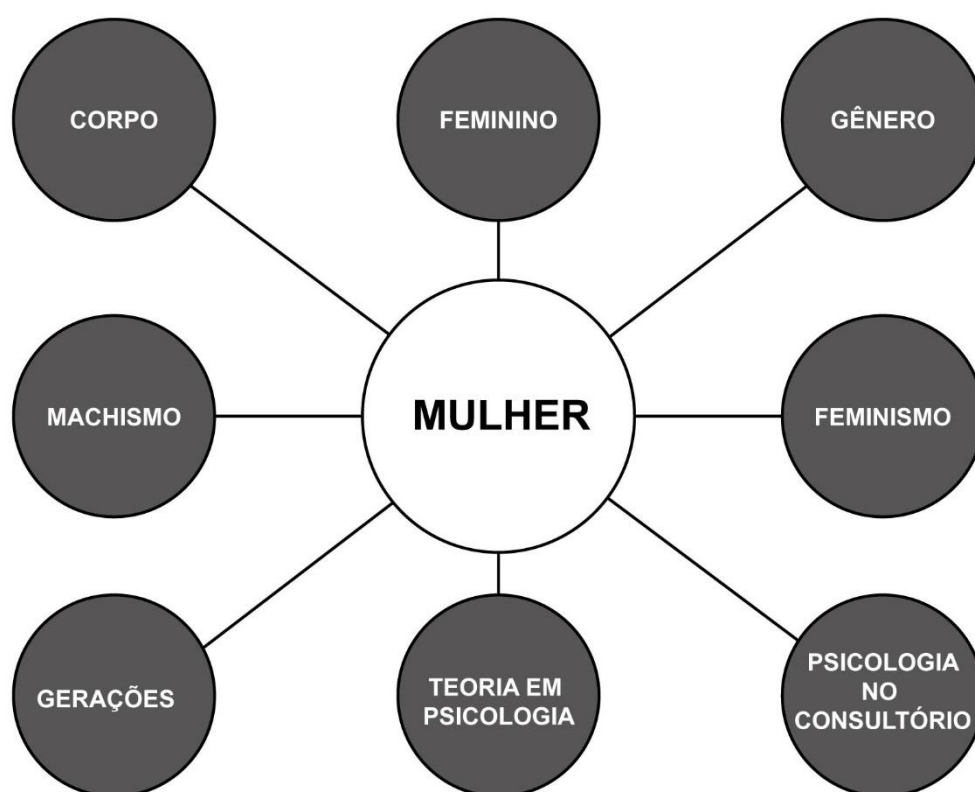
Abaixo segue a figura ilustrativa do mapa semiótico do *grupo 1* (Figura 4).

Esse mapa semiótico (Figura 4) expressa a singularidade do encontro em grupo, cuja construção conta com o momento único de partilha entre as participantes e a forma como elas foram juntas construindo e articulando significado por intermédio da relação “eu e outro” (Bakhtin, 2019).

A figura a seguir (Figura 5) é a representação do tema central com os temas identificados pelas pesquisadoras. Desta forma, o tema central é apresentado pela palavra mulher e os outros temas são (1) *feminino*, (2) *gênero*, (3) *feminismo*, (4) *Psicologia no consultório*, (5) *Teoria em Psicologia*, (6) *gerações*, (7) *machismo* e (8) *corpo*.

Figura 5

Mapa Semiótico do grupo 1 – apresentação dos temas

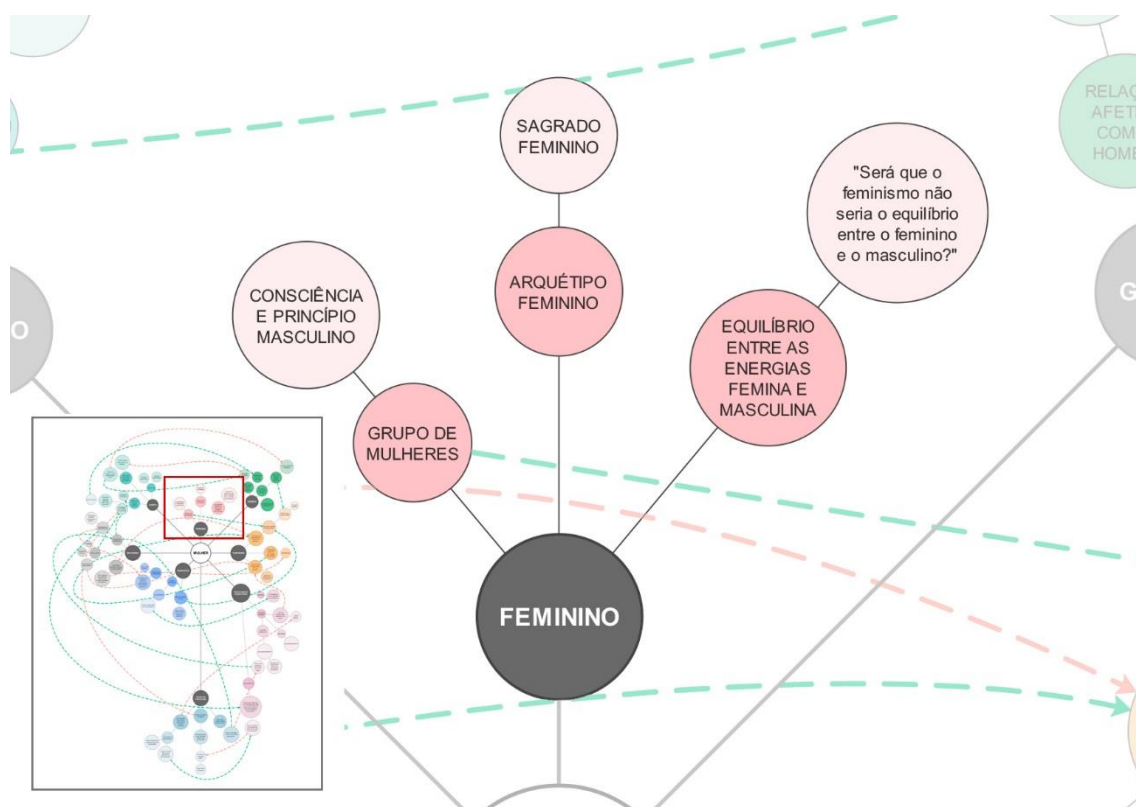


Fonte: Elaboração da autora.

Feminino: “Será que o feminismo não seria o equilíbrio entre o feminino e o masculino?”

Figura 6

Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema feminino



Fonte: Elaboração da autora.

O tema *feminino* (Figura 6) foi identificado a partir da maneira como as participantes responderam ao questionamento do que seria o feminismo. Desse questionamento, surgiram respostas e argumentos sobre o movimento feminista e sobre a atuação do feminismo em suas vivências. Nesse sentido, foram identificados os temas (1) *grupos de mulheres*, (2) *arquétipo feminino* e (3) *equilíbrio entre as energias feminina e masculina*.

A partir dessa fala de P4, as participantes abordam como o equilíbrio entre o masculino e o feminino também está conectado com as representações do que é ser mulher. Isso quer dizer que, ao abordarem o feminino, elas trouxeram a possibilidade do coletivo de mulheres. P3, nesse momento, indicou como que a coletividade feminina pode colaborar de forma positiva

para a união e desconstrução das expectativas em relação as mulheres. Sobre isso, a P3 comenta, na segunda entrevista individual, sobre a expectativa de que as mulheres tolerem comportamentos agressivos dos homens com quem se relacionam e da importância de indicar os comportamentos agressivos e de acolher o processo de entendimento sobre essas ações com paciência e de forma ativa.

Para este tema, selecionamos o seguinte turno de fala:

(1) P4 – A real é que a gente é muito guerreira, viu! Parabéns, ai! Pra gente tá aqui oh! Axé viu, pra todas nós. Porque não é mole não! Eu só queria falar, é, de um dos possíveis atravessamentos, né, de acordo com o documentário. É que ela falou que o “feminismo a gente faz com amor, mas que também a gente faz com a luta”. E aí aparece elas lá, né, gritando e berrando e se pintando e manifestando e pisando lá no bonequinho, né, que eu acho que era, não sei o que que era, um homem, uma silhueta de homem. Eu acho que isso me representa muito, assim, porque é muita amorosidade, é muita empatia, é muita compaixão que a gente tem que ter de certa forma essas habilidades pra tá onde a gente tá. Mas revoluções precisam de luta. Tiro, porrada e bomba. Não que eu gostaria, eu gostaria que não (risos). Mas é necessário. Isso, é, me toca muito, algo do documentário aí que você perguntou, isso para mim ficou bem relevante.

(2) P2 – Isso me pareceu, P4, que você falou é como podendo tomar posse dessa agressividade que a P1 estava dizendo e que os homens têm tanta autorização para usar e abusar, mas a gente não pode, não podia né? Eu sinto que é tomar posse. Então, é a posse de uma força, de uma potência, de uma possibilidade para usar ao nosso favor. E eu sinto que agora está sendo mais assertiva, uma busca de não ser violento mas de ser mais potente, empoderado, respeitoso e compassivo também. Esse lugar de tentar trazer o feminino como, no sentido do arquétipo do respeito, dessa compaixão, dessa amorosidade, mais do que nunca é tomar posse da agressividade. Ela é uma força que a gente tem fundamental para a vida. Que a gente tá se movimentando, conquistando os nossos desejos e dando limite também. Que às vezes não é necessariamente uma violência, mas é uma falta de limite mesmo, de clareza. Porque, sei lá, você conhece a pessoa pela primeira vez, a gente vai ter que ir alimentando esse vínculo, esse contato para a gente ir indo. É, se sente violado ou não, né? Claro, isso pode ser com amorosidade e compaixão, com paciência e com cuidado, né? Precisa que a gente aprenda a expressar nossos limites e sentimentos, e a raiva, agressividade, é um deles que nos ajuda, faz parte desse processo e é valioso, valiosíssimo. Sem essa potência da agressividade a gente não iria para a frente, né? Não teria nem acontecido a primeira onda.

(3) P4 – E esse tomar posse como você está falando, eu até questionei com P na entrevista individual, se não seria feminismo também é, é, o equilíbrio entre os princípios feminino e masculino dentro de nós. Né? E aí você tá trazendo a agressividade, né, e o arquétipo e tal e aí puxa sardinha um pouco pro Jung nesse sentido, né, de nós que nos reconhecemos como mulheres na consciência, na inconsciência tem esse princípio masculino, né, seria aí o Animus. Então dar voz a isso, né? E é isso que traz essa possibilidade de dar limite de, ir para frente, de se impor, né? Então eu acho isso é fundamental também pensar, né? Assim como os homens. Porque também são vítimas desse processo, vamos assim, de certa forma, né? De também terem introjetado de crenças de que precisa ser sempre e somente viril, que doma, que pune, que é agressivo e está esquecido também desse princípio feminino. Que é o que acolhe, que tem o sentimento que, enfim, essa reflexão é muito legal.

Por intermédio deste turno de fala é possível identificar a conexão do tema *feminino* com o tema *feminismo*. No enunciado inicial de P4 se remete a ideia de força e luta promovida, de acordo com o seu entendimento, pelo movimento feminista. Para ela, o feminismo colabora com a possibilidade das mulheres se rebelarem contra o controle e poder do machismo.

Em seguida, a P2 faz a reflexão sobre os trechos das manifestações apresentados no documentário *Corpo Manifesto* (2016) com a posse da agressividade por parte das mulheres. Essa participante relata perceber o controle pelo machismo sobre os corpos e atitudes das mulheres e a influência dessa questão sobre a maneira como as mulheres podem expressar raiva e agressividade. Para P2, de acordo com o turno de fala selecionado, “... *que os homens têm tanta autorização para usar e abusar, mas a gente não pode, não podia né? Eu sinto que é tomar posse. Então, é a posse de uma força, de uma potência, de uma possibilidade para usar ao nosso favor.*”.

Dessa contestação entre o feminismo impulsionar a força feminina e o machismo exercer controle sobre os comportamentos das mulheres, as participantes indicaram a composição das energias femininas e masculinas em cada pessoa. E é por intermédio dessa conexão feita por elas que o tema *feminino* (Figura 6) foi identificado. Esse tema se refere à forma como elas criaram significado sobre o que imaginam ser a composição do feminino. Para isso, elas relacionaram a (1) importância do senso de união entre as mulheres – grupo de mulheres, (2) consciência e princípio masculino, (3) arquétipo feminino e sagrado feminino, (4) equilíbrio entre as energias feminina e masculina – “*será que o feminismo não seria o equilíbrio entre o feminino e o masculino?*”.

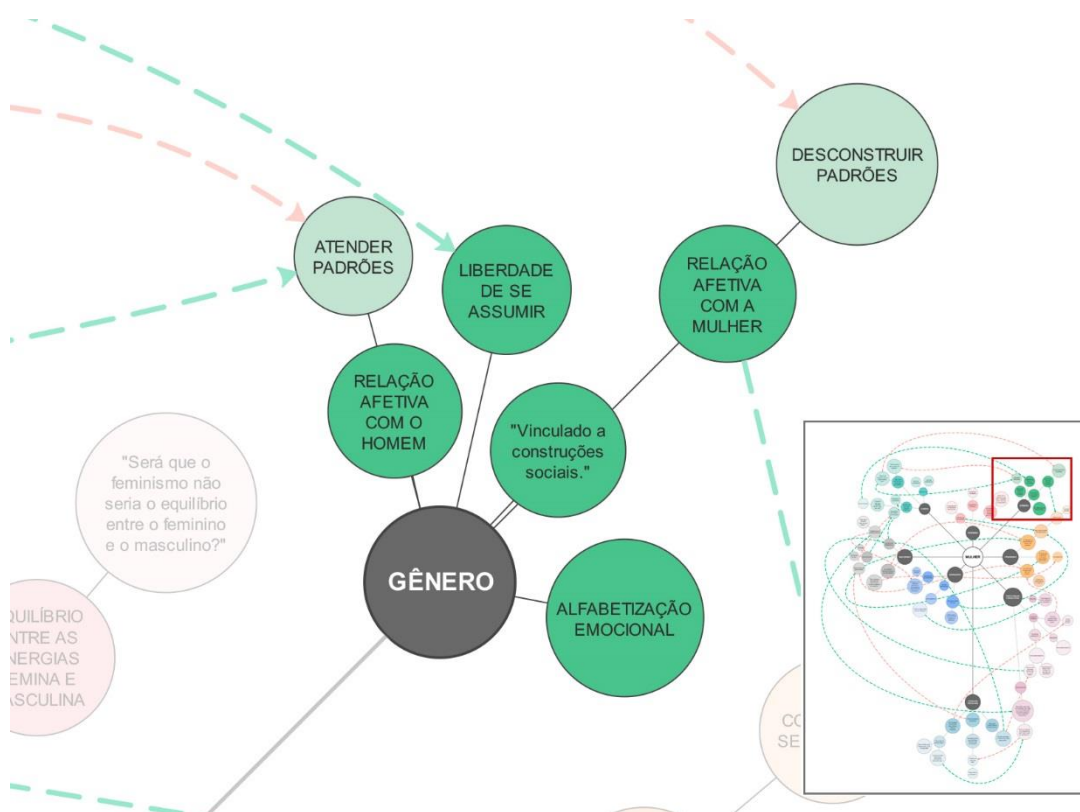
Os subtemas conectados ao tema *feminino* (Figura 6) indicam o caminho criado pelas participantes no entendimento de quais seriam os elementos que constroem o movimento feminista e, para elas, a busca pela liberdade de expressão do princípio masculino nas mulheres – representado, para elas, com a possibilidade de expressar agressividade e comportamentos

assertivos – e a possibilidade dos homens poderem acessar o princípio feminino – para elas, apresentado como um lado acolhedor e gentil – poderia ser o alicerce do feminismo na busca por igualdade.

Gênero: A necessidade em atender padrões

Figura 7

Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema gênero



Fonte: Elaboração da autora.

O tema *gênero* (Figura 7) se diferencia dos demais em dois aspectos. O primeiro sobre a ausência da seleção da fala de alguma participante junto ao tema, e o segundo pela seleção da fala para caracterizar o tema. Isso se deve à construção de como foi feita a interação das participantes, que de acordo com elas, foi um momento de construção coletiva e de possibilidade de entrarem em contato com diferentes pensamentos sobre a temática. Partimos do princípio de que toda relação é dialógica e conduzida entre o locutor e o interlocutor (Bakhtin, 2016; Voloshinov, 2017). Esse entendimento traz em si que a interação é feita por

meio da linguagem onde o locutor escolhe por intermédio de sua vivência, a maneira como transmitirá a mensagem e o interlocutor, recebendo essa mensagem, fará sua interpretação também vinculado a sua própria vivência.

Dessa forma, o tema *gênero* (Figura 7) foi selecionado ao identificarmos a maneira como a P1 indicou como as questões de gênero e a homoafetividade são importantes em sua construção, tanto quanto pessoa como quanto psicóloga. E, por intermédio de sua fala, selecionada neste tema, as participantes puderam expressar a maneira como entendem gênero e as possíveis conexões sobre suas vidas. Ao indicarmos gênero como a frase *a necessidade de atender padrões*, remete a maneira como as participantes construíram significado sobre a fala de P1 e a maneira como foram mobilizadas sobre essa mesma fala.

De acordo com a fala de P1:

P1 – É, essa questão da homoafetividade, você pegou bem no meu ponto, assim pessoal. Eu me assumi acho que não sei se uns 3 ou 4 anos atrás. E até hoje é uma nuvem na minha mãe, pra minha mãe e pra relação. Foi muito bem aceito, assim, no início não tanto. Foi mais ou menos um ano para que ela conseguisse aceitar e organizar isso. Mas vem a questão, por isso eu trago a questão do corpo. Por mais que eu goste de ficar com mulheres, existe uma cobrança de “você tem que ser feminina, você tem que usar calcinha, você não pode usar cueca, você tem que estar depilada”. Então tem todo uma questão de assim. Eu fui ver um filme com ela aí tinha uma cena lésbica “ah, mas essas duas mulheres se beijando eu até suporte”. Porque eram duas mulheres do cabelo longo, liso, femininas, traziam a ideia do feminino. Aí vem a gente tentando pegar na psicologia teorias para explicar de onde vem isso, se é inato, se é de personalidade, se foi o ambiente que proporcionou isso, se a relação com o pai ou com a mãe, seja lá o que for. Aí eu acho que cada um cria sua própria história, sabe? Eu acho que em terapia a gente cria a nossa própria história. E eu criei uma história para mim pra justificar isso. E a história que eu conto para a minha mãe “eu falo: na Psicanálise é isso, isso e isso fez sentido para mim”. Aí ela, é eu acho que isso faz sentido também. Aí abafa, diminui um pouco a angustia dela, porque a gente dialoga muito com a Psicanálise porque ela gosta também. É, mas não tira a angustia de uma mãe de ter que lidar com essas questões e nem de deixar de pensar “tá, mas...”. Aí ela trouxe essa questão do corpo, que eu acho interessante, foi ontem isso. Ela falou assim: “você não acha que essa sua batalha”, ela trouxe como “minha batalha”, mas eu acredito que foi uma batalha imposta. “Ah, mas essa sua batalha com o corpo, do corpo ser de determinada forma, foi o que te angustiou para você começar a ficar com mulheres para você não precisar ficar com homens”. Caraca, que complexo! Eu falei: não. Mas eu posso te dizer uma coisa, ter assumido foi libertador, realmente libertador. E ela vem falar assim pra mim “se você estivesse ficando com homens no momento você sabe que eu estaria pegando no seu pé porque você teria que estar magra, isso, isso e aquilo”. Aí eu “nossa mãe, que bom que eu não fico mais com homens então”. Porque me libertei então, gente! Nossa!

Nessa fala selecionada, a participante expõe a maneira como assumir sua sexualidade, foi uma experiência libertadora. Essa liberdade, trazida por ela, está associada com aspectos pessoais – conhecimento sobre si mesma e autenticidade – e aspectos relacionais – importância do relacionamento com sua mãe e estratégias de se colocar na relação. Por intermédio desta fala, as participantes relacionaram a forma como existe padrões a serem alcançados pelas mulheres e como as próprias mulheres são reprodutoras desses padrões. P2, durante a segunda entrevista individual, indicou como os padrões estéticos são promovidos de forma a exigir que as mulheres sejam de uma única maneira e permaneçam sempre desta maneira – bonitas e jovens.

Para este tema, os subtemas identificados foram (1) *relação afetiva com homens*, (2) *relação afetiva com mulheres*, (3) *construção social e desconstrução de padrões*, (4) *atender padrões* e (5) *alfabetização emocional*. Os subtemas foram selecionados de maneira que pudessem exemplificar o formato de como as participantes abordaram o tema *gênero*.

Por intermédio da fala selecionada de P1, as participantes identificaram as possíveis diferenças entre os relacionamentos afetivos com homens e mulheres. P3, ao considerar as diferenças, comenta sobre as expectativas e padrões impostos às mulheres com a fala “*Ah, você tem filhos? Então o fato de ser uma mulher que não tem filhos ou ah, você é casada né?*”. Esse enunciado feito pela P3 aponta para as exigências marcadas pela sociedade patriarcal e a forma como é projetado o poder e controle do patriarcal sobre as relações interpessoais (Estevan-Reina, Lemus & Megías, 2020).

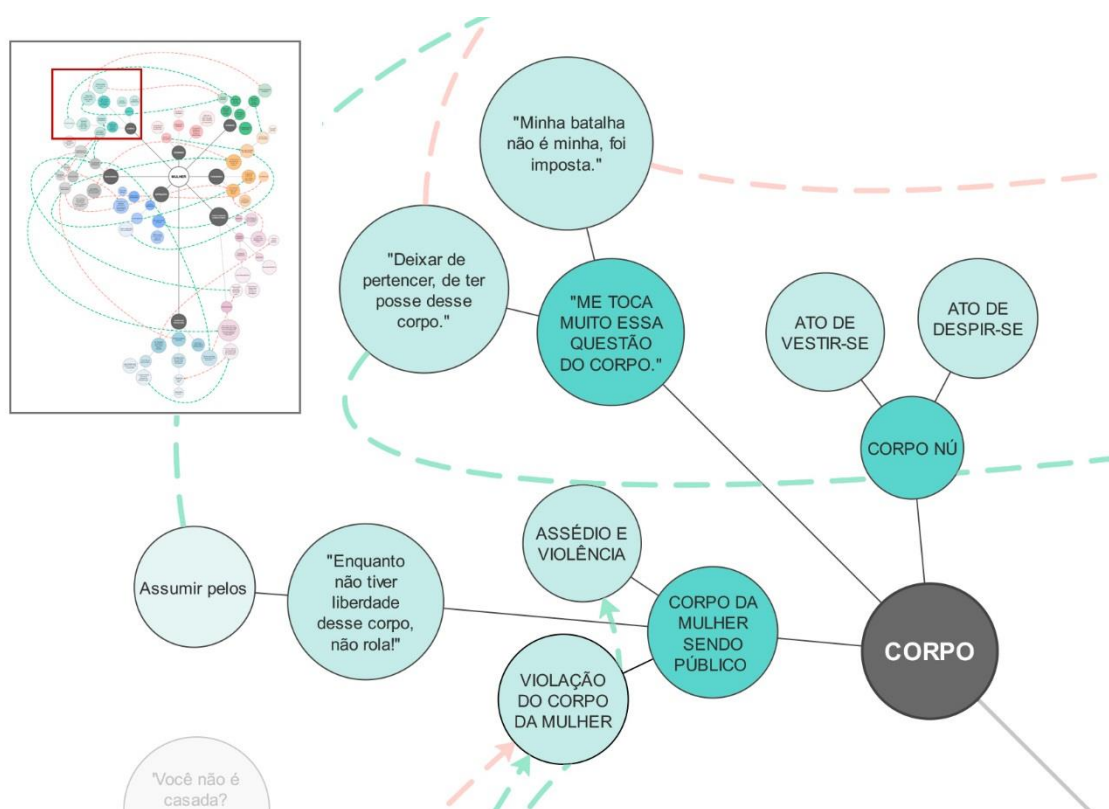
Durante a análise do *mapa semiótico do grupo 1* (Figura 1) encontramos relações de consonância e dissonância com o tema *corpo*. Essas relações são interessantes e mostram como a presença das questões de gênero podem estar marcadas na corporeidade e na expressão de gênero pelo corpo (Butler, 2003). O subtema *atender padrões* estabelece dissonância com a fala expressa por P1 – que compõe o tema *corpo* – “*minha batalha não é minha, foi imposta*”.

A relação de consonância, também como este mesmo subtema *atender padrões*, é feita com o subtema “*deixar de pertencer, de ter posse desse corpo*”, enunciado emitido pela P3 ao indicar a necessidade de quebrar as expectativas em relação ao corpo feminino e o poder vinculado ao patriarcado e ao machismo.

Corpo: “Enquanto não tiver liberdade desse corpo, não rola”

Figura 8

Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema corpo



Fonte: Elaboração da autora.

Este tema foi identificado por intermédio do enunciado de P4 “*enquanto não tiver liberdade desse corpo, não rola*” e, por isso, foi nomeado como tema *corpo* (Figura 8). Percebemos que a presença do corpo está interligada a duas questões. A primeira sobre a escolha da apresentação do documentário *Corpo Manifesto* (2016) que se apropria do poder do Estado sobre o corpo da mulher. A segunda questão está na maneira como as participantes se

apropriaram do documentário e expressaram como forma perpassadas pela narrativa fílmica do documentário.

De acordo com o turno de fala:

(1) P1 – Nossa essa frase também me chamou muita atenção. E desde a entrevista que eu fiz com P até hoje eu comecei a prestar mais atenção. Assim como a P2 falou, eu não sou estudiosa de feminismo, eu acho que eu tinha um olhar meio fechado para essas coisas, para o macro, olhava mais a minha vida. E, acho que é questão de imaturidade, mesmo né? Com maturidade a gente vai começando a enxergar o outro também, né? Nesse sentido da entrevista da P até hoje. Tem mais ou menos uma semana? Tem uma semana? Eu comecei a reparar principalmente os comportamentos da minha mãe, que querendo ou não é a minha mulher de referência. E o sair desse lugar de ser mulher é, caracas, uma pressão, a mãe bota uma pressão. Aí teve umas das falas no documentário de uma moça, que eu não vou lembrar o nome, que ela disse o “quanto a gente falha com as mulheres ao longo do processo”. Quando vai vir lá a gravidez indesejada e vai pensar no aborto ou não muito coisa já aconteceu antes. E falas pequenas que você vê assim quão grandiosas elas são para te manter numa crença que você já foi criada ali. E é triste ouvir isso da voz de outra mulher. Né? Que te reprime tanto quanto um homem poderia vir a te reprimir. Então falas, o que mais me toca, o que me chama mais atenção foi a moça dançando ao longo de todo o processo. Tirando aquela linha, mostrando o corpo e se mostrando. Acho que o que me toca muito é a questão do corpo. Né? Que corpo é esse, como eu posso mostrar esse corpo, como eu me sinto à vontade ou não, é, o quanto eu quero transformar esse corpo pra entrar em algo que é aceito para a sociedade ou não. Então é sempre a questão que mais me pega assim, que é o corpo.

(2) P4 – Que é inclusive o nome do documentário, né? Que coloca no final, enquanto não tiver liberdade desse corpo não vai rolar. Né? Então, enfim.

(3) P3 – Sim, também me chamou a atenção a mulher dançando. Então, assim, inicialmente me veio um desconforto, né. Principalmente um cansaço. Ainda a gente tem que estar provando isso, falando isso? Né, assim. Poderia já ter avançado mais. Mas, é, ao mesmo tempo verificar a necessidade, né? Da gente continuar batendo nessa tecla. E acreditando né para a gente pode continuar evoluindo. E a parte que fala, da parte do corpo, que fala sobre o corpo da mulher sendo público, é, me impactou bastante a violação ao corpo da mulher ser tão naturalizada. Seja dentro do casamento, seja na rua. Né? Então, assim, deixar de pertencer, né, de ter a posse do seu corpo. Disso ser público. De isso ser muito sério, muito forte. Assim. E então, assim, o quanto é necessário a gente tá tendo essas oportunidades aqui de cada vez mais estar trocando e compartilhando esses desconfortos, né. E criando né espaços de fala, de protagonismo, para a gente ir transformando essa realidade.

Esse turno de fala demonstra como as participantes refletiram sobre o corpo feminino e as estruturas de poder criadas e mantidas pelo machismo. O enunciado da P1, apresentado nesse turno de fala, sinaliza isto: “*E falas pequenas que você vê assim quão grandiosas elas são para te manter numa crença que você já foi criada ali.*”.

Essa reflexão aponta para a percepção das participantes sobre as estratégias de controle do patriarcado, a representação do feminino e o quanto a violência pode ser sutil e velada (Zambelli dos Reis & Gomes, 2011; Fraccaro, 2018). As participantes abordam como o corpo pode ser representativo na luta do movimento feminista por igualdade e liberdade e na concepção de que o corpo da mulher é público. Nessa percepção do corpo público a P3 indica “...*me impactou bastante a violação ao corpo da mulher ser tão naturalizada*”.

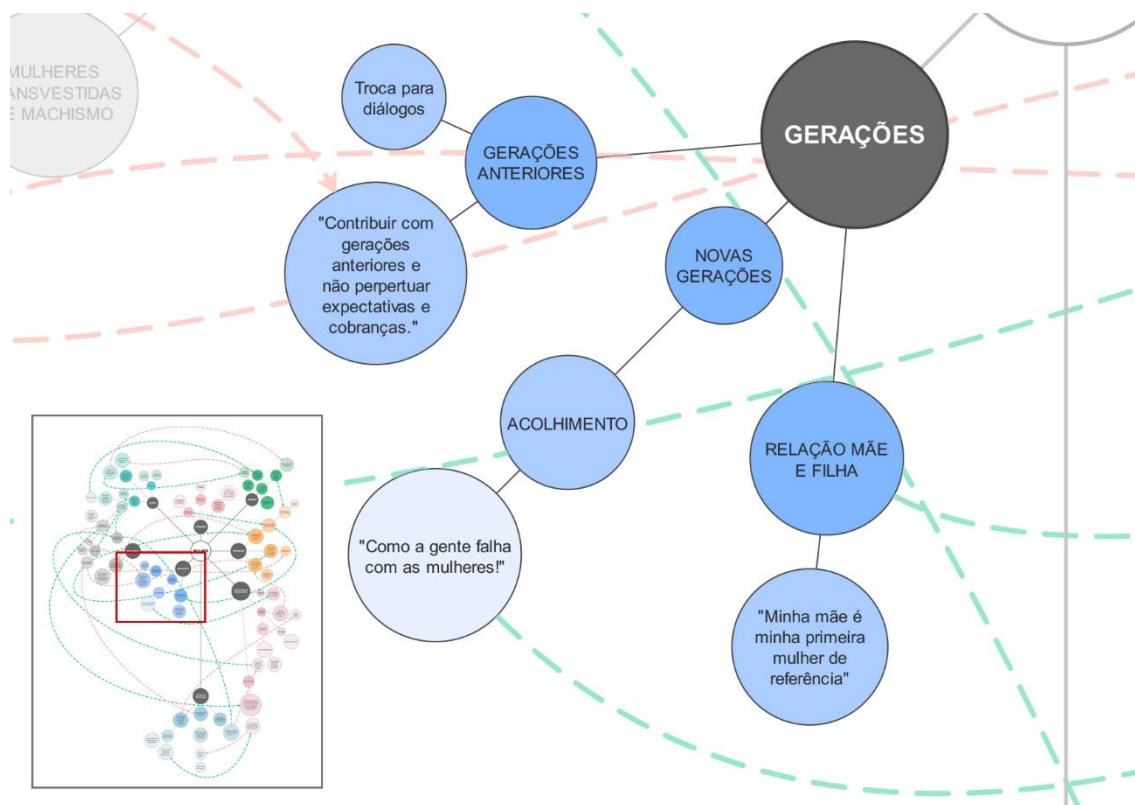
Para este tema, foram selecionados os subtemas (1) corpo da mulher sendo público, (2) assédio e violência, (3) violação do corpo da mulher, (4) “me toca muito essa questão do corpo”, (5) corpo nu e (6) ato se despir e ato de se despir. Esses subtemas são fundamentais para a compreensão do significado de corpo feminino por parte das participantes. Dessa forma, o corpo se apresenta como uma materialização das relações de poder (Foucault, 1979) e a representação do corpo nu da mulher.

As participantes indicaram como foram mobilizadas com a presença do corpo no documentário *Corpo Manifesto* (2016) e como o corpo feminino é encarado de forma diferente quando está vestido e quando está despido. Essa diferença fez com que elas abordassem a liberdade de se mostrarem, enquanto corpo e enquanto personalidade, para o mundo – assim como disseram. A relação com o corpo, para as participantes, é marcada pelo ambiente social e pelas expectativas sobre as mulheres, sobre a maneira como elas se comportam e se posicionam.

Gerações: “Contribuir com gerações anteriores e não perpetuar expectativas e cobranças”

Figura 9

Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema gerações



Fonte: Elaboração da autora.

As participantes se mostram atravessadas, em especial, pela presença de duas convidadas, mãe e filha, que fizeram parte do documentário *Corpo Manifesto* (2016). A cena com a presença das duas foi bastante comentada durante o encontro em grupo, e isso, durante a construção dos dados, nos chamou atenção. Este tema foi identificado a partir da discussão sobre a presença da mãe e de sua filha e da forma como atravessou as participantes. O tema *gerações* (Figura 9) foi selecionado a partir da maneira como as participantes vincularam o entendimento sobre a diferença entre as gerações e a maneira como o documentário aborda diferentes idades e momentos históricos.

P4, ao comentar sobre a esta cena, enuncia “*quando você tinha falado da mãe. Né? Que é a primeira referência. E é tão difícil. Tão tênue. Porque a gente tá nesse movimento de ascensão, mas as nossas mães meio que pararam.*” E, por intermédio de sua fala, a interação entre elas passa a ser referenciada pela reflexão sobre as diferentes gerações e como isso pode promover mudanças e conflitos nas relações. As participantes identificam-se como se fossem a geração do meio, onde consideram que suas mães e avós são a geração anterior e suas irmãs, a próxima geração.

Nesse sentido, é possível notar essa demarcação no seguinte turno de fala:

(1) P3 – P2, você falando, né, me veio essa questão de descolonizar os afetos. Né, assim, porque no sentido de, eu acho que o que a gente pode, né, na medida do possível contribuir, nessa relação com as mães, por exemplo, com as avós, com as gerações anteriores. É, pelo menos a gente não reproduza, não perpetuar, assim, uma série de expectativas, de cobranças. Então eu acho que isso já é uma grande contribuição, a gente pelo menos dar assim é dar, de proporcionar esse chão de liberdade. Pelo menos eu, assim, vamos dizer assim, uma pessoa que cobre que você permaneça casada mesmo sofrendo no casamento. Então acho que isso da gente descolonizar essas expectativas, essas cobranças, assim, é, porque realmente é um discurso meio complicado. Eu acho assim. A gente querer convencer, a gente é, isso é muito delicado mesmo. Depende muito da prontidão de cada mulher. E, então, mesmo a questão da postura, da atitude, é uma forma de sensibilizar.

(2) P2 – Às vezes, P3, a minha preocupação passa também pelas mulheres que eu atendo e são dessa geração. Assim, acho que vocês também devem ter se deparado com isso também. Mulheres sofrendo imensamente porque elas não conseguem se relacionar com os próprios filhos ou os netos, o que eu acho que é mais complicado. Então, muitos vínculos se quebrando por uma rigidez. A P4 ficou procurando uma palavra e eu acho que é rigidez. Uma rigidez estruturada, uma cristalização. E aí eu já, não só na minha família, já atendi casos, não lembrei disso na entrevista. Mas, é, um caso q me marcou uma mãe que tinha uma dificuldade tremenda de lidar com a neta que estava tendo escolhas homoafetivas. E, ela trazia essa angústia porque ela, ela, ela não queria o conflito, ela queria aceitar aquilo e ao mesmo tempo tinha um sofrimento imenso em aceitar aquilo e ela não tinha, um dia ela falou assim: “eu não tenho estrutura cognitiva, eu não tô entendendo, eu quero que alguém me explique”. E, que explicação eu tinha como psicóloga, a gente não tem muitas explicações mesmo, “isso aí, nasce com isso?”. Aí eu, bem, não é isso, aí volta lá na Psicanálise, aí o que é o “isso”, aí trabalha o “isso”, mas não é só “isso” também (risos). E então, é realmente um terreno assim imensamente complexo, muitos sentimentos misturados. Aí na época minha supervisora falou assim: “Comece a investir alfabetização emocional. Explica o que é raiva.” Aí meu Deus, ainda tem isso! Não tem alfabetização emocional na nossa cultura. Como que você vai lidar com o negócio que tá lá na complexidade cubo e o A+B a gente não tá lá ainda. A gente não chegou nisso. Muitas vezes eu me sinto pega. Me identifico muito com as gerações anteriores, com esse lugar, eu concordo plenamente com você. Eu acho que o nosso exemplo e a nossa postura já muda muito, já cria muitos vínculos de paz, de harmonia, de acolhimento. Agora, não sei, alguma identificação minha. Aí é constelação familiar. Mas eu concordo com você. Que essa mudança de postura já vão construindo novas possibilidades. Claro, muitas mulheres nessa geração não estão tão cristalizadas assim. Tão andando, aí elas são exemplos para a geração delas. E isso é legal.

Esse turno de fala entre P3 e P2 denota a presença da reflexão sobre as relações das participantes com outras mulheres que, nesse caso, são mais velhas do que elas. Por intermédio das falas das participantes, é possível observar que as relações com a geração anterior, como nomeado por elas, é marcada por afetividade e conflito. Como colocado nesse turno de fala: *“Mulheres sofrendo imensamente porque elas não conseguem se relacionar com os próprios filhos ou os netos, o que eu acho que é mais complicado. Então, muitos vínculos se quebrando por uma rigidez. A P4 ficou procurando uma palavra e eu acho que é rigidez. Uma rigidez estruturada, uma cristalização”*.

O conflito indicado pela P2 e a forma como a P3 considera que é necessário desconstruir as cobranças e expectativas sobre as mulheres proporcionaram que as P1 e P4 compartilhassem como é a relação com as gerações mais novas – representada pelas relações com as irmãs. P4 compartilha: *“Mas graças, graças temos aí as irmãs mais novas! A minha tem 18, mas também já tá com esse, outra coisa assim, isso dá um, ah, um respiro. Que bom. Ainda temos coisas boas vindo. Ainda bem.”*.

Este tema, considerando como as participantes indicaram suas relações com as gerações anteriores e com as gerações mais novas, foi desenvolvido com os seguintes subtemas: (1) *gerações novas*, (2) *gerações anteriores* e (3) *relação mãe e filha*. De cada subtema, surge ramificações do que foi compartilhado e do significado criado pelas participantes. Para o subtema relação mãe e filha, selecionamos a frase da P1 sob a relação com sua mãe – *“minha mãe é minha primeira mulher de referência”*. Essa fala está conectada com a maneira como a relação materna, para esta participante, influencia como ela percebe outras mulheres e como se relaciona consigo mesmo.

Para o subtema gerações anteriores, selecionamos a *troca para diálogos* e a fala da P3 sobre *“contribuir com gerações anteriores e não perpetuar expectativas e cobranças”*. Essa

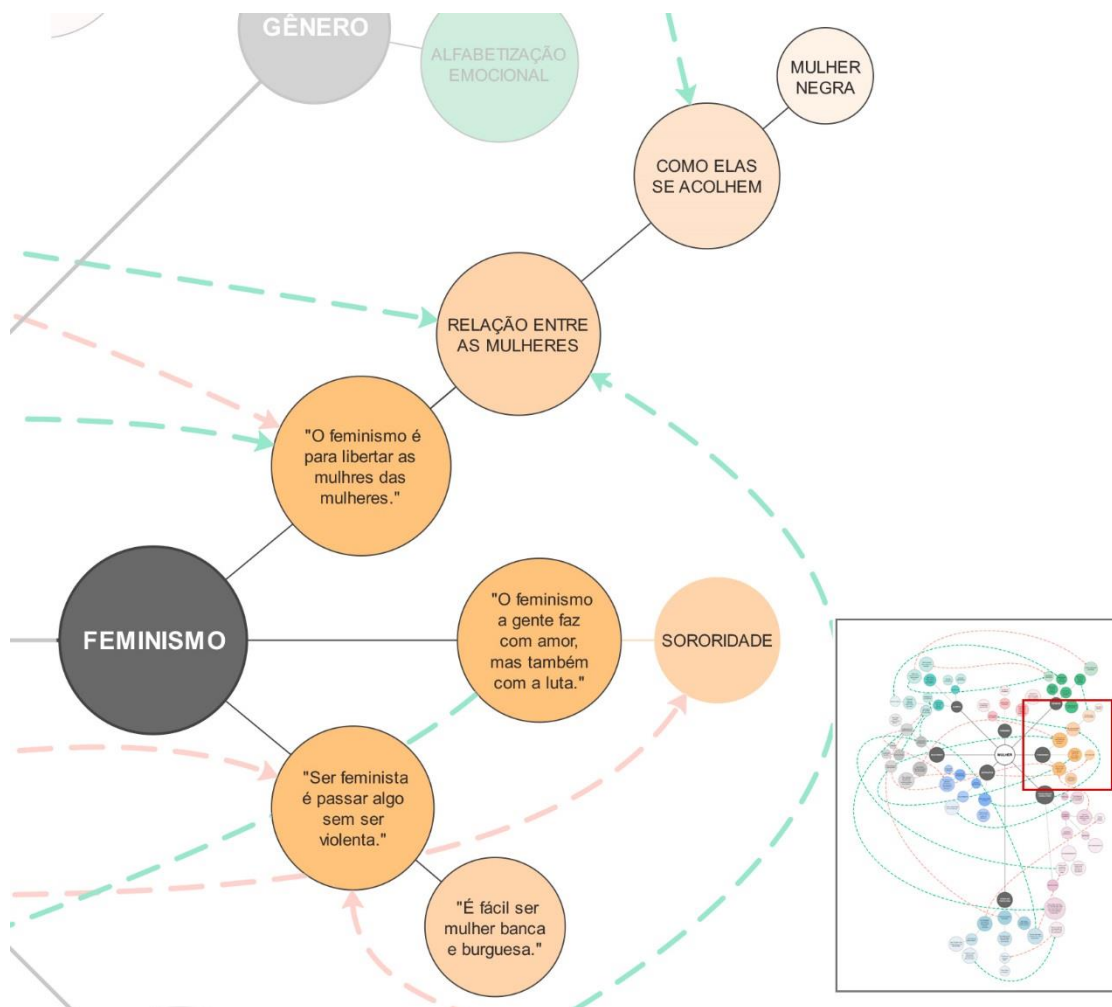
ligação, que é apresentada também no turno de fala, indica a percepção e reflexão das participantes tanto sobre as altas expectativas angariadas à figura da mulher quanto as possibilidades dessas desconstruções por intermédio da relação entre as mulheres.

O subtema *novas gerações* também demonstra a relação entre as mulheres, mas com uma diferença entre as relações com as gerações anteriores. Essa diferença está no *acolhimento* e na reflexão sobre como as gerações mais novas e as próximas gerações também podem se desenvolver com as expectativas e controle do patriarcado – “*como a gente falha com as mulheres*”. Durante a primeira entrevista individual, P2 fala como se sente em relação às próximas gerações: “*eu fico curiosa para saber como será a próxima geração. Porque eu acho que estamos em uma geração muito transitória, né? Teve o primeiro impacto, não sei se teve primeira onda de feminismo, segunda onda de feminismo. Eu acredito que sim, não conheço elas. É, é como se estivesse assim, veio toda uma rebordosa e aí, depois disso, pum, né, como é que as pessoas vão digerir. Como é que as coisas vão se fazer, tem uma certa... eu fico curiosa com a geração do meu filho, que é uma criança, e que nasceu em uma cultura muito diferente, né. Que ainda vão, guarda muitos resquícios ne, mas já tem tanta novidade que eu não consigo imaginar como é a cabeça dessas pessoinhas que tão aí, como é que elas pensam o mundo.*”.

Feminismo: “O feminismo a gente faz com amor, mas também com a luta”

Figura 10

Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema feminismo



Fonte: Elaboração da autora.

Este tema foi identificado a partir da forma como as participantes colocaram o que pensaram a respeito do feminismo e como analisaram o movimento feminista e a configuração de como ele foi apresentado no documentário *Corpo Manifesto* (2016). Sobre isso, a configuração do tema *feminismo* (Figura 10) está conectada com trechos das falas das participantes no encontro em grupo.

O seguinte turno de fala demonstra como as participantes iniciaram a conversa sobre o feminismo:

(1) P2 – Nossa, eu queria dizer que fiquei como P1 e P4, chorei e estou muito mobilizada (se emociona ao falar). Eu acho que o documentário, primeiro que é muito bonito, gostei muito. Achei que foi uma escolha muito legal a sua P para esse debate. E claro, acho que todas nós estamos atendendo no meio dessa loucura da pandemia e falando em política a gente tem que estar muito a flor da pele. Tá muito difícil tudo, politicamente falando, politicamente está inacreditável, do meu ponto de vista. E P1 então, trabalhando no hospital de campanha, caramba! Aí passou de todas as possibilidades. Então estar no consultório ouvindo tudo o que a gente já tinha que escutar das mulheres em todo esse contexto da pandemia tá sendo muito desafiador. E o que me toucou muito nesse documentário foi aquela dupla da mãe com a filha e a fala daquela menina. Eu achei muito forte, assim. Não tinha parado para pensar como tem gente que não conhece o feminismo? Eu tinha falado para P no individual, eu não sou uma estudiosa do feminismo, eu sei do feminismo pela cultura geral, né? Mas assim uma cultura geral de uma pessoa que foi estudante da Universidade de Brasília, que não é qualquer universidade. Então, tive o privilégio de ter uma formação superbe e agora tô no doutorado e isso meio que chega de muitas maneiras. Mas mesmo assim pensar que muitas meninas, muitas mulheres jovens, não conhecem o feminismo eu fico “meu Deus, como vive assim?”. Eu já pensava como terapeuta, “como se vive sem terapia?”. Como que se vive sem se olhar? Como que vive sem se cuidar? Então hoje assistindo o documentário eu falei “como é que se vive nesse mundo sem conhecer o feminismo?”. Claro, tem rigidez, tem os bloqueios emocionais, mas foi um momento que tocou para mim muito forte no documentário e toda vez que eu revia essa dupla eu fica “nossa tem essa questão”, “tem essa questão”, quase que eu quero fazer outro doutorado. Agora eu vou estudar feminismo para ajudar porque psicologia da arte ficou bobo nesse momento.

(2) P4 – achei interessante demais também para além dessa da mãe e filha que realmente muito né? Muito cativante! E no final ela ali com o microfone, megafone, a filha dela. Então assim, uau! Que bom que já tem essa representação e essa representatividade. O que me tocou muito também é foi uma hora não lembro o nome dela agora, da pessoa que falou, mas ela falou que o “feminismo seria libertar as mulheres das mulheres”. Eu achei isso muito interessante, né. Então é o que é isso libertar justamente dessa ideia que a gente tem já pré-concebida do que é ser mulher. Eu achei isso seccional. E o final, já passando por tudo e a galera na rua passando as marchas. Aí que veio o choro. Aí que veio “ah vontade de né?, de gritar aquele nome, aquele fora, que a gente tá gritando aí”. Então, muito forte, muito emocionante, muita luta. A P inclusive fez essa pergunta ne, acho que para todas nós no final da entrevista, é alguma coisa de estar feliz de estar nesse lugar. E eu fiquei com esse nó na garganta. Eu não consegui dizer de estar feliz aqui, apesar de né de ter uma felicidade de estar aqui podendo entrar nesse lugar e ajudar e enfim me ajudar, “mas feliz?”, ainda tem tanta coisa para ser feita. Né? Então, é isso aí, vamo lá.

Esse turno de fala apresenta três pontos de destaque. O primeiro ponto é o impacto do documentário na fala de P2. Esse aspecto está conectado com a escolha do instrumento mediador e com as possibilidades de interação entre ele e as participantes. Já o segundo ponto está também na fala de P2 sobre se questionar a respeito da importância do feminismo e a

maneira como conhecer o movimento pode auxiliar em mudanças pessoais e coletivas. Por fim, o terceiro ponto está apresentado na fala da P4 ao comentar sobre a necessidade da luta feminista para a busca da igualdade e desconstrução de conceitos e representações sobre as mulheres.

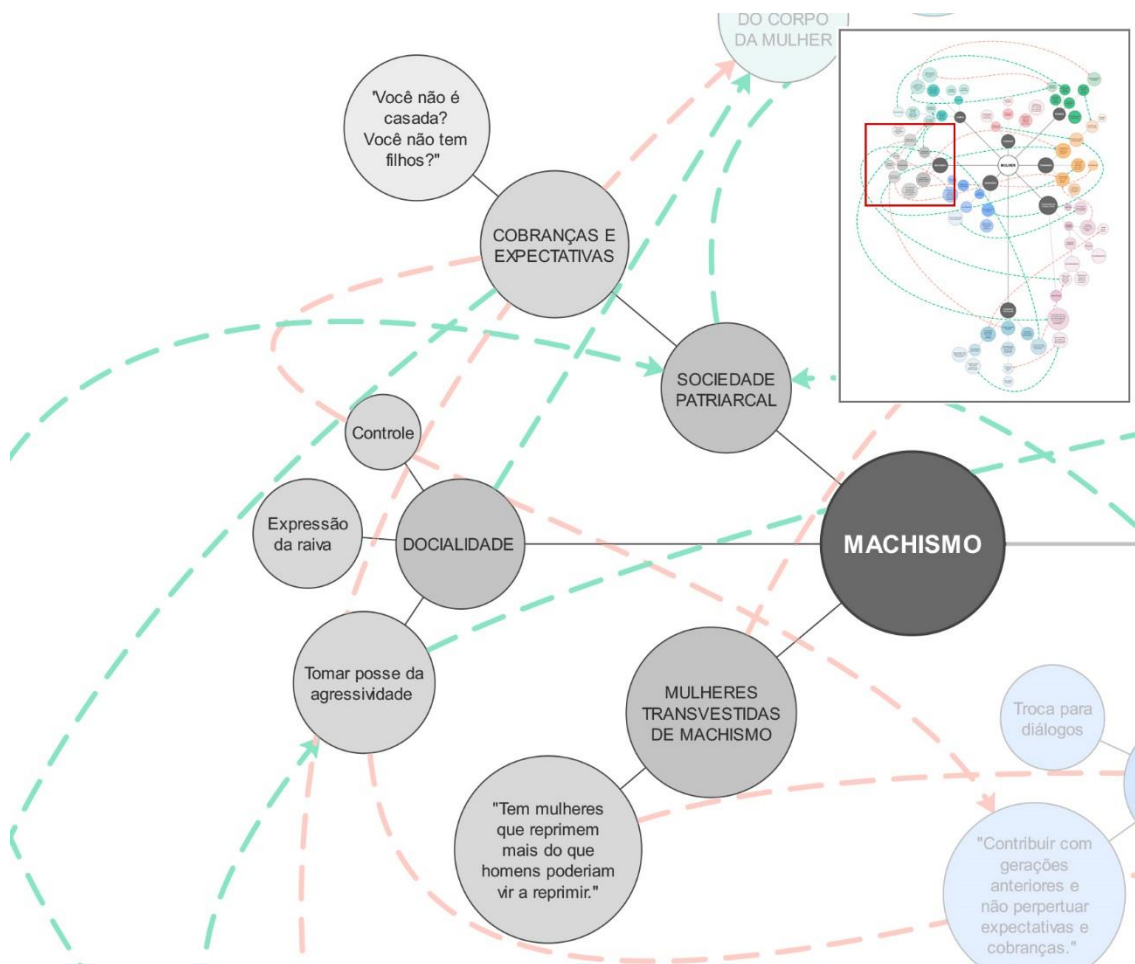
Dessa forma, os subtemas identificados utilizando trechos das falas das participantes são: (1) “*o feminismo é para libertar as mulheres das mulheres*”, (2) “*o feminismo a gente faz com amor mas também faz com luta*” e (3) “*ser feminista é passar algo sem ser violenta*”. O reconhecimento desses subtemas aconteceu como resultado da fala de P2 sobre “*como é que se vive nesse mundo sem conhecer o feminismo*” e a maneira como as participantes discutiram sobre o movimento feminista aponta para a necessidade de conhecimento sobre as diferenças impostas socialmente entre homens e mulheres.

Na fala de P4, existe a presença da luta feminista, do conflito gerado por essa luta e da necessidade de romper com a passividade. Esses aspectos são resultado do discurso anti-hegemônico construído dentro da militância feminista e que emprega a possibilidade de mudança do sistema patriarcal (Timm, Pereira & Gontijo, 2011). P2, durante a segunda entrevista individual, fala sobre como o feminismo contribui para questionar e ampliar o espaço social e político da mulher: “*isso de trazer o feminismo pro público, né? Porque o masculino sempre esteve muito público, né? Homem anda sem camisa, né. Esse corpo masculino é mais exibido, né? Tem mais liberdade.*”.

Machismo: “Tem mulheres que reprimem mais do que homens poderiam vir a reprimir”

Figura 11

Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema machismo



Fonte: Elaboração da autora.

A escolha de analisar o tema *machismo* (Figura 8), logo após o tema *feminismo*, (Figura 10) foi proposital. Essa intenção está na relação dicotômica que os dois temas tiveram durante o encontro em grupo. As participantes sinalizaram como o feminismo poderia ser a alternativa para a desconstrução de padrões e injustiças promovidas pelo machismo. E, ao fazerem isso, caracterizavam o machismo como um agente silenciador da mulher, dos seus direitos enquanto a liberdade de escolha.

Como de acordo com este turno de fala:

(1) P1 – Assim, o que eu posso dizer. Eu não sei se é porque é uma área da saúde e aí já na área da saúde e atrela que é cuidar, acolhimento e logo é feminino, né? Então acho que, ser mulher dentro da Psicologia, não é não é, chega a ser, pelo menos para mim, uma questão de angústia por estar nesse papel. Porque acho que é muito bem aceito, né? Até porque é esperado do psicólogo um acolhimento. A questão é se em alguma intervenção você for fazer, é, você não puder ou você não achar que deve ser acolhedor, mas você tem que ser mais assertivo, você fazer algum corte, você tem que pôr um limite que é esperado do masculino, eu acho que pode gerar um estranhamento para os pacientes, né? Mas eu nunca vi isso como uma questão assim mal vista. O que veio para mim como psicóloga foi o julgamento no início da minha carreira. “Ah, porque você é muito nova, então você não é competente. Então vem a questão da idade, a idade pegou muito para mim. Não sei se pode relacionar o feminismo com a idade, mas a idade pegou muito para mim. Aí eu tive que aprender a falar, a aprender ser mais confiante na minha fala, para as pessoas confiarem no meu trabalho e aí eu dar seguimento. É mais ou menos isso, assim.

(2) P4 – Concordo, concordo com você. É, porque somos mulheres e já é esperado da gente esse papel de acolhimento e na hora de dar um negócio aí fica “opa”, né? Mas “o que é isso aí”, né? Mas nada de também de muito “oh oh”. Só teve algumas vezes que sim. Que eu atendi pais de adolescentes. E aí teve mais um machismo mais estrutural, assim. Do cara até, eu tava ali tentando um diálogo e uma construção, primeira sessão assim, e ele com a mãe do lado. Isso que foi interessante, a mãe calada e ele só falando na minha frente com aquele tom mais superior de é “resolve aí o problema”. E aí eu falei que eu não fazia avaliação psicológica, eles estavam atrás de uma avaliação psicológica. E aí eu quando eu falei para ele, eu fiz uma pontuação mais, né, mais assertiva, ele começou a me chamar de “meu bem”, “de meu amor”, e dizer que então ele, não servia. E a mãe calada, a mãe saiu, entrou e saiu do consultório sem dar uma palavra. Isso me marcou muito. Acho que foi uma das, mas é claro, né, foi uma vez que isso aconteceu, mas aconteceu, então significa que isso acontece e pode estar acontecendo nesse momento. Então, acho que ainda há. Isso, apesar de também sinto numa parte reduzida. Foi uma vez que isso aconteceu, mas marcou! Foi bem chocante.

(3) P1 – E quanto isso fala do casal, né?

(4) P4 – Com certeza! E eu fiquei, isso é interessante também, como eu né, nesse processo que a gente ainda tá se trabalhando e se ressignificando, tirando essas amarras. A vontade que eu tinha era de pontuar e falar alguma coisa nesse sentido, de “pelo jeito que o senhor tá me trazendo sua fala, me parece, isso, isso e isso”. Mas eu não consegui! Eu me senti é, travada. Fiquei tão chocada com aquilo que eu não consegui fazer a pontuação. Ele se levantou, foi embora e foi isso. Isso também denota isso de que a gente ainda, desse silenciamento, né, que a gente ainda tem que trabalhar muito, bem forte mesmo.

Ao abordarem o machismo como estrutura política e ideológica (Matos, 2010; Lugones, 2014), as participantes indicam o controle promovido pelo machismo. Neste turno de fala, é possível identificar duas maneiras com que o machismo pode aparecer nas relações. A primeira é marcada na fala da P4 sobre o desconforto e insegurança gerados na interação com o pai de

seu paciente. Essa situação exemplifica como as estruturas de poder (Davis, 2016; Saldanha & Nardi, 2016) legitimam comportamentos machistas e intimidam quem está na relação.

O segundo ponto está presente na fala da P1 sobre a atribuição social vinculada com a área da saúde e, mais especificadamente, com a psicologia. A participante relata sobre a expectativa de cuidado e acolhimento que é designada à psicologia por ser uma profissão desempenhada por mulheres. A construção do perfil de acolhimento da mulher está diretamente relacionada ao patriarcado e ao discurso machista, vinculando a mulher ao sexo mais frágil (Sayão, 2010).

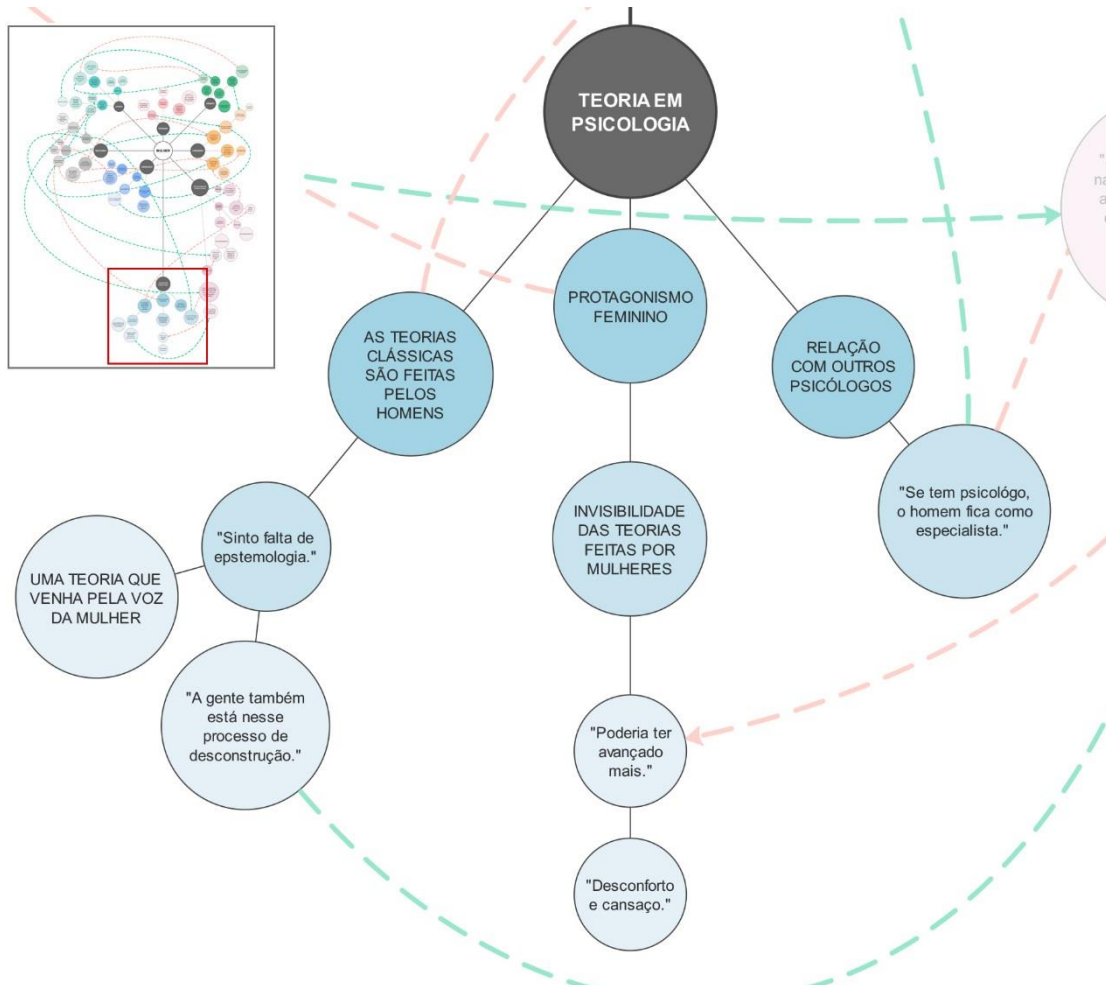
As participantes mostraram reconhecer que comportamentos machistas são emitidos tanto por homens quanto por mulheres. Nesse sentido, os subtemas selecionados foram construídos a partir do significado gerado pelas participantes sobre os comportamentos machistas e as mulheres que contribuem a manutenção do machismo. Os subtemas são: (1) *sociedade patriarcal*, (2) *docilidade* e (3) *mulheres travestidas de machismo*.

O machismo, para elas, é desenvolvido sobre o discurso dentro do imaginário social de que as mulheres devem atender as expectativas dos homens. Dessa forma, a educação das mulheres é pautada no controle da raiva, na pouca expressão da agressividade e na manutenção das expectativas sobre casamento e maternidade. Durante a segunda entrevista individual, P3 comenta sobre como o feminismo é estruturado sob a diversidade e, dessa forma, defrontam o discurso machista sobre a repressão das mulheres.

Teoria em psicologia: “A gente também tá nesse processo de desconstrução” Figura 12

Figura 12

Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema teoria em psicologia



Fonte: Elaboração da autora.

O tema *teoria em Psicologia* (Figura 12) surgiu no encontro em grupo a partir do enunciado da P2, quando perguntada a respeito da sua atuação e fundamentação teórica adotada em seus atendimentos. A participante apresenta uma inquietação com a produção científica em relação ao campo da psicologia em que há uma predominância masculina. Isso significa uma lacuna e uma invisibilidade da mulher em espaços institucionalmente consolidados com a forma de pensar masculina.

Conforme verificamos no turno de fala a seguir:

(1) P3 – Sim, eu vejo, né, até no grupo terapêutico, né, voltado para mulheres a importância de trabalhar isso a relação entre as mulheres. Acho que a luta do feminismo é isso, como as mulheres também se veem, se acolhem, né. É, poder realmente avançar nessa cultura patriarcal, machista e sexista, requer a união dessas mulheres. Assim, que a gente se apoia, que a gente não reproduza essa tendência que tem de rivalidade, e, que o machismo lucra com isso. Né, que assim, essa cultura patriarcal lucra com essa competitividade que é, até a Valeska Zanello traz uma metáfora que eu acho bem interessante, que é a prateleira do amor, que, embasa muito essa questão da competição entre as mulheres. Aí tem as que tem mais privilégios, nessa prateleira. Tão mais escolhidas do que outras. E que dá uma falsa, vamos dizer assim, é um falso reconhecimento. Tapando essas brechas, esses abusos. Muitas das vezes dá poder parar de perpetuar essas violências.

(2) P2 – Também fiquei pensando o quanto eu sinto falta da questão do corpo que vocês estavam falando. Eu sou terapeuta corporal, estudei muito as terapias Neo Reichianas, mas eu sinto falta imensa de que a gente considere o feminismo que estrutura nossa sociedade, o racismo que estrutura nossa sociedade. A teoria da BioEnergética deriva do trabalho do Reich e do Lowen, que trabalhou nos Estados Unidos essencialmente e é um trabalho que simplesmente não olha pro racismo, que não olha pro feminismo. Então eu sinto que a gente trabalha de uma maneira que, a gente diz assim entre os terapeutas de BioEnergética, né, a gente trabalha de uma forma crua, a gente trabalha com os instintos. Isso favorece. Porquê dá para a gente trabalhar com os abusos, violências, mas eu não vejo uma epistemologia que considere e estrutura materialmente, historicamente e socialmente as nossas relações. Então, eu vejo que a discussão dos papéis de vítima, até os arquétipos de mulher e mãe, isso vem com uma pobreza epistemológica de refletir e atualizar. Eu participei de um workshop esse último fim de semana que passou, né, não esse que a gente tá, o anterior. É, que eu tava com um terapeuta que a gente considera super de vanguarda, tá muito atualizado, até em neuro que a P1 e P3 conhecem, mas assim a gente não para em nenhum momento para discutir, considerar, esse vieses que nos atingem diretamente. Então quando a gente fala de “fui vítima de uma violência” a gente não considera justamente essa questão da prateleira, né? Que a Valeska Zanello traz como metáfora. Que às vezes a gente não tem opção. Hum, quantos homens a gente conhece hoje, ou até mulheres, eu sou hetero, tô falando dos homens mais assim, sobre que estão aí dispostos a se desconstruir. A P4 trouxe uma questão que eu sinto muito na clínica, quantos homens estão se dispondo a trabalhar pessoalmente, se transformar e refletir. E claro isso vem também da nossa geração, da criação que a gente recebeu, das nossas histórias de vida e das nossas possibilidades históricas. Que a gente não teve também. Que também me preocupa muito, P4, me preocupa muito a geração anterior porque são mulheres que a gente ama, as minhas ancestrais todas, e como é que a gente conversa com elas? É muito difícil, cara! É muito difícil. É uma coisa que às vezes eu falo: “Cara, eu acho que esse aí eu vou deixar pra outra, deixa passar porque não dá”. Mas também não podemos desistir, né? Então eu sinto falta, sinto falta da gente se debruçar sobre uma nova epistemológica, né. Sobre um novo modo de pensar. Mas também é um processo. Acho que isso tá se fazendo, aos poucos, é porque a gente tá muito no olho do furacão. Né, também. Vai ter que esperar passar e olhar para trás e ver, sei lá, a quarta onda e suas evoluções como o documentário mostra. Achei muito interessante esse histórico. E de se desconstruir.

Pelo diálogo identificamos que a afirmação de P2 sobre as teorias dominantes dentro da Bioenergética existe um descontentamento das perspectivas ditas elitista. Ou seja, uma teoria psicológica demonstra um viés ideológico e constitutivo da interpretação do que é ser sujeito (Bakhtin, 2011; Volochinov, 2017). Outro aspecto interessante é que a P3 também

compartilha, em um outro momento, sobre a ausência da presença feminina na Gestalt Terapia: “Por exemplo, na Gestalt Terapia, assim mesmo, tem uma invisibilidade das mulheres que contribuíram historicamente na Gestalt. Então, assim, às vezes eu vejo nisso, mais nessas trocas de conhecimento assim. De ter alguma forma, uma imagem de mais autoridade, quando a fala vem de um homem.”

Neste turno de conversa, é possível observar a forma como a participante coloca sua vivência enquanto psicóloga e a importância de estar amparada a uma teoria que possa subsidiar sua ação dentro do consultório. O subtema *invisibilidade das teorias feitas por mulheres* foi identificado a partir do questionamento feito por P2 e P3, com forte conexão com o subtema *uma teoria que venha pela voz da mulher*.

As participantes comentam sobre o comprometimento que elas têm enquanto psicólogas, com a continuação dos estudos por intermédio de especializações, pós-graduações e com a participação frequente em congressos. Para Sayão (2011), desde a segunda metade do século XX, as mulheres têm lutado para se capacitarem profissionalmente e academicamente, almejando a possibilidade de lugares com mais voz na sociedade. Dessa forma, a busca das participantes pelo contato estreito com as teorias e a percepção delas da ausência de uma epistemologia feminina está incorporado à busca histórica da mulher poder contra argumentar o discurso hegemônico.

Neste turno de conversa, aparece também a influência dos temas *gerações, gênero e psicologia no consultório*. Isso aponta para a não linearidade nas falas das participantes e fortifica o entendimento de que a interação entre elas no encontro em grupo possibilitou que elas conectassem os assuntos que, para elas, tinham relação com o feminismo e com a vida delas enquanto mulheres.

A frase dita pela P3, “*assim, que a gente se apoia, que a gente não reproduza essa tendência que tem de rivalidade, e, que o machismo lucra com isso*”, recortada deste turno de

conversa, indica a presença do tema *gerações e gênero* ao analisar as relações entre as mulheres de gerações diferentes. É possível compreender que, ao falarem de suas atuações enquanto psicólogas e suas formações, existe uma relação sobre a maneira como elas percebem as relações uma com as outras, enquanto mulheres e psicólogas. A rivalidade e competitividade, enunciadas no turno de conversa, são apresentadas por Sayão (2010) como elementos que fortalecem a noção de que as mulheres devem ser amáveis com os outros que são cuidadas por elas e, nesta medida, competitivas em relação às outras mulheres. Para essa autora, a competitividade retifica a construção social do papel das mulheres e enrijece as possibilidades de ações autênticas e menos influenciadas pela expectativa machista.

Outro tema que aparece neste turno de conversa é *psicologia no consultório*. Compreendemos que esses dois temas (*teoria em psicologia* e *psicologia no consultório*) estabelecem uma interpelação entre si por se tratar da experiência das participantes com a formação e exercício da profissão. Existem, entre esses dois temas, a consonância sobre a importância da reflexão sobre a vivência enquanto mulheres e a desconstrução de preconceitos e expectativas machistas. Um exemplo dessa consonância está na frase dita pela P3, que compõe o *mapa semiótico do grupo 1* (Figura 4), “*a gente também está nesse processo de desconstrução*”, com a frase dita por P4: “*somos mulheres e já é esperado da gente esse papel de acolhedoras*”. Essa relação apresenta o significado criado por elas ao pensarem sobre como suas posições enquanto psicólogas poderia colaborar para a manutenção do patriarcado e do machismo.

A relação de dissonância entre esses dois temas, *teoria em psicologia* e *psicologia no consultório*, é marcada pelo trecho “*se tem psicólogo, o homem fica como especialista*”, dita pela P3, com a frase “*indicar para um psicólogo homem que ele vai dar conta*”. A dissonância é um fenômeno esperado, considerando que a narrativa é uma maneira de nos construirmos

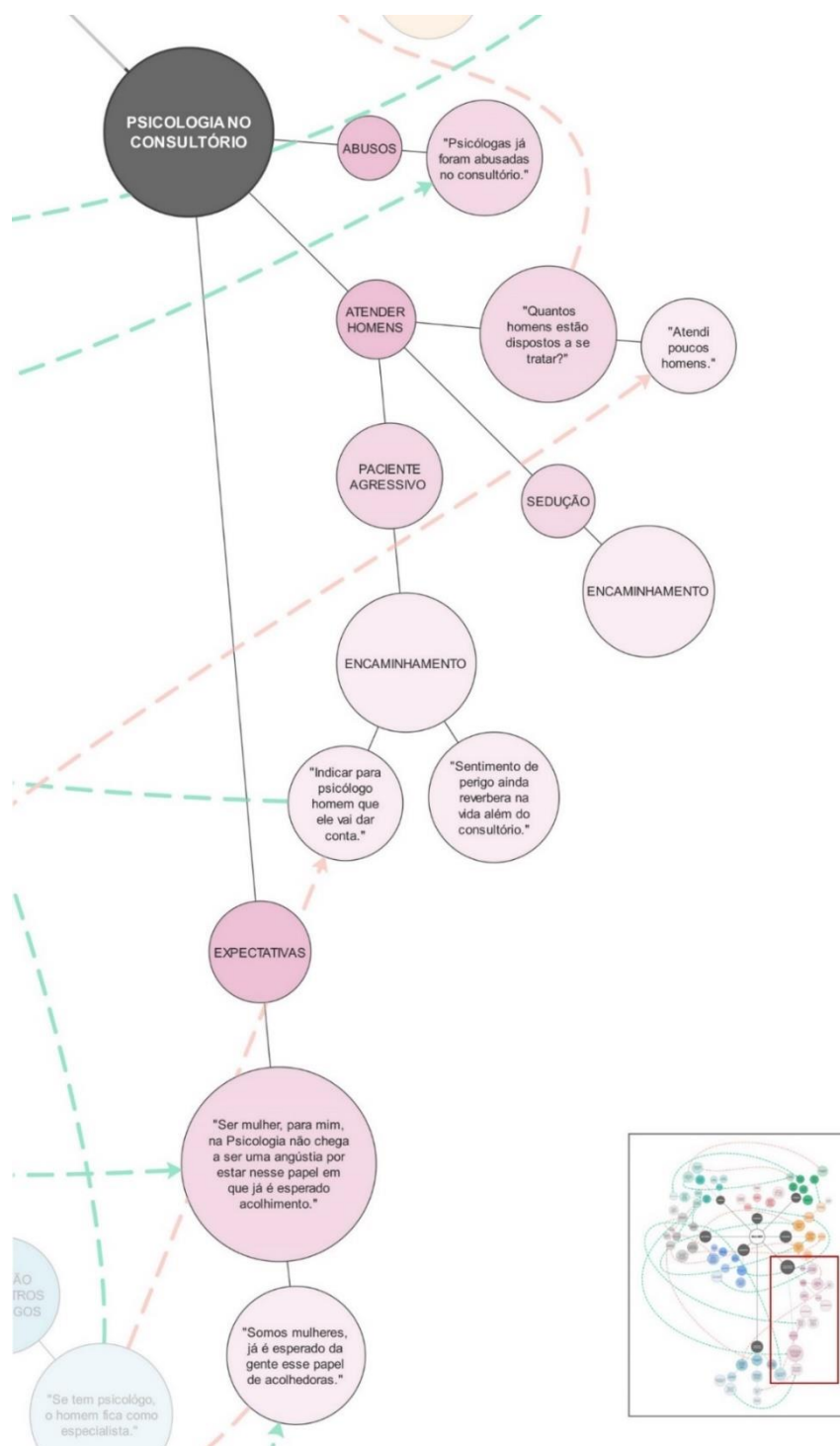
enquanto sujeitos, trazendo em si a impermanência e complexidade da própria existência (Bruner, 1996; Vigotski, 2001; Bakhtin, 2016).

Dessa relação de dissonância, pela percepção de que existe uma alta expectativa de performance dos homens na psicologia pelo fato de serem homens e isso corresponder de forma positiva a estrutura machista, ao avaliarem que, em momentos específicos, a presença do psicólogo pode ser necessária exatamente por essa mesma percepção de segurança por serem homens. Analisando tal relação, apoiamos-nos aos dados da última pesquisa desenvolvida pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP – sobre o perfil dos profissionais de psicologia, *Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e trabalho* (CFP, 2013). Nessa pesquisa desenvolvida pelo CFP, foi evidenciado que mais de 80% dos profissionais de psicologia são mulheres, caracterizando, assim, o que o próprio Conselho Federal de Psicologia concluiu como uma profissão feminina. O que corrobora para o questionamento sobre como uma profissão desenvolvida em sua grande maioria por mulheres pode ainda sim estar sendo influenciada e, nesta medida, provocada a ser questionada – como colocado nas frases anteriores ditas pelas participantes – sobre a presença e manutenção de entendimentos machistas.

Psicologia no consultório: “Sentimento de perigo ainda reverbera na vida além do consultório”

Figura 13

Recorte do Mapa Semiótico do grupo 1 – tema psicologia no consultório



Fonte: Elaboração da autora.

Neste tema, identificado como *psicologia no consultório* (Figura 13), percebemos a união dele com o tema *teoria em psicologia* (Figura 12). Entretanto, mesmo com a conexão entre eles, consideramos que seria necessário que este tema fosse abordado de forma separada. Essa escolha está relacionada ao aspecto de que a reflexão das participantes está associada à vivência enquanto psicólogas mas também com a junção dos demais temas. Ao falarem da experiência de serem psicólogas clínicas, questões como corpo, machismo, feminismo e gênero foram apropriadas em suas falas.

Dessa forma, é possível verificar a conexão de outros temas neste turno de fala:

(1) P3 – Eu posso reforçar um pouco o que a P1 falou também. Essa preocupação de horário, né? Até o grupo de mulheres, antes era presencial e agora tá on-line, mas sempre foi a noite, né. Então a gente sempre tinha essa preocupação na hora de sair, todo mundo descer juntas de ir pro carro assim. Que era a noite e terminava mais tarde, então. É, também na questão de atendimento de homens, de ter um certo cuidado de quando realmente perceber que está confundindo um pouco, um pouco de, dessa sedução aquela que ela falou. Então, às vezes de identificar a necessidade de, às vezes, cortar ou encaminhar de alguma forma de, de que isso não desce continuidade, né? Então, é por aí assim, sempre também atender em prédios que tinha uma certa segurança né? Uma certa triagem nas pessoas que entram e que saem. Mas isso é uma preocupação real.

(2) P2 – Eu e a P4 estamos fazendo cara de “não, não, não” (risos). E o que eu sinto é o seguinte, só que assim, eu atendi muitos poucos homens até hoje. Inclusive é uma marca do meu trabalho na clínica que foi que eu entrei para a formação de Bioenergética e até então eu só trabalhei com psicologia escolar. E aí quando eu comecei a formação que eu iniciei na clínica. Mas eu comecei um relacionamento com um colega de grupo e a gente teve esse relacionamento durante cinco anos e trabalhamos juntos. Então, ele já estava na clínica, ele que me incentivou muito. Mas acontecia uma dinâmica típica, eu acho q acontece com muitos casais de terapeutas, que ele atendia os homens e eu atendia as esposas dos clientes dele, dos pacientes, ou as filhas né? Ficava muito essa coisa: os homens ficam com ele e as mulheres ficavam comigo. E acontecia também dele ficar com os horários mais tarde e eu acabar ficando com os horários do dia. Então, depois que a gente se separou eu fui trabalhar no consultório sozinha num lugar que era bem perigoso, tinha uma fama de muita prostituição, de muito tráfico de drogas. E eu trabalhava até tarde e eu via os porteiros muito preocupados comigo e uma preocupação que eu não tinha tanto assim. Porque eu trabalhava na vizinhança que eu conhecia bastante. E eu tendi muitos poucos homens. Agora, interessante primeiro porque eu atendi tão poucos homens, eu nunca sofri nenhum assédio ou abuso, a não ser questões que são da dinâmica da transferência. E aí não era nada que eu sentia exatamente que fosse um machismo. Mas eu sentia muitos abusos das mulheres travestidas do machismo. Porque aí eu conseguia perceber o que era ali não da transferência, mas da ordem de uma estrutura invasiva de personalidade. Né? E claro, ancorada nessa estrutura que a gente tem em sociedade. Então, eu tô achando interessante porque eu não tinha parado para prestar muita atenção assim, claro, é agora que a gente tá sentada aqui. E, o que mais me chamou atenção no documentário na minha história de vida, é que a sua provocação P. É assim, é a questão do nudismo, do nu, que vem do feminismo. Dessa de colocar o corpo em cena que o documentário começa por isso. Com essa cena dessa roupa que tá sendo desmanchada e eu achei muito belo essa cena, muito forte. E, depois dessa, vem a cena dela dançando nua e depois dela vestida. Muito, me chamou muito a atenção. Pela plástica,

e também porque no final do documentário as marchas mostram muito essa coisa do corpo nu das mulheres, elas assumindo. Pelo menos na minha leitura parece muito de vamos assumir esse lugar de poder mostrar o nosso corpo que o homem já mostra desde sempre. Por que não, né? E de uma liberdade que eu sinto nessas imagens, de um empoderamento, de uma poten(cialidade)... possibilidade que a gente tá buscando com essas lutas de colocar a nossa voz. P4 falou sobre ficar engasgada, com a entrevista com esse pai, e quanto que a gente tá desengasgando mas também desmanchando, né? Essas roupas, evidenciando esse símbolo do feminino, do feminismo construído. E, e, e, buscando novas construções. Então eu sinto que essa questão do n, né? Que tem no documentário, me chamou muita atenção. E como terapeuta corporal a gente se desnuda muito. Porque a gente faz muitas sessões de supervisão com topzinho e short ou então com lingerie também. E, mas mesmo isso, eu sinto falta de uma epistemologia que, de uma teoria que venha pela voz das mulheres. Que venha repensar essa intimidade e a exposição também. Até como método comparativo mesmo. Como que é para as terapeutas se exporem no grupo, como que é para os homens se exporem no grupo. Eu acho que esse tema me chamou muita atenção e fiquei com vontade de explorar mais isso, de buscar conhecer mais e de melhor também com mais critérios, né? Com mais cuidado.

(3) P1 – Eu falei bastante assim do medo, é, do abuso e tudo mais. Mas uma coisa que já me veio também foi atender pacientes agressivos. Tem muito paciente agressivo que eu atendo de avaliação neuropsicológica ou que você já teve/tinha algum distúrbio e aí vai avaliar. E tem alguma coisa assim e não só traço de personalidade, mas questões neurológicas. E aí o que eu faço geralmente é pedir para algum familiar ir junto na primeira sessão, na segunda sessão. Até criar um vínculo com o paciente, ele entendeu o que ele tá fazendo ali e ficar mais estruturado para conseguir ele atender sozinho. Se eu fico muito insegura eu peço para o familiar ir em todas as sessões, né? Hum, só que engraçado porque isso ainda, esse sentimento de perigo, ainda reverberam na vida depois do consultório. Já tiveram vezes de eu cruzar na rua com esse paciente e eu “ai, meu Deus, espero que eles não me vejam”. Espero que não me vejam porque eu não sei qual será a reação, né? Teve um desses dias que veio, entrou no meu consultório e falou “nossa adorei seu corte de cabelo”. E o corte de cabelo dele era igual, aí eu pensei assim “ah, uma transferência, né?”. Mas teve uma transferência um pouco erótica, assim. Aí ele foi pegar o relatório depois e aí ele “nossa linda sua camisa”. Fazendo uns comentários, mas, é, foi um paciente tranquilo de manejar. Acho que depende muito do grau que vem, assim.

O turno de fala selecionado apresenta a conexão com outros temas já abordados, o que favoreceu para que este fosse o último tema a ser analisado. O tema *psicologia no consultório* (Figura 13) foi identificado a partir da fala da P1 sobre sentir-se insegura no consultório em alguns atendimentos com homens, considerando a personalidade e a demanda. Essa participante também abordou em sua fala a preocupação da família sobre o ambiente do consultório e a segurança: *“Eu lembro que eu falei para o meu pai que eu iria montar o consultório e a pergunta dele foi essa ‘ah, mas você vai colocar uma câmera?’ , é, ‘tem segurança? como é que é?’ . E aí eu, o fato de eu dividir a sala com um homem, eu acho que isso tranquilizou a minha família. Apesar de que a gente pega em horários diferentes e a gente não se cruza, né?”*

Considerando essa fala de P1, ao construirmos as informações da pesquisa, foi notado como a presença masculina é forte. Tanto pelo relato de atender homens quanto pela figura paterna em se preocupar com a segurança. O que indica traços da cultura paternalista e patriarcal (Fraccaro, 2018; Fochi & Zirbel, 2020). A segurança é gerada pela presença do homem e a insegurança também.

Contemplando apenas a fala da P3 no turno de fala, identificamos a presença e consideração na união entre as mulheres como forma de proteção e enfrentamento a situações de perigo. Entretanto, considerando apenas a fala de P2, é evidenciado que a percepção de violência e o senso de insegurança podem ser vivenciados de forma diferente. P2 inicia sua fala na negativa e compartilha sua percepção sobre sentir-se insegura durante os atendimentos no consultório e na saída do consultório. Um ponto interessante em sua fala é a percepção sobre a figura dos homens e sobre a pouca quantidade de homens em processo psicoterápico.

A fala de P2 faz menção ao seguinte enunciado de P4:

P4 – Concordo, concordo com você. É, porque somos mulheres e já é esperado da gente

Esse papel de acolhimento e na hora de dar um negócio aí fica “opa”, né? Mas “o que é isso aí”, né? Mas nada de também de muito “oh oh oh”. Só teve algumas vezes que sim. Que eu atendi pais de adolescentes. E aí teve mais um machismo mais estrutural, assim. Do cara até, eu tava ali tentando um diálogo e uma construção, primeira sessão assim, e ele com a mãe do lado. Isso que foi interessante, a mãe calada e ele só falando na minha frente com aquele tom mais superior de é “resolve aí o problema”. E a eu falei que eu não fazia avaliação psicológica, eles estavam atrás de uma avaliação psicológica. E aí eu quando eu falei para ele, eu fiz uma pontuação mais, né, mais assertiva, ele começou a me chamar de “meu bem”, “de meu amor”, e dizer que então ele, não servia. E a mãe calada, a mãe saiu, entrou e saiu do consultório sem dar uma palavra. Isso me marcou muito. Acho que foi uma das, mas é claro, né, foi uma vez que isso aconteceu, mas aconteceu, então significa que isso acontece e pode estar acontecendo nesse momento. Então, acho que ainda há. Isso, apesar de também sinto numa parte reduzida. Foi uma vez que isso aconteceu, mas marcou! Foi bem chocante.

Essa fala remete a uma situação de machismo dentro do consultório psicológico e durante uma sessão de orientação aos pais. A colocação da P2 sobre a fala de P4, feita em outro

momento do encontro em grupo, demonstra como a narrativa tem afinidade com a alteridade e memória (Benjamin, 1985; Bakhtin, 2016; Vigotski, 2001).

Atender homens, abusos e expectativas são subtemas associados ao tema *psicologia no consultório*. Desses subtemas, foram compostas ramificações que exemplificam o significado criado pelas participantes durante o encontro em grupo e são identificadas por falas das participantes.

4.11 Grupo 2

Assim como o grupo 1, para o grupo 2 também foi desenvolvido um encontro em grupo realizado no primeiro semestre de 2021. Para este grupo, estiveram presentes 5 participantes e o encontro teve a duração de 1h25min de interação e mais 28min para a exibição do documentário *Corpo Manifesto* (2016), totalizando em 1h53min. O encontro foi de forma online e realizado por intermédio da plataforma Zoom. A conduta foi a mesma realizada com o primeiro grupo. Fizemos o contato com as 5 psicólogas para o agendamento da primeira entrevista individual, objetivando o contato da pesquisadora com a concepção de cada participante a temática. Após a realização das entrevistas, a pesquisadora verificou o que seria o melhor momento para as participantes e, assim, foi estabelecido o dia e horário para a realização do encontro em grupo.

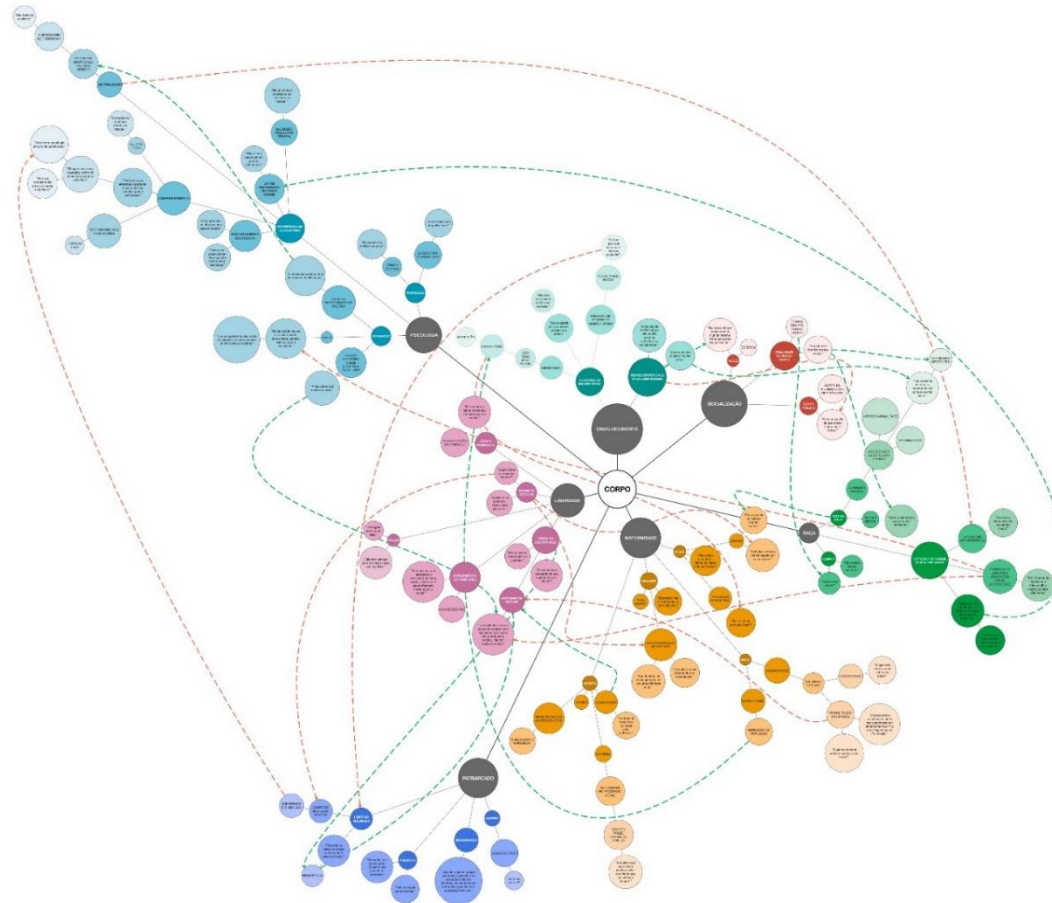
A segunda entrevista individual foi agendada com as 5 participantes após a execução do encontro em grupo. Essa segunda entrevista, da mesma maneira como ocorreu com o grupo 1, contou com a interação da pesquisadora com cada participante com o propósito de que a pesquisadora pudesse acessar as reflexões estabelecidas por cada participante após o encontro em grupo.

O *Mapa Semiótico do grupo 2* (Figura 14) foi construído a partir da interação entre as participantes. O mapa em questão é composto por temas e subtemas que se relacionam entre si

e articulam os significados dados pelas participantes sobre a temática desta pesquisa. Assim como no grupo 1, o mapa semiótico se apresenta de forma singular e única sobre o que foi o momento de interação entre as participantes. Dessa forma, a maneira de construção dos mapas segue a mesma metodologia, entretanto, o conteúdo e as formas de criação de significado são a construção estética de cada encontro. É possível observar algumas similaridades com os temas e subtemas, em ambos os mapas semióticos, como também é notável a construção singular de cada um.

Figura 13

Mapa Semiótico do grupo 2

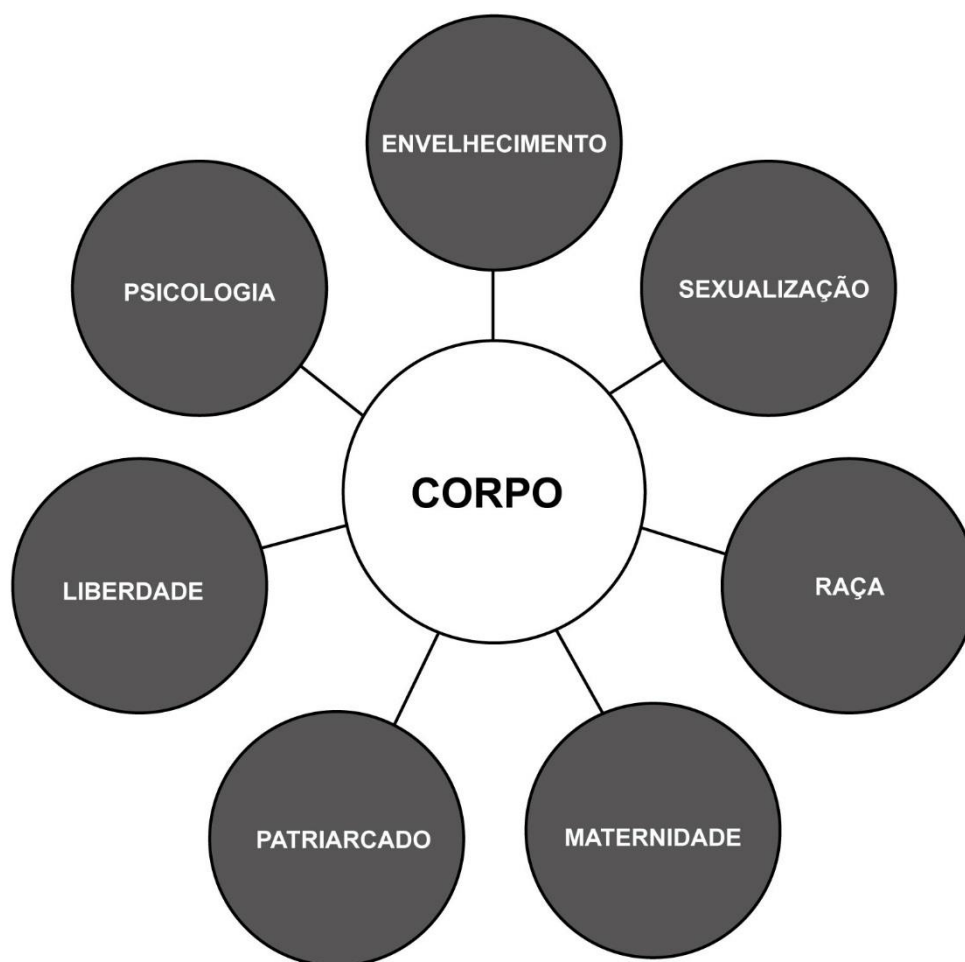


Fonte: Elaboração da autora.

A representação do tema central com os outros temas identificados está representada na figura abaixo (Figura 15). O tema central é apresentado pela palavra *corpo*, e os outros temas são (1) *envelhecimento*, (2) *sexualização*, (3) *raça*, (4) *maternidade*, (5) *patriarcado*, (6) *liberdade* e (7) *psicologia*.

Figura 14

Mapa Semiótico do grupo 2 – apresentação dos temas

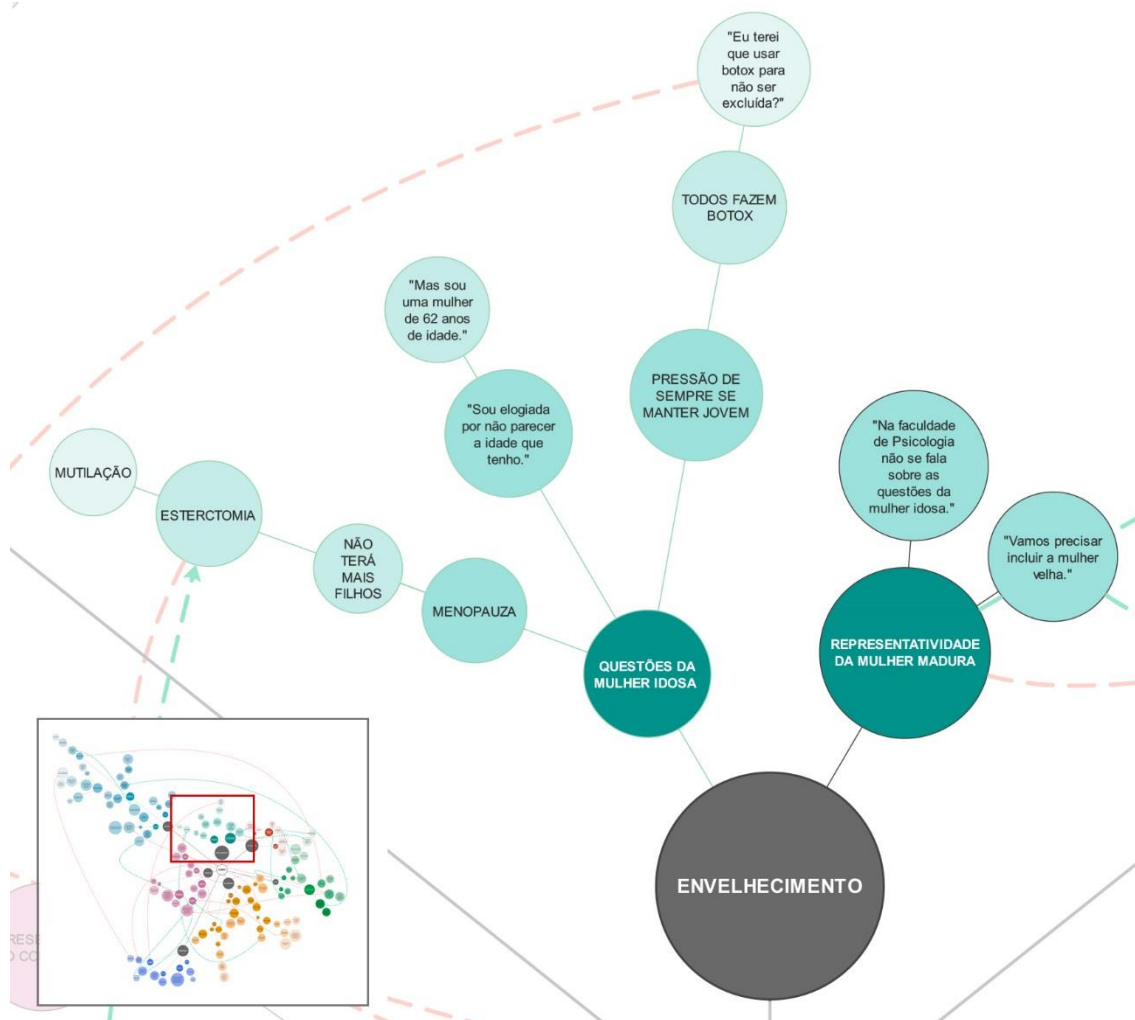


Fonte: Elaboração da autora.

Envelhecimento: “Sou elogiada por não parecer a idade que tenho.”

Figura 15

Recorte do Mapa Semiótico do grupo 2 – tema envelhecimento



Fonte: Elaboração da autora.

O tema *envelhecimento* (Figura 16) foi identificado a partir da fala de P5. Essa fala teve uma característica interessante, sendo marcada pela diferença de idade entre esta participante e as demais. Esse aspecto mostra como a narrativa se apropria da história de vida e, considerando o movimento de interação e diálogo, forma-se também o cronotopo e o movimento de alteridade (Bakhtin, 2016; Volóchinov, 2017).

Essa relação é possível ser observada no turno de fala selecionado a seguir:

(1) P5 – Eu fiquei muito impactada com o desfazer o crochê, que as mulheres fazem. Eu fiquei encantada, me emocionou. Primeiro que eu achei isso muito bonito, é, é, o vídeo, mulheres amigas com a idade da minha filha, o vídeo me remeteu a vários momentos da minha vida de mulheres. Hoje eu tenho 62 anos, estou entrando na velhice, já tenho o cartão para estacionar de idosa. A menos de um mês eu me despedi da minha mãe, idosa, aos 86 anos. Eu queria dizer para vocês que eu tive a oportunidade, de, nesse tempo toda da psicologia, de passar por essas histórias na profissão, na minha vida pessoal e na minha vida social. Em 35 anos de docência superior a única mulher negra do curso que eu dei aula fui eu, mas eu nem pensava nisso, passei a pensar a partir da minha própria profissão. Só. Alguns homens negros sim, mas só eu. Eu queria dizer para vocês que eu faria, P7, o mestrado em educação sexual nas empresas, já tava tudo acertado na universidade. Aí eu virei da noite pro dia coordenadora. Me senti insegura de assumir um cargo de coordenação do curso numa mudança do ensino superior robusta e resolvi fazer o mestrado em educação para que eu não ficasse mais uma vez vulnerável. É como se tivesse que ter título, título, título. Meu cabelo? Meu cabelo está penteado. Eu já pentei hoje para vir pra cá, eu já ajeitei. Pois quando eu era pequena o povo penteava assim (gesticula com a mão). Porque na minha família tem olhos azuis, cabelos lisos, e o povo acha que eu tenho cabelo sem petear. Ele está penteado. A psicologia e a educação, não sei se fosse só a psicologia eu teria dado conta, mas como tinha à docência, me ajudava a seguir em psicologia. Porque eu nem sabia dos movimentos, eu vim saber com a docência. Então o que eu queria dizer para vocês que eu encerrei a minha carreira como terapeuta sexual. Então, eu sim tive a oportunidade de estudar a sexologia fora do curso, quando eu tentei trazer como disciplina, só entrou quando eu era coordenadora com a reformulação do currículo, tá ok? No ano 2000 como disciplina optativa. Rapaz, uma encrenca para se falar de sexo! Uma encrenca. Eu adorei o vídeo, mas eu vou falar o que eu senti falta no vídeo. Não apareceu mulher idosa. Nos velhas, e hoje eu fico lá pra traz na terapia sexual, mesmo porque ela tem outra configuração. Hoje eu atendo adultos e atendo idosos. Eu tenho 5 setentonas on-line. Nós não conseguiremos ir para rua daquela forma, mulheres velhas são discriminadas. Eu aprendi com os meus alunos, estagiários, aquilo que eu não aprendi no meu curso. Então, queria deixar uma mensagem otimista, o que a gente não deu conta de aprender no curso a gente vai dar conta de ensinar. Porque essa profissão tem uma possibilidade, tá ok? E aí, então, quando eu fui com os meus alunos para o asilo. Eu fui que era para falar de sexualidade do idoso, assim que eu entrei na gerontologia. E aí depois eu não tive jeito de sair. Eu queria dizer que o número de mulheres nos asilos é maior. Como é que a gente tem filho, como é que a gente cuida, mesmo quando tá em casa, com a paciência da gente, cuida dos homens que ainda morrem primeiro, a gente quando vai para o asilo não recebemos a visita (com ênfase na fala) dos filhos que não foram abortados. A história desse, desse, vídeo que a gente viu, terá o vídeo dois e com certeza com a nossa colaboração. Porque como é que a gente vai pra rua? Para eu continuar trabalhando inserida no mercado eu tenho que fazer agachamento. Uma confusão. 62 anos, uma confusão, toda segunda, quarta e sexta, não, terça quinta e sábado, tenho que fazer agachamento, tenho que fazer atividade física. Eu perdi a minha mama, eu encerrei, eu sempre tive duas profissões. Em algum momento, mas “ah, eu estou de mama” (levanta e mostra na câmera). Porque não dá para fazer mastectômica bilateral e ficar sem peito, dizia o meu oncologista que acompanhou carinhosamente, ele dizia “as mulheres não toleram serem mulheres ao 50 anos”. Às vésperas do 50 anos a festa montada para dançar, aí eu tive que fazer quimio, ficar careca. E lindíssima como madrinha de casamento e careca. Tinha que ser lindíssima. Se o cabelo é assim, reclamam. Agora se tá careca, tá careca é igual a homem. Não pode fazer mastectômica. Diz meu médico “ficou ótima a mama”, eu digo “só que não é minha, eu fiz uma cirurgia de mutilação”, ele “que mutilação? Você entrou com mama e saiu com mama”. Eu digo assim “eu sei que ela não é a minha mama, ela não tem sensorialidade”. Esse filme que a gente viu e que traz, nós estamos no século XXI. Esse tema sobre aborto até a década de 80 a gente trabalhava sim. E a gente continua até hoje com os mesmos indicadores. Isso é sério? Sim! Mulheres idosas não aparecendo. Vocês viram quantas mulheres idosas inteligentíssimas falaram ali? E a mulher envelhecida está excluída. Se ela não for inteligente, não tiver lucidez, não pode ter um quadro de demência, se não tiver uma profissão que possibilite a inclusão, nós estaremos solitárias. E não poderemos dizer lá junto com as outras “ei a mulher velha merece”. Ela pode até namorar. Eu tenho 62

anos, eu tenho 3 filhos com a idade de vocês, um é psicólogo, tenho 3 filhos, meu parceiro de trabalho. Mas eu queria dizer para vocês assim, aquilo que se passa ali a gente passa no decorrer da nossa história. Mas ainda tem o outro ainda que a gente vai precisar incluir, a mulher velha! Eu queria dizer para vocês eu sei que eu não sou feia, eu sei que eu tô bem, eu recebo elogios. Quando eu digo assim “eu tenho 62 anos”, as pessoas dizem “nossa!”, aí eu digo “a cor ajuda”, “ah, com certeza!”. Mas se eu tivesse enrugadinha. Eu vou ter que fazer Botox porque todo mundo faz Botox. O povo pergunta pra mim “você já fez Botox?” eu falei “ainda não”, eu não posso falar não. Eu não sei se eu vou fazer, mas talvez tenha que fazer, não sei se vai dar para continuar sem ser excluída como mulher. Não perguntam se os homens fazem Botox. Mas eu sei que eles fazem! Porque eu já sei que tem dentista que faz. Então eu queria dizer assim, eu tenho 62 anos tenho 3 filhos na idade de vocês, eu já sou idosa e preciso acrescentar nós somos discriminadas. “Nossa mas você não parece”. Eu sou elogiada por não parecer. Porque se eu fosse parecida eu seria excluída. Não tem sobre sexualidade, não tem sobre aborto, não tem sobre idoso na psicologia, entendeu? O porque tem o grande número de mulheres lá dentro. E na docência. Eu tenho um marido mais jovem. Quando eu, queria dizer para vocês, quando eu engravidei a minha profissão estava “the best”. Aos 30 anos eu já viajava para os congressos e já tinha capítulos de livro publicado. Sabe o que eu escutei? Não é possível que você dando aula de sexologia tenha engravidado. Como é que você leva marido e filho para amamentar no congresso? Como que você engravidou na terceira gravidez com DIU? É um absurdo. Aos trinta anos, na minha geração, eu era uma primípara velha.

(2) P6 – Nossa, P5, eu fiquei muito emocionado com seu relato! De verdade assim, porque é realmente uma coisa que a gente não discutir, né? A questão da mulher idosa e a questão de toda a pressão que a gente sempre se manter jovem, sempre se manter no padrãozinho, na caixinha no, enfim né, nesse, eu acho que até tem uma frase que eu anotei aqui “essa mulher que a gente tem que libertar dessas mulheres”. Padrãozinho, né? É, uma coisa que eu notei muito, eu tive um pouquinho de contato com o feminismo dentro da universidade, por causa dos movimentos sociais não necessariamente por causa do curso. Mas era muito feminismo branco, era muito um feminismo de “aí a gente vai falar sobre aborto, sobre trabalho”, e é super importante, claro. Mas quando eu conseguir sair da bolha da universidade, eu consegui olhar “tá ok, não é só esse feminismo que existe”. Eu trabalhei numa escola muito, muito, muito católica e lá eu consegui ter contato com várias mulheres que eram mais velhas, mulheres que eram negras, que trabalhavam em setores mais de manutenção e tudo mais, e como que a interseccionalidade era muito diferente. De falar as mulheres diferentes, a gente sofria coisas muito diferentes e, e eu às vezes não consegui enxergar isso, né. Eu acho que é justamente a gente tirar essa universalidade, como fala no vídeo, né? De a gente tem uma mulher, é, da gente lutar pela mesma mulher. Não a gente não pode lutar pela mesma mulher! Que ela não existe, não existe um ideal apenas, né. Eu acho que quando você traz o seu relato, P5, é muito, é muito forte para mim você. Você foi falando, né, de como você engravidou e tudo mais. Eu lembrei da minha mãe. Ela também é professora universitária e ela engravidou com 39. E nasci aqui. É, justamente ficavam falando para ela “vai ser uma gravidez de risco”, “você não pode”, “você não pode terminar o doutorado grávida”, “você não pode”, ela é bióloga, né, “você não pode fazer coleta grávida” e ela foi lá e fez. E uma das coisas que ela me ensinou é sempre justamente isso, “você não vai parar só porque estão te dizendo para parar” e não é porque você tá grávida, não é porque você é mulher que você não pode chegar nos espaços que você chega, que você quer chegar. Eu acho que é muito simbólico assim você trazer isso. Então, muito obrigada.

Este turno de fala foi retirado do início do encontro entre as participantes, momento em que cada uma delas compartilhou o que tinha mobilizado em relação à experiência de ter assistido o documentário *Corpo Manifesto* (2016). A P5 relata a maneira como se sentiu ao

assistir o documentário e as questões que foram despertadas nela pela narrativa fílmica. Neste turno de fala, fica marcada a presença do envelhecimento e a maneira como o ato de envelhecer pode ser vivenciado pelas mulheres e, mais especificadamente, como é vivenciado pela P5. Sua fala é marcada por sua vivência e também por sua reflexão sobre o envelhecimento, como é possível observar neste trecho: *“Mas se eu tivesse enrugadinha. Eu vou ter que fazer Botox porque todo mundo faz Botox. O povo pergunta pra mim ‘você já fez Botox?’ eu falei ‘ainda não’, eu não posso falar não. Eu não sei se eu vou fazer, mas talvez tenha que fazer, não sei se vai dar para continuar sem ser excluída como mulher. Não perguntam se os homens fazem Botox. Mas eu sei que eles fazem! Porque eu já sei que tem dentista que faz. Então eu queria dizer assim, eu tenho 62 anos tenho 3 filhos na idade de vocês, eu já sou idosa e preciso acrescentar: nós somos discriminadas. ‘Nossa mas você não parece’. Eu sou elogiada por não parecer. Porque se eu fosse parecida eu seria excluída”*.

O tema *envelhecer* está conectado com os subtemas *representatividade da mulher madura* e *questões da mulher idosa*, ambos foram a maneira como as próprias participantes nominaram. A fala de P5, selecionada nesse turno de conversa, aponta para esses dois subtemas. A escolha pelo uso do documentário *Corpo Manifesto* (2016) como um artefato mediador veio da possibilidade de envolver as participantes no contexto e problemática da pesquisa e, dessa forma, acessar a construção de suas narrativas sobre si mesma e sobre suas relações (Caixeta & Borges, 2017).

Nesse sentido, o documentário apresenta diversas questões sobre o universo da mulher, entretanto, ele não entra em questões sobre o envelhecimento. O envelhecimento surgiu como tema por intermédio da maneira como o documentário *Corpo Manifesto* (2016) foi absorvido pela P5. A maneira como essa participante expõe sua reflexão sobre o envelhecimento e a forma como as outras participantes se envolvem, no turno de fala selecionado, é possível acompanhar a maneira como a P6 se mobilizou, mostrando a construção do cronotopo

(Bakhtin, 2018), espaço de interação formado de forma única e intencional na construção dialógica das relações (Amorim, 2018).

Os subtemas *questões da mulher idosa e representatividade da mulher madura* se relacionam com alguns subtemas que foram selecionados por intermédio da análise desenvolvida pela pesquisadora sobre a interação das participantes e a construção de significados em suas narrativas. Os subtemas que fazem parte do tema representatividade da mulher madura são: (1) “*na faculdade de psicologia não se fala sobre as questões da mulher idosa*” e (2) “*vamos precisar incluir a mulher velha*”. Esses dois subtemas, de acordo com as participantes, configuram a dificuldade de incluir a velhice nas discussões sobre o universo da mulher, dentro e fora dos estudos da psicologia.

Para o tema *questões da mulher madura*, os subtemas identificados foram as seguintes sequências: (1) *pressão de sempre se manter jovem – todos fazem botox – “eu terei que fazer botox para não ser excluída?”*, (2) “*sou elogiada por não parecer a idade que tenho*” – “*mas sou uma mulher de 62 anos de idade*” e (3) *menopausa – não terá mais filhos – histerectomia – mutilação*. Essas três sequências de subtemas foram apontadas pelas participantes pela pressão que a mulher sofre em ter que se manter jovem. No turno de fala selecionado, para o tema envelhecimento, a P6 relata como *padrãozinho*, fazendo alusão ao estereótipo pré-determinado pela sociedade machista e sexista de como as mulheres devem se apresentar. Nesse sentido, a fala selecionada para este tema, “*sou elogiada por não parecer ter a idade que tenho*”, aponta para a expectativa em relação a manutenção constante da juventude e pressão social quanto ao padrão de beleza em que as mulheres são submetidas.

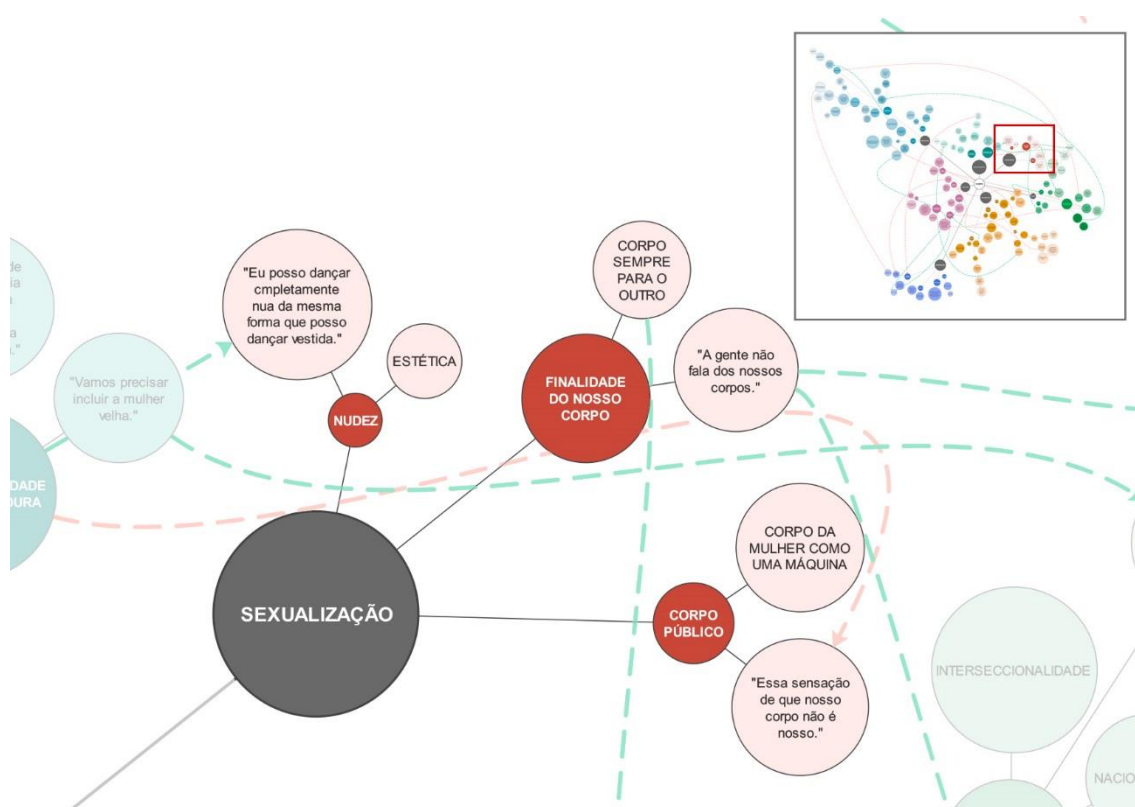
Na segunda entrevista individual, P6 comenta a respeito de sua reflexão após o encontro em grupo sobre como percebe a pressão sobre os corpos das mulheres em relação ao envelhecimento: “*e o quanto a mulher está presa nesses 20/30 anos. Ou seja, é, ela tem sempre*

que ter esse corpinho de 20/30 anos, ela tem que ter a cabeça, a disposição, a vontade de ser mãe. E, é muito pesado isso.”.

Sexualização: “Eu posso dançar completamente nua da mesma forma que posso dançar vestida.”

Figura 16

Recorte do Mapa Semiótico do grupo 2 – tema sexualização



Fonte: Elaboração da autora.

O tema *sexualização* (Figura 16) foi identificado pela conexão que as participantes fizeram a partir do corpo feminino. O corpo, inclusive, é o tema central do mapa semiótico do grupo 2 (Figura 14) exatamente por englobar de maneira central a forma como as participantes abordaram suas percepções sobre o que é ser mulher. A sexualização do corpo feminino foi comentada por todas as participantes durante o encontro em grupo. Para compreender como este tema foi identificado, selecionamos o seguinte turno de fala:

(1) P7 – Acho que eu vou dar continuidade, então. Eu fiz até algumas anotações aqui do filme. Mas o que eu achei mais interessante foi a estética, assim né, a coisa de despir a mulher no início, né. A dança, eu achei incrível essa parte dela dançando nua, né, fiquei pensando que isso me trouxe até um

estranhamento assim. E aí eu refletindo aqui sobre isso, pensei que a gente não costuma ver mulheres usando os corpos dessa maneira, né? Geralmente os corpos femininos são sexualizados, né? São, estão sempre Imóveis, paralisados, na melhor posição que fica mais bonito, que mais adequado. Então eu achei muito interessante isso da dança e do estranhamento que isso me causou também, né. De ver o corpo nu se movendo, abrindo e fechando, né. Achei muito interessante. É, fiquei pensando assim sobre isso, né. Sobre o uso do corpo feminino, como ele é utilizado diretamente pelos homens e não pelas mulheres. No sexo, aí depois a gravidez, na maternidade, né, é sempre uso do corpo para o outro e nunca para ela, para ela mesma. Também pensei sobre o que uma delas falaram do, da gravidez ser o resultado de um processo de negligência. Fiquei pensando nisso, falei “nossa realmente, né”, a gente não fala sobre nossos corpos, sempre é tabu. Como a P9 falou, na formação a gente não fala sobre aborto e a gente não fala sobre muitas outras coisas também, que eu diria até mais simples do que o aborto, né? E aí, é, a gente não fala sobre sexualidade, a gente não fala sobre gênero, eu vi muito pouco e olha que eu me formei em 2019. E eu vi muito pouco sobre. Talvez, eu fiz uma disciplina optativa para falar sobre gênero, né, então não é todo mundo que passa por isso na formação. E é um processo para as mulheres é muito difícil mesmo porque a gente aprende na marra a lidar com os nossos corpos, né, muitas passam a vida inteira sem conseguir fazer isso. Porque isso foi nos negado, foi negado para a gente sempre. E aí, é, uma outra coisa que me chamou muita atenção foi o final. Tanto que eu voltei, eu demorei para voltar, porque eu achei maravilhoso, assim, a trilha sonora, aquele final com os protestos, né? O quanto mostra, assim, que a gente tem energia, que a gente tem força. Eu acho que foi me deu uma sensação assim de revitalizar de pensar tem, tem como, né? Tem o que fazer e como a gente fazer. Acho que foi essa minha sensação principal, assim, do filme.

(2) P8 – É, então. Eu também fiz como a P7, eu anotei algumas coisas, assim né, que foi eu acho que foi ampliando assim um pouco esse seu olhar. Até considerando a primeira conversa, né, que a gente teve com a P. A gente passou por alguns pontos e eu acho que, é interessante porque o documentário traz assim o feminismo é tão amplo e a gente comenta de algumas coisas e aí você vai associando. E aí me veio vários, vários atendimentos, pessoas que eu já atendi ao do tempo. Falando “nossa tem a ver com isso, mas tem a ver com aquilo”. Aí depois eu até posso contar um pouquinho, assim, desses casos. É, mas eu acho que me faz pensar muito, assim, no final, acho que fico muito imobilizada quando eu vejo esse, a força da coletividade. Então quando mostra, assim, o pessoal gritando e cantando e todo mundo batucando. É, essa força, essa energia da coletividade é uma coisa que me emociona, eu fico, eu acho isso muito bonito, muito potente, né. E aí me faz, enfim, acho que faz pensar em várias coisas e até mesmo nisso que passa por tanta coisa. Desde aborto, né. Eu acho que a gente, todo mundo comentou um pouquinho aqui de atendimento on-line, então, fico pensando no impacto disso também dessa pandemia. A gente sabe dessa questão da violência doméstica, como aumentou nesse período e tudo mais. Então, é, me faz pensar, eu acho que, essa o que vai sendo, o que vão sendo essas possibilidades, né. Da coletividade e do individual. Que muito é o que a gente acaba trabalhando na clínica. Então o que, que a gente conversa que é atravessado por uma estrutura, mas também o que, que é um trabalho que passa muito por um processo individual. Então acho que estão coisas que, que me chamam muita atenção. Ah, outra coisa! Até a P7 falou, da dança e tudo. Achei muito bonito mesmo, achei curioso essa coisa de primeiro ela vem toda nua, depois ela tá só com uma sainha e, acho que ela tá vestida também num outro momento, e aí eu fiquei pensando na liberdade de escolha também, né? O que é pensar isso de que eu posso usar o meu corpo dessa forma. Eu posso dançar completamente nua do mesmo jeito que eu posso dançar vestida e enfim. Eu fiquei pensando também nessa, nessa ideia da liberdade. Não de uma obrigação de uma escolha, também. Porque quando, às vezes, quando a gente fala de feminismo tem pessoas que vão interpretando errado isso de que agora existem outras regras que a gente precisa seguir. Eu acho que o feminismo não é sobre isso. Então fiz essa associação também.

Neste turno de fala, tem a presença de P7 e P8. Elas relatam como foram mobilizadas inicialmente pelo documentário *Corpo Manifesto* (2016) e, para ambas, a sexualização do corpo feminino e o paradoxo na forma como a artista Nina Giovelli desenvolve sua performance dançando. Essa artista divide sua performance em quatro momentos distintos durante o documentário: (1) no início, no qual aparece completamente coberta por um tricô que vai sendo desfeito, (2) dançando vestida apenas com uma saia transparente, (3) dançando nua e, por último, (4) dançando vestida de calça e camiseta. Para essas duas participantes, a presença dessa artista foi marcada pela liberdade em mostrar e movimentar seu corpo.

Pelo turno de fala, P7, ao falar *“a dança, eu achei incrível essa parte dela dançando nua, né, fiquei pensando que isso me trouxe até um estranhamento assim. E aí eu refletindo aqui sobre isso, pensei que a gente não costuma ver mulheres usando os corpos dessa maneira, né? Geralmente os corpos femininos são sexualizados, né? São, estão sempre imóveis, paralisados, na melhor posição que fica mais bonito, que mais adequado. Então eu achei muito interessante isso da dança e do estranhamento que isso me causou também, né. De ver o corpo nu se movendo, abrindo e fechando, né. Achei muito interessante”*, sinaliza como a presença da performance de Nina Giovelli, enquanto dança, denuncia a maneira como os corpos femininos são marcados pelo controle, estando estáticos e em posições consideradas sexuais.

Ainda sobre o turno de fala indicado para este tema, P8 relata sobre como foi curioso para ela o momento da performance nua de Nina Giovelli. Para P8, de acordo com seu relato *“Achei muito bonito mesmo, achei curioso essa coisa de primeiro ela vem toda nua, depois ela tá só com uma sainha e, acho que ela tá vestida também num outro momento, e aí eu fiquei pensando na liberdade de escolha também, né? O que é pensar isso de que eu posso usar o meu corpo dessa forma. Eu posso dançar completamente nua do mesmo jeito que eu posso dançar vestida e enfim. Eu fiquei pensando também nessa, nessa ideia da liberdade. Não de uma obrigação de uma escolha, também.”*, a liberdade em mostrar o corpo se apresenta como

uma posse do corpo feminino pela própria mulher, ou seja, a liberdade de escolha em como se apresentar, como se movimentar, como se posicionar.

Tanto a fala de P7 quanto a fala de P8, ao escolherem as palavras *estranhamento* e *curioso* para nomearem a performance da artista, conectam-se com o discurso contra hegemônico do movimento feminista (Timm, Pereira e Gontijo, 2011) com o significado (Bakhtin, 2018) dado por elas ao escolherem essas palavras. Durante a segunda entrevista individual, P8 relata sobre as reflexões que reverberaram após o encontro em grupo e pontua como a ausência de liberdade impacta a maneira como a mulher se comporta e o que é permitido a ela.

Os subtemas identificados para o tema *sexualização* (Figura 17) são: (1) *nudez*, (2) *finalidade de nosso corpo* e (3) *corpo público*. Para cada um desses subtemas, há uma conexão com outros subtemas. Dessa forma, o subtema *nudez* se conecta diretamente com a *estética* do corpo feminino e com a fala da P8: “*eu posso dançar completamente nua da mesma forma que posso dançar vestida*”. Para o subtema *finalidade do nosso corpo*, as conexões foram estruturadas com os subtemas *corpo sempre para o outro* e “*a gente não fala dos nossos corpos*”. Já para o subtema *corpo público*, as conexões se estruturaram com os subtemas *corpo da mulher como uma máquina* e “*essa sensação de que nosso corpo não é nosso*”.

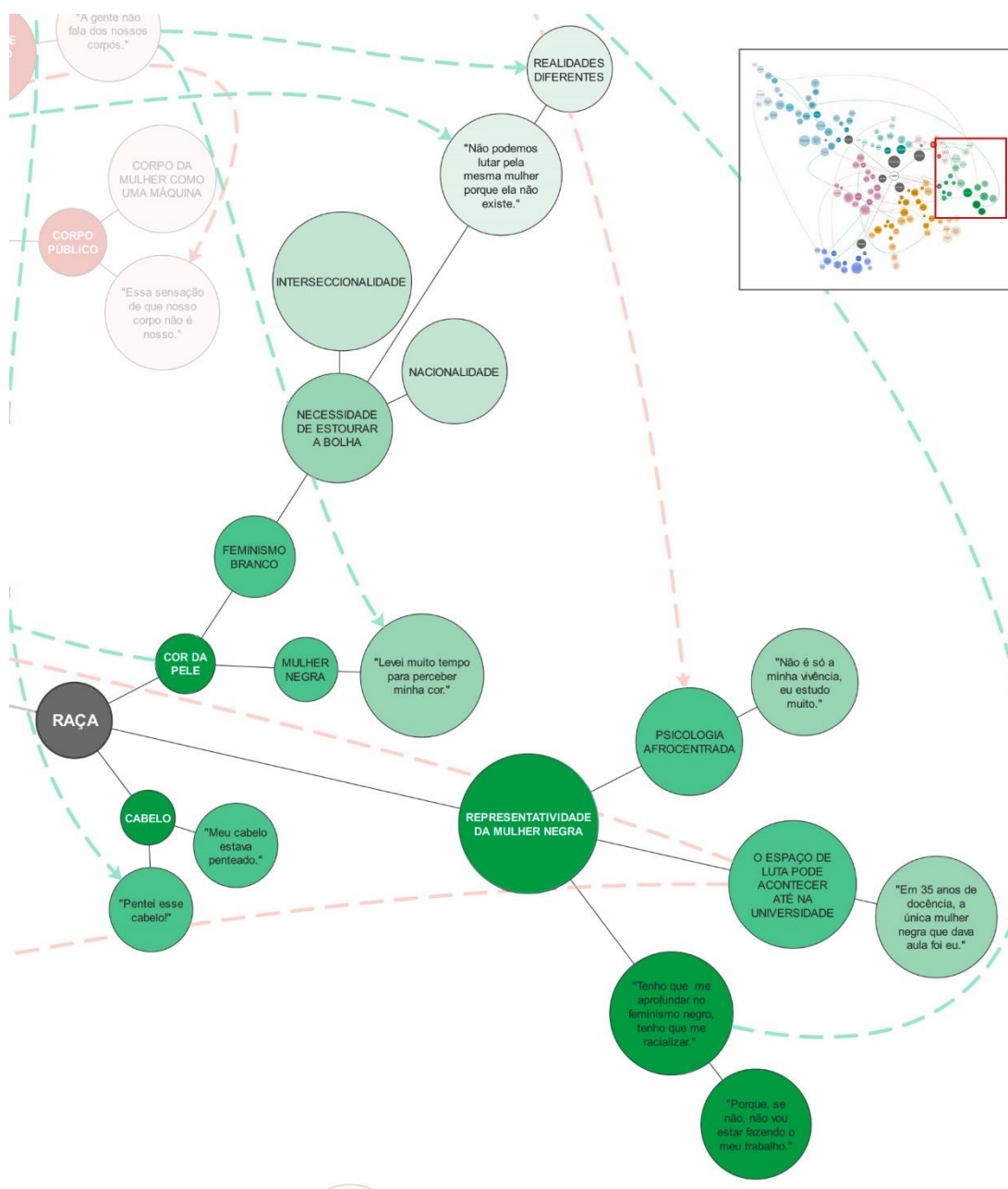
No momento da segunda entrevista individual, P5 conclui sobre a falta de liberdade da mulher brasileira: “*o que me chocou é que a gente tá no século 21 e nós temos causas da década de 80 ainda aparecendo naquele vídeo, particularmente a questão do aborto. Então isso, isso me mobilizou muito. Mas, aquele início do vídeo onde o corpo começa a ser aparecido porque está sendo desfeito o tricô e seguramente quem faz tricô são mulheres*”. Em sua fala, ao considerar a mobilização das mulheres pelo direito à legalização do aborto, demonstra o quanto a busca por controle do corpo feminino é constante e histórica. A liberdade,

apresentada pela nudez, também aparece na fala de P5 ao relacionar como o corpo é despido durante a cena do documentário e o simbolismo do tricô – feito por mulheres.

Raça: “Não podemos lutar pela mesma mulher porque ela não existe.”

Figura 17

Recorte do Mapa Semiótico do grupo 2 – tema raça



Fonte: Elaboração da autora.

Este tema foi identificado a partir da discussão entre as participantes sobre a diversidade em ser mulher e, por isso, escolhemos nomear como tema *raça* (Figura 18). Para elas, existem inúmeras formas de ser mulher, e a existência da mulher no mundo está conectada com questões históricas, sociais e culturais. As opressões vivenciadas pelas mulheres estão também relacionadas às opressões de classe e raça, ou seja, não é uma questão singular que envolva apenas gênero, mas uma questão interseccional (Davis, 2016). De acordo com Ribeiro (2018), considerar as questões étnico-raciais é fundamental para a luta feminista e para a diversidade. Isso quer dizer que o conflito travado pelo feminismo para a obtenção ao direito de que as mulheres sejam consideradas sujeitos políticos acontece quando a existência política das mulheres legitima a realidade das mulheres negras.

Assim, este turno de fala contempla a questão racial e a maneira como as participantes abordaram este tema:

(1) P7 – E, P8, também acho que é importante a gente pensar se a nossa atuação tá realmente orientada para aquela pessoa que a gente tá atendendo, né? Porque às vezes a gente pensa assim “ah, me formei em psicologia e sei atender todo mundo”. Não sabe, não sabe. “Ah, eu atendo criança, adolescente, adulto, idoso, gay, lésbica, preto, branco, atendo todo mundo”. Você sabe atender todas as pessoas? Será mesmo que escuta está, é, orientada mesmo para as necessidades daquela pessoa, né. Como eu disse assim uma psicóloga Afrocentrada. Eu trabalho com e para pessoas pretas. É o que eu estudo, é o que eu pesquiso, desde muito tempo da minha graduação, já está sua antes, né. E aí foi ligando com as questões de gênero e eu percebo que, que, que minhas pacientes chegam com dores muitas vezes causadas dentro do próprio processo terapêutico feito com uma outra pessoa, sabe? Porque a pessoa chega como uma denúncia de racismo, por exemplo, a psicóloga ou o psicólogo pergunta “mas o que que você tava fazendo?”. Tava sendo perseguida dentro do supermercado, “mas o que que você tava fazendo?”. E as pessoas têm dificuldade de compreender algumas vivências. Então, eu só uma mulher preta e não é por isso que eu atendo a gente preta, não é só por isso. A minha vivência não é suficiente para eu pensar nessa realidade, nessas subjetividades. Eu tenho que estudar sobre, eu tenho que estudar sobre. Porque senão gente a gente acaba é fazendo parte das violências na vida daquela pessoa ali. E ela já tem muitas. As pessoas já têm muitas. No caso do gênero mesmo, é, eu lembrei de uma paciente aqui, uma jovem, tá em idade, é, idade assim de ter muitos amigos, né. E tá muito preocupada na imagem dela, da identidade, formação de grupos, e aí ela tá sendo abusada por um dos colegas. Uma pessoa que ela realmente teve uma relação, mas agora ele tá forçando, assim, ela diz que não quer e ele insiste. Beija e pega, né. E ela chega para mim na clínica dizendo que ela se sente mal com isso, mas que ela acha que é normal e a gente está trabalhando aqui uma, questão, a gente já começou, né, de que é abuso, que é violência, de que não é normal. E a gente tem que posicionar paciente, é o nosso papel fazer isso. Mas nós chegamos no ponto, agora por exemplo, que ela não nega, ela não consegue negar, não é nem por causa dele, é por causa do grupo. Ela não quer parecer “a raivosa”, “a agressiva”. E isso tem a ver com uma questão de raça, não é só dela ser mulher. É dela ser uma mulher preta. Então, a gente tem

que pensar em tudo que é tudo que atravessa o nosso paciente, se o nosso olhar for superficial a gente acaba contribuindo para aquele sofrimento.

(2) P6 – A sua fala e a da P8 me fez lembrar muito de uma paciente minha que foi a primeira paciente que tive, atendi pelo estágio. Ela era da universidade, né. E ela tinha sido encaminhada pelo sistema orientação e atendimento aos alunos da universidade. E aí chegou com a queixa de que ela poderia ser psicopata. Aí eu já fiquei “que ótimo, primeira paciente, tranquilo, tô calma” e aí ela foi me contando a história dela e tudo mais. Uma mulher negra, mais ou menos da minha idade. E ela vai me contando essas histórias e eu vou ficando muito incomodada porque ela ia trazendo “não é porque às vezes eu exagero muito”, “eu manipulo muitas as pessoas para eu não estar em certas situações e é por isso que eu acho que eu tenho esse diagnóstico”. E eu, hum, explique um pouco mais. “Não é porque, por exemplo, eu não gosto de ir na minhas aulas porque você não me sinto confortável”, ela é a única mulher negra do curso dela que é um curso de exatas só tem homens brancos. É obvio que ela vai ficar desconfortável. “Não mas é porque eu passei por uma situação”, ela é uma cidade interior, “passei por uma situação que eu tava indo no supermercado e fui perseguido por três quadras por um carro cheio de homens me gritando, mas eu exagero, sabe?!”. “Será que eu tô pedindo muitas coisas do meu namorado? Porque ele não faz nada, eu que limpo toda casa, eu que cuido da mãe dele, eu cuido do meu pai”, e o grande medo dela grande queixa dela é que um dia ela ia acordar ia matar a família porque ela tem esse diagnóstico. E foi nesse dia que eu, nesse dia não, né, com essa paciente que é político tudo isso, o meu trabalho é muito político. Porque desconstruir isso dentro dela não é só desconstruir uma subjetividade, é desconstruir toda uma estrutura que colocou ela nesse lugar, nesse lugar, é, oprimida na questão de raça, na questão de gênero, na questão, é enfim, dela ser a filha mais nova. E, acho que é isso que você faz traz, P7, do nosso olhar tem que ser estudado, tem que ser focado, porque foi nessa paciente que eu consegui entender “ok, eu tenho que me aprofundar no feminismo negro, eu tenho que eu tenho que racializar também, tem que entender o que é isso”. Porque senão não vou tá fazendo meu trabalho. Não posso chegar aqui na minha bolhinha branca e achar que ela também tá reproduzido esse diagnóstico. Eu não posso colocar ela nesse lugar. Eu acho que, é, isso foi me trazendo muito forte porque essa é uma paciente que eu tenho muito no coração, assim, ela me ensinou muito apesar, enfim, deles não saberem.

Neste turno de fala entre P7 e P6, elas falam sobre a atuação da psicologia clínica sob a ótica das questões raciais. Esse aspecto foi marcado pelas falas das participantes e pela possibilidade de trazerem a trajetória profissional como cenário para abordar as questões raciais percebidas dentro e fora do meio profissional. Este tema invoca, de acordo com as participantes, a necessidade de incluir as diferenças raciais e o histórico do país na forma como a mulher é vista socialmente (Ribeiro, 2018; Leal, 2020).

A frase escolhida para representar este tema foi dita pela P6: “não podemos lutar pela mesma mulher porque ela não existe”. Essa fala pode ser conectada com o entendimento de Davis (2018), em que a interseccionalidade possibilita compreender as opressões de sociais, de classe e de raça e como elas estão interligadas na luta feminista. No momento da segunda entrevista individual, P7 expressa que o racismo se apresenta também nas opressões de gênero,

de forma que as mulheres negras são atingidas de forma diferente de uma mulher negra – *“nossos corpos são sempre atravessados, né, por várias questões sociais e que são culturais. E isso tem implicações na, nos significados que a gente dá nas nossas vivências, nas nossas subjetividades. Uma pessoa branca, uma mulher branca vivência o sexismo, o machismo, o patriarcado de uma forma diferente de uma mulher negra.”*.

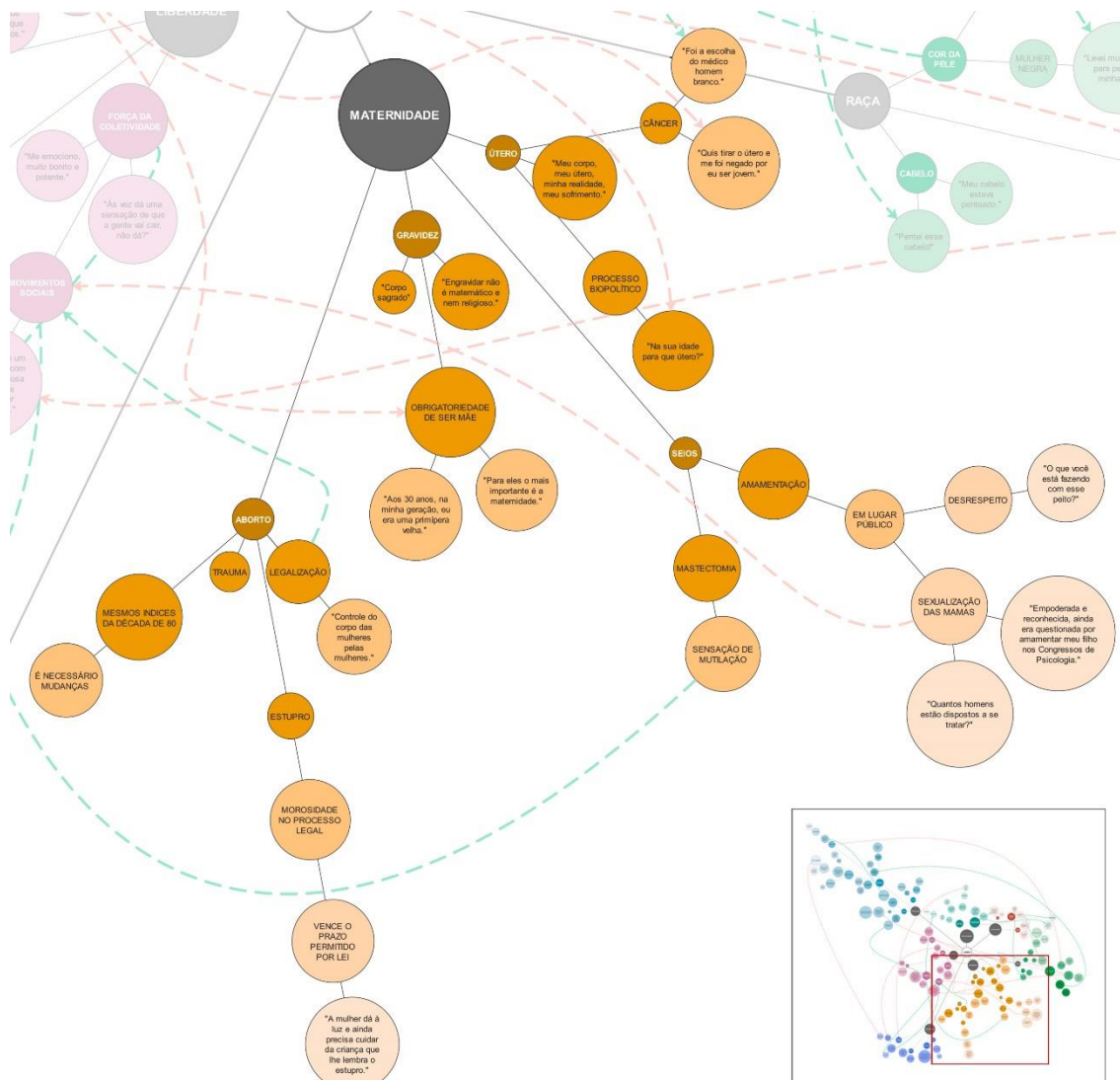
O *Mapa Semiótico do grupo 2* (Figura 14) é perpassado pelo entendimento exposto pelas participantes sobre o corpo feminino. Dessa forma, o tema *raça* (Figura 18) está conectado com o corpo, sendo composto pelos subtemas *cor da pele*, *cabelo* e *representatividade da mulher negra*. Esses subtemas em questão se relacionam de forma complexa com as vivências das participantes, considerando os privilégios marcados por seus corpos. Para o subtema *cabelo*, a relação direta foi feita com os temas (1) “*penteie esse cabelo*” e (2) “*meu cabelo estava penteado*”, duas falas ditas pela P5 que remetem aos padrões de beleza impostos.

Para o subtema *cor da pele*, a conexão é feita com (1) *feminismo branco* e (2) *mulher negra*, onde está a frase “*leveei muito tempo para perceber a minha cor*”. Para o subtema *representatividade da mulher negra*, as relações foram feitas sobre (1) *psicologia afrocentrada*, *o espaço de luta pode acontecer até na universidade* e (2) “*tenho que me aprofundar sobre o feminismo negro, tenho que me racializar*”. No primeiro encontro para a entrevista individual, P5 comenta sobre a percepção de sua cor e sobre as situações de racismo: “*mas, o que acontece, a cor, eu não sabia a minha cor. Quando eu começo a escutar dentro da psicologia, aí eu dou aula né, aí eu tenho que ver o perfil, aí eu começo a ver as pesquisas que os Conselhos fazem. Aí é, pesquisa sobre campo de atuação, sobre o perfil do psicólogo e aí quando entra a questão da cor eu disse assim: ‘como é que é?’*. Aí eu começo a ter uma reflexão sobre mim. É, ham, eu passei pouquíssimas situações de preconceito robusto por causa da cor, mas amparado pelo sentimento da luta como mulher.”.

Maternidade: “Meu corpo, meu útero, minha realidade, meu sofrimento.”

Figura 18

Recorte do Mapa Semiótico do grupo 2 – tema maternidade



Fonte: Elaboração da autora.

O tema *maternidade* (Figura 19) foi identificado a partir da maneira como as participantes enfatizaram a pressão que elas sentem sobre serem mães e, também por isso, sobre a ausência de autonomia sobre os seus corpos e percepção da maternidade como um imperativo social. Essa relação pode ser identificada no seguinte turno de fala:

(1) P7 – E de qualquer forma você não tem direito de escolha, né? No meu caso você tem que manter porque você precisa porque você vai ser mãe e no seu caso você tem que tirar porque você não precisa mais, já que você não vai mãe, né? De qualquer forma escolha não é nossa.

(2) P6 – De toda forma o corpo da mulher é só aquela máquina, né? “Não, agora você precisa e agora você não precisa”, “a gente coloca uma peça, a gente tira outra”. E a gente vai seguindo o baile assim porque o nosso corpo é público! É muito simbólico.

(3) P8 – Eu acho que, fico pensando, vocês trazem questões tão, é, tão importantes, né? E ao mesmo tempo se a gente vai pensar nessa possibilidade de ter filho ou não. Eu fico pensando, que eu fui me dar conta, assim. Sobre questões menores, mas o quanto que vai sendo presente esse controle o tempo todo. Que aí, eu sinto muita dor assim, para depilar, bigode, assim, é terrível! E ai, ai, um dia eu parei para pensar e falei “gente, eu tenho que depilar aqui porque aí, tem que depilar o bigode, já não consigo, virilha foi uma só vez para nunca mais”. E aí eu parei para pensar assim “não tem nenhum pelo do meu corpo que é livre, assim”. Que o cabelo também tem mil coisas, mil regras, a perna também não, os cílios têm que aumentar, não sei que tem que tirar, aí eu falei “ah não, pelo do braço”. Não mas for muito grosso muito grande tem que descolorir. E aí eu fiquei, tipo, gente não tem nenhum pelo do corpo da mulher que que a gente possa escolher, simplesmente vou deixar, vou tirar isso. Tudo tem regra, então assim, parece que é desde coisas muito grande coisas pequenas que a gente passa batido para falar a gente parece que eu não tenho escolha, né? É muito louco pensar isso tudo assim, o quanto a isso interfere que às vezes a gente nem se dá conta.

(4) P7 – No documentário uma das participantes fala ali quando ela tá falando sobre a questão do aborto que “legalizar o aborto é um símbolo do corte, né, desse processo biopolítico” que a gente vivência há séculos, né? Então, como você disse, desde do mais simples até o mais grave, assim, os casos mais graves. Mas você imagina que se o aborto é liberado isso significa que a gente pode fazer o que a gente quiser com o nosso corpo! Né? Porque a maternidade tem essa questão da, inclusive religiosa, né. De que o corpo feminino é sagrado porque ela dá à luz, né? E aí se ela não precisa dar à luz mais, é como se fosse, é subversivo isso! Você pode fazer o que você quiser. Então você não precisa alongar os cílios, você pode cortar o cabelo, você pode deixar os pelos no axila e tudo bem, né, já que você nem filho precisa ter. Então me parece muito simbólico como a participante do filme falou.

Neste dialogo estabelecido por P6, P7 e P8, é presente a ideia de liberdade e a ausência da possibilidade de escolha sobre o corpo feminino. Essa ausência está marcada na maneira como que P5 e P9 abordaram sobre a experiência de retirada do útero e manutenção do útero. A proposta de utilizar o documentário *Corpo Manifesto* (2016) está relacionada à maneira como a narrativa fílmica aborda a liberdade da mulher com a presença de sua autonomia sobre o seu corpo. Neste caso, foi interessante observar e entrar em contato com a maneira como as participantes criaram significado sobre a narrativa do documentário e expressaram suas narrativas vinculadas com o que viram pelo *Corpo Manifesto* (2016) e com o que já vivenciaram.

Este tema do *Mapa Semiótico do grupo 2* (Figura 14) engloba diversos aspectos sobre a maneira como as participantes veem os seus corpos e a forma como identificam a censura sobre ele. O tema *maternidade* (Figura 16) se relaciona aos subtemas (1) *aborto*, (2) *gravidez*, (3) *seios* e (4) *útero*. A escolha dos subtemas e a ordem em que eles se apresentam esteticamente no mapa semiótico está diretamente relacionada às falas das participantes, tanto sobre a ordem como sobre a escolha das palavras e frases.

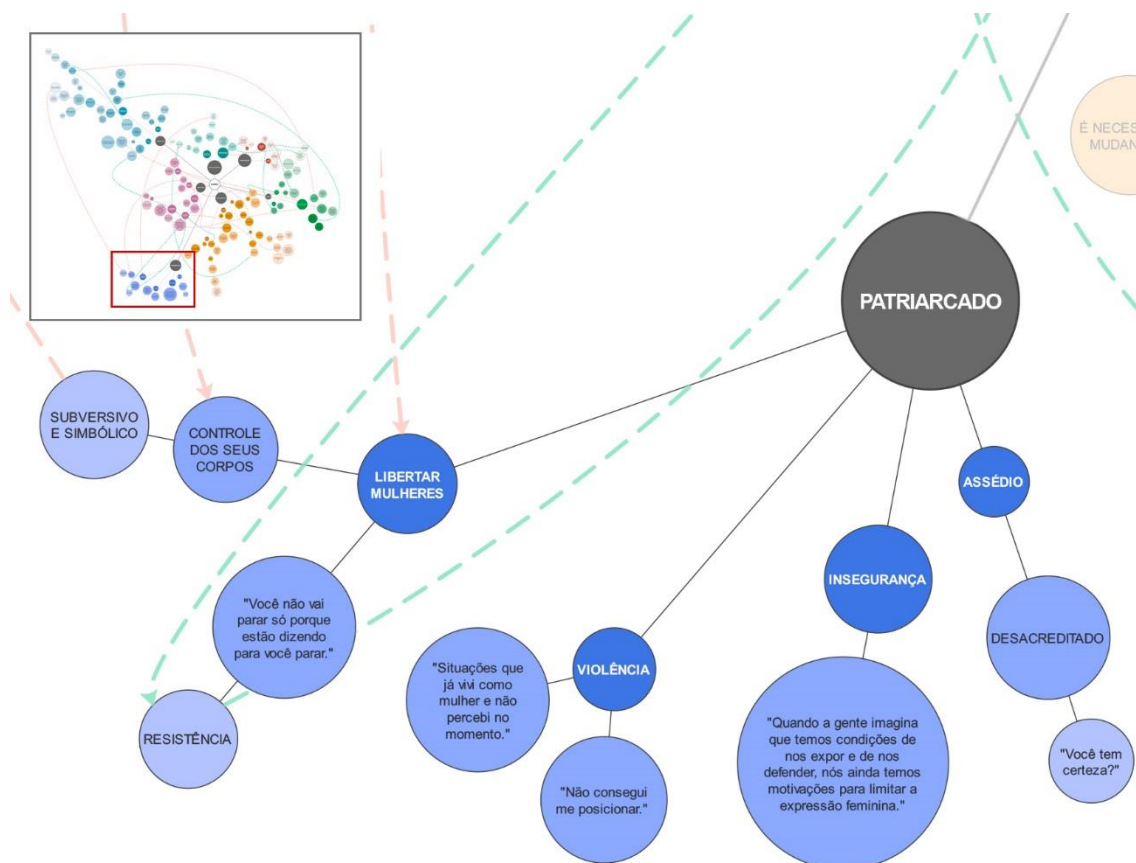
No turno de fala, identificamos como as participantes se questionam sobre a ausência de protagonismo sobre as escolhas em relação aos seus corpos. No subtema *aborto* é abordado como a criminalização é uma ferramenta severa de controle sobre o corpo da mulher. Da mesma maneira, para elas, a gravidez se apresenta como uma imposição social atribuída à idade e à concepção cultural de que gerar um filho é algo sagrado. A obrigatoriedade de ser mãe é representada, de forma simbólica pelo útero e pelos seios femininos.

A sexualização dos corpos femininos é apontada pelas participantes ao relacionarem a amamentação. Durante a momento em grupo, P6 compara a forma como o tratamento em relação ao corpo feminino é diferenciado quando os seios são objetificados como representação do desejo masculino e a forma como as mulheres são tratadas no momento da amamentação – principalmente em lugares públicos.

Patriarcado: “Situações que já vivi como mulher e não percebi no momento.”

Figura 19

Recorte do Mapa Semiótico do grupo 2 – tema patriarcado



Fonte: Elaboração da autora.

O tema *patriarcado*, de acordo com a Figura 20, apresenta a interação das participantes com o olhar crítico e contextualizado sobre a censura e controle. Esse aspecto cultural e histórico é apresentado no seguinte turno de fala:

(1) P9 – Eu até tinha comentado com você que quando eu fiz tinha mais homens que mulheres na minha primeira turma e eu namorei, né, eu tive um relacionamento na minha graduação toda. E uma das situações, né, eu fiz um comentário no Facebook de um professor. É um professor de filosofia e ética e ele não tinha concordado com meu comentário e ele apagou meu comentário. Aí eu fui comentei de novo, aí ele me excluiu do FaceBook dele. Aí, no outro dia, foi pedir desculpas para o meu namorado, porque ele tinha me excluído do Facebook, porque eu tinha feito um comentário que, que não era, que ele não que não tinha, não tinha gostado e não sei o que. E eu esperava que ele fosse, que ele comentasse no Facebook mesmo ou comentasse no particular comigo, falasse pessoalmente comigo. Mas eu fiquei surpresa porque ele foi falar com meu namorado para pedir desculpa para o meu namorado. E aí, e eu nunca fui falar com esse professor, porque eu acho que eu nem, nem, nem tava preparada psicologicamente para ter esse tipo de conversa com ele. Por ele ser um professor, né, por ele ser homem, mas isso ficou comigo por muito tempo. Acho que até hoje eu tenho isso de ter me sentindo

muito mal e de não ter conseguido me posicionar, sabe? Hoje perceber que poderia ter sido diferente, né, desde a relação dele, a atitude dele como professor, como professor de filosofia e de ética, ele tinha mais bagagem do que eu e ele cometeu algo que para mim hoje eu vejo como machismo, sabe? Ele ter se direcionado para o meu namorado para pedir desculpa porque me excluiu do Facebook ao invés de ter me procurado para conversar comigo, né? Essa foi uma situação foi marcante para mim na graduação.

(2) P5 – Eu acho que faz todo sentido. É, seja a percepção de P9, na própria história, aí passou, aí a gente vai ter um entendimento. Então, eu vejo que na verdade fica muito blindado de poder se posicionar. Quando P6 compartilha sobre a experiência da mãe. Olha só, um dia o feminismo acreditou que a gente podia trabalhar, tudo bem que a gente já trabalhava em casa, sem autorização do homem. Que a gente pudesse estudar. Vocês conseguem imaginar o que que é uma pessoa de 39 anos fazendo doutorado e tendo que lidar com esses questionamentos? A gente pensa assim no dia que a gente tiver trabalhando, o dia que a gente vai poder, não somente P9 enxerga, mas a gente vai poder reivindicar na hora. Pois brigavam comigo quando eu ia levando pro congresso, entendeu, levava o marido. Agora o que que é levar o marido para ficar com o bebê para eu ir pra mesa redonda falar. Ou aquele marido não prestava, entendeu, ou você teria que interromper. Riam de mim porque eu amamentava. Eu levava porque eu dizia o seguinte “eu quero amamentar enquanto for possível, considerando as recomendações”. A gente não aprende no nosso curso da relação afetiva, não é? Dos ganhos imunológicos pro bebê. A gente não aprende? A gente aprende. Aí eu queria fazer igualzinho. Pois aonde eu estava empoderada e reconhecida, eu era questionada. Ou seja, o espaço de luta pode acontecer até na universidade, entendeu? Por parte do professor. Eu acho que nós ainda temos, como é que eu diria, desenvolver a perspicácia de percebemos, aqui que no vídeo dá umas chacoalhadas. Essa provocação é interessante. Porque quando a gente imagina que a gente tem condições para se expressar e se defender, nós ainda temos, como é que eu diria, motivações para limitarem a expressão feminina.

Este turno de fala é composto pelo relato de P9 sobre uma situação de machismo e a maneira como ela lidou. A frase que inicia este tema foi dita por essa mesma participante: *“situações que já vivi como mulher e não percebi no momento”*. Essa fala de P9 remete ao entendimento de Faracco (2018) sobre as diversas maneiras como o machismo se estabelece que podem ser inclusive sutis e, ao mesmo tempo, violentas. Nesse sentido, o trecho *“acho que até hoje eu tenho isso de ter me sentindo muito mal e de não ter conseguido me posicionar, sabe? Hoje perceber que poderia ter sido diferente, né, desde a relação dele, a atitude dele como professor, como professor de filosofia e de ética, ele tinha mais bagagem do que eu e ele cometeu algo que para mim hoje eu vejo como machismo, sabe?”* é composto pela forma como

a participante expôs e como se sentiu na situação, colocando evidência para a sensação de impotência juntamente com a referência de poder do professor.

Para este tema foram designados quatro subtemas: (1) *assédio*, (2) *insegurança*, (3) *violência* e (4) *libertar as mulheres*. Para o subtema *assédio*, selecionou-se duas relações de sentido, a primeira pela palavra *desacreditado* e a segunda pela frase “*você tem certeza*”. Essa conexão foi feita a partir da fala da P8 ao se referir aos casos de assédio: “*e perguntam se você tem certeza que foi assediada? Tem certeza mesmo?*” A descrença sobre o relato das mulheres também se apresenta como uma estrutura de poder sobre seus corpos e vivências, mantendo o machismo como hegemônico (Faracco, 2018; Fochi e Zirbel, 2020).

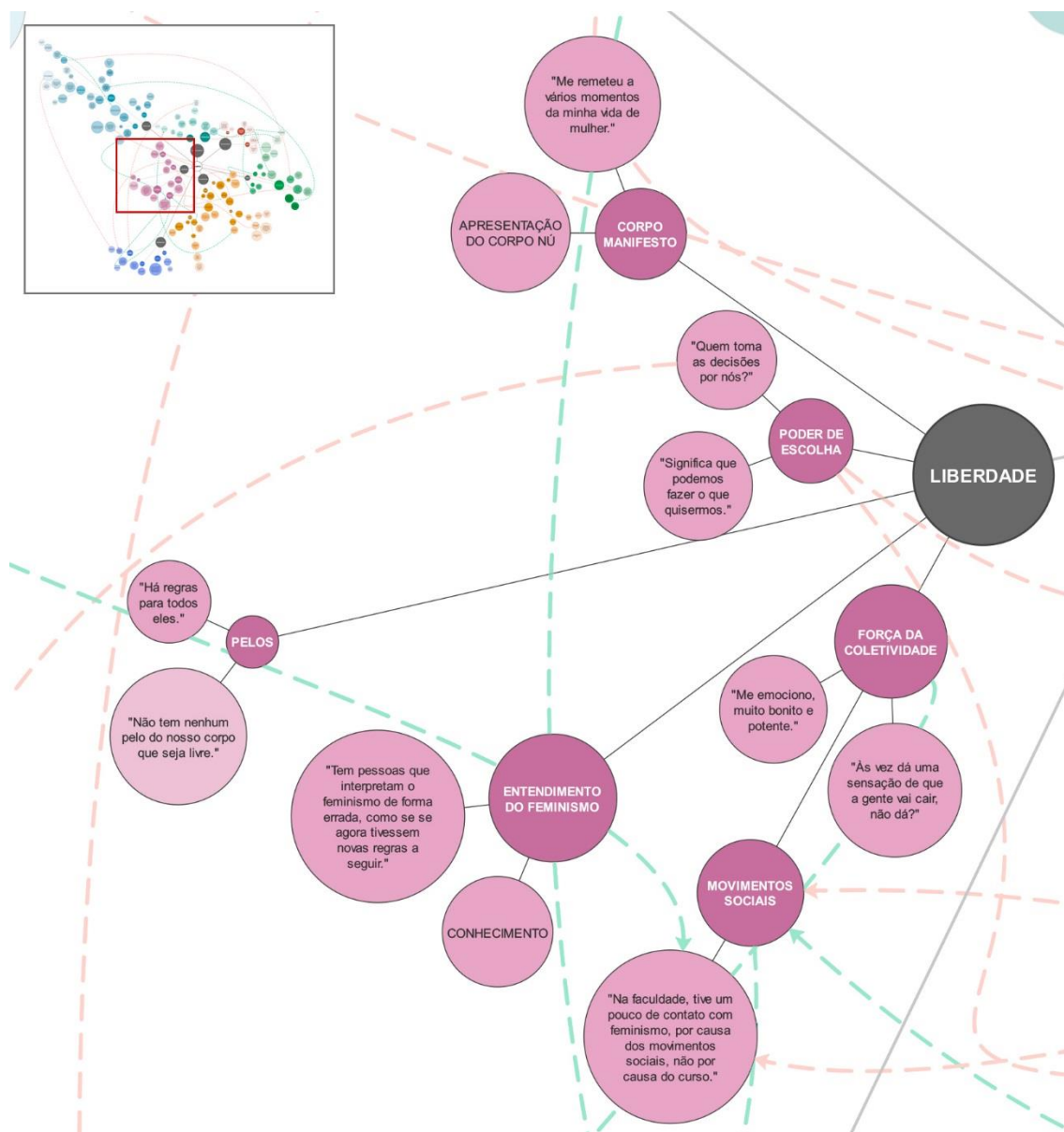
O subtema *insegurança* é descrito com a frase de P5, também apresentado no turno de fala selecionado. Sua fala “*quando a gente imagina que temos condições de nos expor e de nos defender, nós ainda temos motivações para limitar a expressão feminina*” aponta para dois fatores importantes. O primeiro sobre as condições de silenciamento das mulheres em situações de violência; o segundo sobre o entendimento dela mesma sobre a limitação em se posicionar. Esses dois fatores, para as participantes, são maneiras de controle emitidos pelo patriarcado e mantido tanto por homens quanto por mulheres. O subtema *violência* foi estabelecido sobre duas frases que remetem a insegurança e as agressões provenientes do patriarcado: “*situações que já vivi como mulher e não percebi no momento*” e “*não consegui me posicionar*”.

Por fim, o subtema *libertar as mulheres* foi identificado a partir da fala da P6 sobre um trecho específico do documentário *Corpo Manifesto* (2016). Libertar as mulheres, para as participantes, está conectado aos subtemas *controle dos seus corpos* de forma *subversiva e simbólica* e *resistência* – representada pela fala da P6: “*você não vai parar só porque estão te dizendo para você parar*”.

Liberdade: “Quem toma a decisão por nós?”

Figura 20

Recorte do Mapa Semiótico do grupo 2 – tema liberdade



Fonte: Elaboração da autora.

O tema *liberdade* (Figura 21) representa a maneira como as participantes identificaram estratégias para enfrentarem a opressão e buscarem manter o mínimo de controle sobre os seus corpos. A composição deste tema está representado na escolha dos subtemas e no seguinte turno de fala:

(1) P6 – Acho que eu só queria trazer o quanto que é legal essa troca, né. Acho que hoje eu aprendi muitas. Porque achei interessante do grupo que tem mulheres que estão em diferentes fases da carreira, com diferentes perspectivas, diferentes abordagens, e tudo mais, e acho que hoje eu aprendi muitas coisas que eu não tinha parado para pensar, que eu não tive acesso. Que acho que é sobre isso o feminismo também, né? A gente sentar, gente compartilhar histórias e a gente abrir muito mais o nosso olhar. Então eu acho que é isso, assim. Esse movimento da gente se unir, da gente conversar, eu acho que é o mais importante.

(2) P7 – fiquei pensando aqui, que esse momento parece o final do documentário, assim né. De uma outra maneira, numa outra perspectiva. Mas é isso a gente se fortalecendo juntas, pensando juntas, né. Toda vez que eu passo por um grupo assim, por uma situação assim, eu fico me sentindo mais fortalecida. Né. Às vezes num dá uma sensação que vai cair, num dá? Com todas as notícias, assim, essas coisas. Essas coisas todas acontecendo no meio da pandemia. E aí ter esse encontro com vocês aqui, nossa, fortaleceu muito meu sábado. Tô muito feliz, muito obrigada gente pela troca, né. E eu acho que é extremamente importante que a gente consiga fazer essas trocas assim continuamente. Para a gente se fortalecer e fortalecer o movimento.

(3) P5 – É, assim como no documentário a gente foi se despidendo, não é? E a gente tem um incentivo para continuar a luta. Eu pedi a vocês de que no próximo documentário entre as mulheres idosas. Queria agradecer pela participação, por eu estar aqui entre de vocês. Muito obrigada. Isso também é feminismo.

Neste turno de fala, acompanhamos o diálogo entre P5, P6 e P7. Elas comentam sobre a coletividade e a força que encontram na troca com outras mulheres. P7 expõe que *“toda vez que eu passo por um grupo assim, por uma situação assim, eu fico me sentindo mais fortalecida. Né. Às vezes num dá uma sensação que vai cair, num dá?”*. Sua fala aponta para a maneira como ela entende que a coletividade colabora, de forma substancial, para o enfrentamento das situações de machismo e para a construção de reflexões e críticas sobre o machismo e o sistema patriarcal.

Para o tema *liberdade* foram identificadas as relações de sentido entre os subtemas *corpo manifesto*, (2) *poder de escolha*, (3) *força da coletividade* e (4) *entendimento do feminismo* e (5) *pelos*. Esses subtemas representam a forma como as participantes elegeram os elementos que, para elas, representam a liberdade de escolha da mulher e a possibilidade de se posicionar contra o discurso hegemônico disseminado pelo machismo. Inclusive, é neste tema que as participantes destacam como percebem o feminismo e como ele pode contribuir para a emancipação das mulheres. Dessa forma, buscando representar a maneira como elas pensam e

dialogam sobre a liberdade, para este tema, foram selecionadas falas das participantes como subtemas.

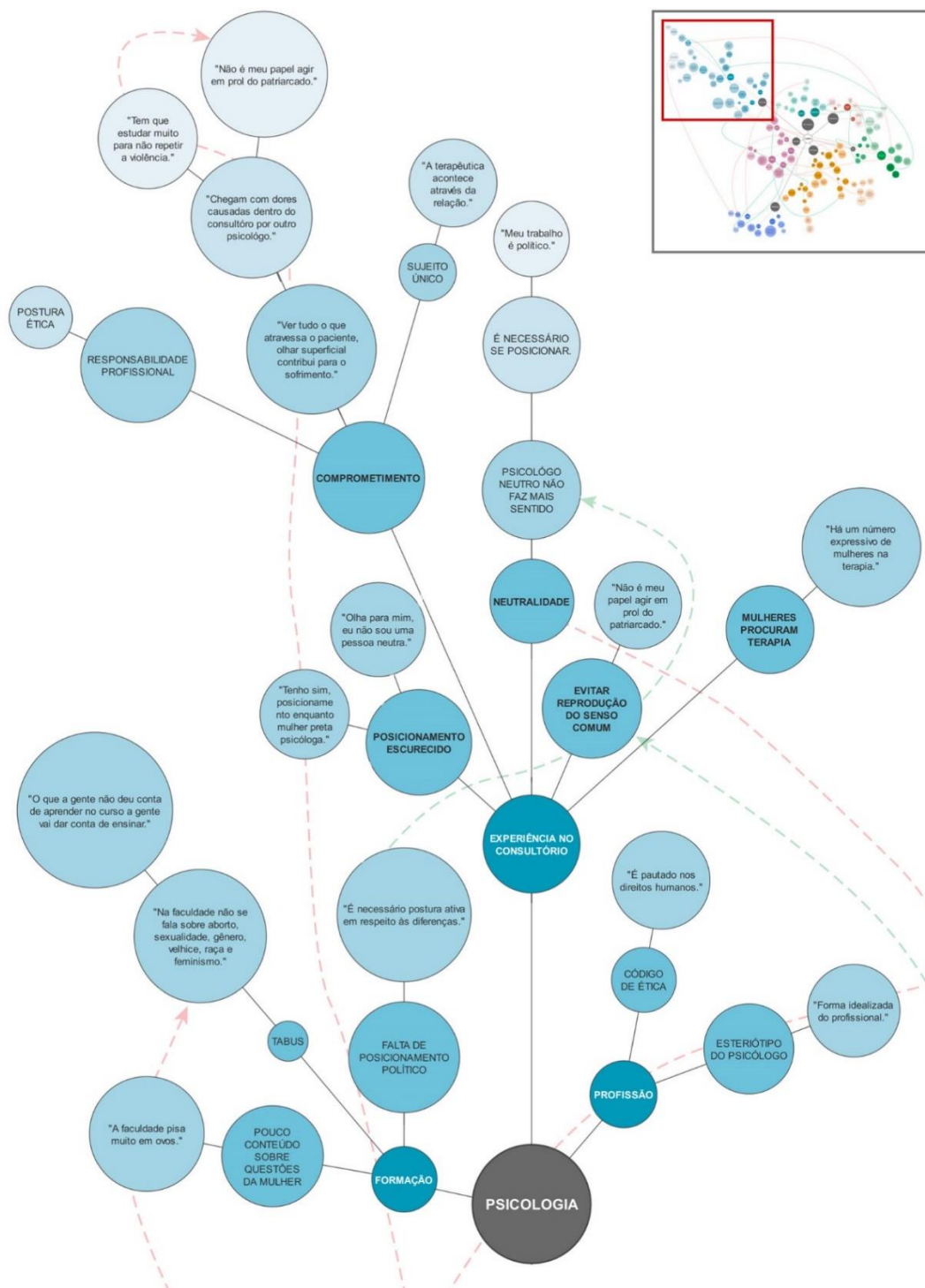
Para o subtema *corpo manifesto* foi selecionada a frase “*me remeteu a vários momentos da minha vida*” e a *apresentação do corpo nu*. A construção do subtema *corpo manifesto* foi embasada na maneira como as participantes foram atravessadas pelo *Corpo Manifesto* (2016) e na forma como a apresentação do documentário proporcionou às participantes contato, no momento do encontro em grupo, com a problemática levantada pelo movimento feminista sobre o controle dos corpos femininos e a autonomia da mulher como expressão de igualdade. Considerando o documentário, as participantes destacaram a presença das imagens femininas e da organização coletiva do movimento feminista. Por intermédio da maneira como elas abordaram a importância da coletividade, para o tema *força da coletividade*, foram selecionadas as falas “*me emociono, muito bonito e potente*” e “*às vezes não dá uma sensação de que a gente vai cair, não dá?*”.

Os subtemas *poder de escolha*, *entendimento do feminismo* e *pelos* se relacionaram indiretamente. Essa relação indireta está na construção que as participantes fizeram juntas no encontro em grupo. Para abordarem a liberdade em poder escolher, a P8 comentou sobre os pelos do seu corpo e a pressão mantida pela indústria de beleza e pela cultura machista da retirada dos pelos. A participante expõe: “*não tem nenhum pelo do nosso corpo que seja livre*” e “*há regra para todos eles*”. Ao conectarem os pelos e as regras sobre eles, as participantes fazem a ligação com o *entendimento do feminismo* sobre o que seriam regras dentro do movimento feminista e onde estaria a liberdade das mulheres: “*tem pessoas que interpretam o feminismo de forma errada, como se agora tivessem novas regras a seguir*”.

Psicologia: “Meu trabalho é político.”

Figura 21

Recorte do Mapa Semiótico do grupo 2 – tema psicologia



Fonte: Elaboração da autora.

O tema *psicologia* (Figura 22) foi caracterizado pela maneira com que as participantes abordaram suas vivências enquanto psicólogas, relacionando a discussão iniciada desde a primeira entrevista individual sobre o entendimento do movimento feminista e o lugar da mulher na cultura machista e patriarcal. Este tema, para que apresentação ficasse mais legível, optamos por alterar a apresentação na Figura 22, fazendo alguns ajustes na estética para que a definição ficasse com melhor qualidade.

De acordo com o turno de fala a seguir, é possível observar como as participantes relacionaram a psicologia, enquanto profissão e ciência, com suas vivências na profissão:

(1) P8 – Eu acho que dá para pensar em até neutralidade, a gente tinha conversado né P, um pouco sobre isso. E aí, mas de algum jeito, eu acho que faz sentido essa questão da identidade de como que a gente tá ali junto com paciente, porque eu acho que eu trabalho é mesmo na relação, né? E de alguma forma, é, o paciente vai me conhecer por mais que ele não saiba da minha vida, e às vezes eles tem as curiosidades deles, mas ele vai conhecendo um pouco, né, da gente. E aí eu tenho me permitido assim compartilhar algumas coisas. Em alguns momentos que eu sinto que é oportuno, que é uma intervenção, porque não a bate-papo, a gente não tá conversando ali num boteco, né? Mas eu tenho me permitido falar mais de mim, então, eu acho que até pela minha análise, eu troquei tem um ano que eu tô com uma outra pessoa agora como minha analista, e eu vejo que ela faz esse movimento e aí parece que começou, eu comecei a que entender que isso é mais possível. Acho que eu comecei a ficar mais à vontade. Porque antes eu trazia mas muito sem saber, se eu devia tá trazendo, se fazia sentido ou não. E hoje em dia quando eu vejo que tem um contexto e que aquilo pode fazer sentido como intervenção, eu trago às vezes alguma coisa, que aconteceu comigo ou que tem a ver com a situação e que ajuda a pensar. Eu acho que isso também aproxima, né? Então eu acho que tem, tem, essa, essa questão que não é uma neutralidade, porque eu tô dizendo sobre coisas e tudo, mas ao mesmo tempo não é, porque eu já ouvi alguns absurdos, assim, do terapeuta tá contando das dívidas que ele tem, falava mais que o próprio paciente. Ai, assim, você, como assim? Então eu acho que tem um caminho possível da gente pensar uma neutralidade entre aspas, não é melhor palavra, postura ética voltada ali para uma intervenção mas estar inteira, inteira ali com o paciente. Como a gente é, com a forma que a gente lida, como a gente brinca. Eu brinco às vezes como forma de intervenção também. Então, assim, acho que poder estar à vontade na clínica é um ponto importante que o paciente, como a P6 falou, precisa disso, né. O paciente se sente à vontade para ele ser ele mesmo. Esse é um convite fundamental na terapia.

(2) P5 – Na, talvez a expressão neutralidade, ela possa, eu tô falando isso como eu tô aqui a tanto tempo, a retirada desse símbolo era para que o terapeuta não falasse das dívidas. E não ocupasse o espaço do cliente. E talvez, agora eu tô pensando, você falando P8, que aí eu volto na história, eu tô pensando aqui o tanto que nós tínhamos, como é que eu diria, mais imposição social quando faziam psicoterapia. Agora imagina na década de 80 o que não poderia se falar. Não tinha redes sociais, a pressão era grande. Então, a ideia da neutralidade era um seguinte, eu posso te receber, mas tirava a autenticidade nossa. E aí então vocês, que estão me ensinando a fazer atendimento on-line de psicoterapia, eu tô aprendendo muito e vocês não fazem ideia. E agora estou na minha casa, deixei meu consultório que está belíssimo. Aí estou no atendimento e faço isso (gesticula com o celular, movimentado) e mostro as maritacas que aparecem a tarde. Onde que eu ia fazer isso? 35 anos atrás, onde que isso seria possível? Talvez as motivações

fossem as mesmas, o que a gente precisa avançar é no respeito a diferença. É no respeito, que quanto mais isso estiver forte, na gente, entendeu, mais a gente inspira confiança. A confiança não está no título, mas na nossa autenticidade. Então a auto revelação ela é importante porque ela nos coloca perante ao outro como pessoa. Não é?

(3) P7 – P5, eu acho que isso que você trouxe sobre o respeito às diferenças tem tudo a ver que a gente está trazendo aqui sobre a neutralidade, né? Quando a gente tá falando sobre, eu sempre tive um certo incômodo, assim, com essa palavra de que o psicólogo tem que ser neutro. As pessoas olham para a minha cara e eu não sou uma pessoa neutra. A minha existência é política, eu não sou neutra. Imagina se eu vou ser uma psicóloga neutra? Então respeitar as diferenças significa que a gente não vai, é, induzir as nossas convicções nas outras pessoas, né, que a gente não vai fazer juízo de valor do é certo, do que é errado, daquilo que o nosso paciente nos traz. É isso que significa, mas isso não significa que a gente vai ser neutro em relação a questões como preconceito, discriminação. Inclusive o nosso Código de Ética amparado na Declaração Universal do Direitos Humanos, diz que nós devemos agir ativamente no nosso trabalho em prol da Liberdade, em prol da igualdade e da dignidade humana, né? Então o nosso trabalho é político, não existe neutralidade na psicologia, nosso trabalho é político. A gente tem que agir em função de acabar com a discriminação, em função de acabar com o preconceito, a gente tem que ter uma postura ativa, né, em dizer que o nosso posicionamento é este. A gente vai trabalhar em respeito às diferenças e é isso que a gente vai fazer e isso é um posicionamento político. E aí eu queria aproveitar para dizer assim que muitas vezes acontece na clínica, uma coisa importante que a P9 falou, né, às vezes chega um paciente, o paciente chega com a fantasia dele, né? “Quero um psicólogo assim, quero um psicólogo assado”. Porque ele imagina que aquela pessoa vai acolhê-lo da melhor maneira possível, né, isso é o que acredita. O importante é que a gente consiga acolher esse paciente. A fantasia dele é dele. A gente tem que conseguir esse paciente. Aí trazendo para gênero, se a gente pensa em neutralidade na psicologia para falar sobre questões de gênero, o que a gente faz é manter o status quo. Porque muitas vezes, como a gente não tem na nossa formação essa esse tipo de discussão sobre feminismo, por exemplo, a gente chega na clínica e reprodução o que tá, o que é senso comum. A gente reproduz o senso comum, por exemplo. Pra minha clínica chega muito pacientes, por exemplo, nossa, eu, a paciente tá com o bebê recém-nascido e odeia ser mãe. Mas ela não consegue falar isso na clínica porque é proibido. Tem os tabus e tal. Paciente, às vezes o marido manda fazer aquilo manda fazer aquilo outro e para ela é insuportável, mas ela acha que tem que fazer. É meu papel sustentar isso? Não, não, não é esse o meu papel. Não é o meu papel agir em prol do patriarcado, né. Então eu tenho sim posicionamento enquanto mulher, enquanto mulher preta e enquanto psicóloga. E o nosso posicionamento tem que estar muito, muito bem escurecido como eu diria aqui, na minha perspectiva Afrocentrada.

O tema *psicologia* (Figura 19) foi dividido em três subtemas e conexões, que são: (1) *formação*, (2) *profissão* e (3) *experiência no consultório*. A escolha por essa divisão se deve pela forma como as participantes abordaram a psicologia durante o momento do encontro em grupo. Para elas, é como se cada momento – *formação, profissão e experiência no consultório* – trouxesse consigo situações e características próprias. Esses três subtemas também estão representados no turno de fala na medida em que as participantes relatam a neutralidade como estrutura da ação do psicólogo.

O subtema *formação* é marcado pelo primeiro contato profissional das participantes com a psicologia. Esse subtema se conecta à crítica das participantes sobre a *falta de posicionamento político* no curso de graduação e ao *pouco conteúdo sobre questões das mulheres*. Para elas, o período da graduação também foi composto por *tabus*, identificados com a dificuldade de trabalhar com temas como aborto, gênero, sexualidade, raça, velhice e feminismo. Sobre isso e relacionando o papel de acolhimento atribuído às psicólogas, no decorrer da segunda entrevista individual, P9 comenta: “*eu acho que a psicologia precisa desenvolver esse ‘masculino’ ou, já que a gente tá falando de uma profissão que predomina mulheres, né. Eu acho que tem alguma influência aí também. Como essas mulheres estão nesse, como nós estamos nos desenvolvendo como mulheres no feminismo, no feminino.*”.

Quando as participantes abordaram a *profissão*, momento após a conclusão do curso de graduação em psicologia, o *código de ética* profissional e o *estereótipo do psicólogo* foram colocados como elementos que norteiam a ação profissional; um sobre o que deve ser feito e o outro sobre a manutenção de um papel. Após falarem sobre a profissão, as participantes conversaram sobre a *experiência no consultório*. Nesse subtema, a relação é feita com a necessidade de *evitar reprodução do senso comum* e com o *posicionamento escurecido*. Esses dois subtemas foram caracterizados com a importância percebida pelas psicólogas de estarem atualizadas sobre as opressões de raça. O subtema *posicionamento escurecido* é marcado pela fala da P7: “*tenho sim posicionamento enquanto mulher preta e psicóloga*”.

A neutralidade, de acordo com o turno de fala selecionado, também compõe o *Mapa Semiótico do grupo 2* (Figura 14) e está representada no tema *psicologia* (Figura 22). P8 aborda a questão da neutralidade: “*eu acho que dá para pensar em até neutralidade, a gente tinha conversado né P, um pouco sobre isso. E aí, mas de algum jeito, eu acho que faz sentido essa questão da identidade de como que a gente tá ali junto com paciente, porque eu acho que eu trabalho é mesmo na relação, né? E de alguma forma, é, o paciente vai me conhecer por mais*

*que ele não saiba da minha vida, e às vezes eles tem as curiosidades deles, mas ele vai conhecendo um pouco, né, da gente. E aí eu tenho me permitido assim compartilhar algumas coisas. Em alguns momentos que eu sinto que é oportuno, que é uma intervenção, porque não a bate-papo, a gente não tá conversando ali num boteco, né? Mas eu tenho me permitido falar mais de mim, então, eu acho que até pela minha análise, eu troquei tem um ano que eu tô com uma outra pessoa agora como minha analista, e eu vejo que ela faz esse movimento e aí parece que começou, eu comecei a entender que isso é mais possível. Acho que eu comecei a ficar mais à vontade”. Essa fala marca o início da conversa sobre a neutralidade dentro da psicologia clínica e é perpassada pelos subtemas *estereótipo do psicólogo* e a *falta de posicionamento político*.*

CAPÍTULO 5

DISCUSSÃO

Para o grupo 1, a discussão sobre o movimento feminista e o contexto político atual perpassa a realidade das mulheres brasileiras. As participantes, apoiadas em suas vivências, selecionaram e identificaram situações que exemplificam o que pensam e sentem a respeito de suas realidades enquanto mulheres.

As psicólogas reconhecem que as relações familiares entre suas mães e/ou avós, como elas nomearam de gerações anteriores, é estabelecida sobre a diferença geracional. Para elas, as gerações se constituem em contextos sociais diferentes e, nas relações com as gerações anteriores, existe uma tensão sobre a reprodução de expectativas e cobranças sobre o comportamento feminino desatualizadas em relação à sua geração. Esse aspecto está relacionado também ao fato de que as participantes desse grupo são contemporâneas. Para elas, é nesse convívio relacional que as gerações mais novas, caracterizadas por elas e por mulheres mais jovens do que elas, podem conseguir, por intermédio do afeto e do acolhimento diminuir, a reprodução do estereótipo sexista de mulher dócil e submissa.

Estabelecer uma boa relação entre as mulheres foi uma fala que apareceu com constância no grupo 1. As participantes classificaram como uma estratégia para enfrentar o discurso machista a união e conscientização coletiva das mulheres. Elas constataram que o movimento feminista proporciona, ao questionar as desigualdades de manutenção de direitos em relação aos homens, uma possibilidade de organização coletiva de mulheres em prol de igualdade e valorização das diferentes realidades de classe e raça vividas por mulheres no Brasil. No feminismo, a coletividade se apresenta como ferramenta de embate em relação ao discurso hegemônico machista (Matos, 2010; Timm, Pereira & Gontijo, 2011).

O ativismo feminista, para elas, remete à possibilidade das mulheres de expressarem raiva e agressividade. Entretanto, elas afirmam que a expressão dessas emoções tem que ser de forma não violenta. Historicamente, o machismo se estabelece pela submissão direcionada às mulheres, impondo controle e se atribuindo da legitimação da violência como forma de poder, e é nesse sentido que o feminismo se torna uma ferramenta de mudança social (hooks, 2014; Lugones, 2014; Fraccaro, 2018). Dessa forma, para as participantes, essa é uma grande diferença entre o feminismo e machismo, onde a agressividade vem como forma de combate, e não como maneira de controle.

Esse grupo considerou também, ao abordarem a luta não violenta pelo feminismo, como a busca pelo equilíbrio entre as energias feminina e masculina. Para elas, estão presentes em cada pessoa elementos do feminino como a tendência ao acolhimento emocional e masculino como a objetividade e firmeza. Nessa lógica, a ausência de consciência pessoal sobre a possibilidade de acessar as duas energias causa desequilíbrio e adoecimento, pelas mulheres representado pela submissão, e pelos homens, pela dificuldade em identificar e lidar com o sofrimento. Esse aspecto é observado por elas ao trazerem suas experiências enquanto psicólogas clínicas e constarem a quantidade de mulheres em atendimento psicológico e o baixo número de homens que buscam e permanecem em acompanhamento psicoterápico.

Suas vivências enquanto psicólogas foram divididas em dois momentos, representado no *mapa semiótico do grupo 1* com os temas *psicologia no consultório* e *teoria em psicologia*. Nesses dois temas, percebemos como as psicólogas relacionam o fato da profissão ser composta pela grande maioria de mulheres e, mesmo assim, ainda estabelecer a invisibilidade da produção acadêmica de mulheres e a dificuldade de respaldo no campo de atuação. Elas identificam a falta de epistemologia feminina, de teorias dentro da psicologia clínica que sejam feitas por mulheres para mulheres. Isso quer dizer que os fenômenos que perpassam a realidade

das mulheres, como violência de gênero e objetificação de seus corpos, são pouco abordados com consistência em teorias clássicas e, ainda sim, feitas por homens.

O corpo feminino foi citado pelas participantes do grupo 1 como um corpo público. Consideraram que o corpo é violado por regras sexistas de como deve ser apresentado e como as mulheres devem se vestir e se portar. Elas identificaram que existe uma constância no discurso disciplinarizador desde que são pequenas, reprimindo o conhecimento sobre os seus corpos. Nesse sentido, ao considerarem a educação familiar feita de forma matriarcal, relacionam como as próprias mulheres travestidas do machismo podem ser violentas e opressoras.

O grupo 2 estruturou a discussão em volta do entendimento que cada participante tem sobre o seu corpo. Elas apontaram para como simbolicamente o corpo feminino traz em si marcas, seja pela ausência de controle sobre ele ou pela representação da resistência política.

As participantes desse grupo se questionam sobre a finalidade dos corpos femininos. Para elas, o corpo da mulher é constantemente sexualizado por intermédio da pressão estética que sofrem sobre qual aparência o corpo deve ter e de que forma seu desempenho é mais adequado. Sobre isso, elas levantam a quantidade de regras que os pelos de seus corpos devem ser enquadrados, seja na retirada deles ou no tamanho. Afirmam que o corpo da mulher não pertence a ela mesma e, como exemplo, indicam a maternidade e o sexo. Esse entendimento se relaciona com o posicionamento de Sayão (2010) sobre a construção do papel social da mulher, caracterizado pela maternidade e submissão.

Em virtude da ausência de controle sobre seus corpos, as participantes percebem que o corpo feminino é visto como uma máquina que deve atender aos padrões regidos pelo sistema machista. Para elas, a maternidade é uma representação simbólica do estereótipo patriarcal da mulher que acolhe e que vive sua vida para educar seus filhos. Identificam essa visão sobre a maternidade como uma forma violenta de controle de seus corpos e de seus quereres. As

participantes P7 e P5 compartilharam situações nas quais foram impedidas de tomarem decisões sobre o uso do contraceptivo DIU e indicadas para uma histerectomia ambas por motivos de idade. Nesse sentido, as participantes consideram que, ao tomarem o controle de seus corpos, quando as mulheres puderem decidir legalmente sobre o aborto e quando as decisões forem apenas delas e não dos homens – na figura de maridos, pais, médicos, políticos –, elas poderão gozar da liberdade dos seus corpos e terão mais poder de embate sob o discurso e pressão implicado pelo machismo.

O movimento feminista estabelece a reflexão sobre os padrões normativos e hegemônicos (Pinto, 2010). O machismo, de acordo com essas participantes, apresenta-se como a manutenção de opressões de gênero e desigualdades de oportunidades das mulheres em relação aos homens. A crítica feita por elas sobre o sistema patriarcal e machista indica as hierarquias de poder (Foucault, 1999). Para elas, essa hierarquia se relaciona com a invisibilidade da realidade das mulheres e a deslegitimação de suas vontades. A obrigatoriedade em serem mães, a impossibilidade de decidirem sobre engravidar e o silenciamento sobre suas vontades são aspectos que fortalecem e mantem o machismo.

Ao abordarem a corporeidade e as opressões designada aos corpos femininos, as participantes do grupo 2 relacionam a interseccionalidade entre as opressões de gênero, classe e raça (Davis, 2016; Ribeiro, 2018; Conceição, 2021). Segundo Davis (2016), o movimento feminista deve ser estabelecido dentro da discussão crítica sobre as diferentes opressões vivenciadas pelas mulheres e imposta nas relações de poder. A liberdade, apresentada pelo poder de escolha e decisão sobre os seus corpos e a força na união de mulheres, foi colocada por elas como a oportunidade de retomarem ao controle de seus corpos e, assim, de suas vidas. Nesse sentido, relacionam a liberdade com a importância do conhecimento sobre o feminismo. Elas acreditam que o movimento feminista muitas vezes é mal interpretado, o que gera confusão sobre a pauta feminista de libertação das mulheres do sistema machista e patriarcal.

Percebemos que as falas das participantes foram fortemente marcadas pela identificação da presença de opressões aos corpos femininos. Elas consideraram que o patriarcado provoca e mantém as opressões, apresentando-se de três maneiras: (1) por meio de assédio e descredibilidade da fala da mulher; (2) como violência e intimidação sob a mulher; e (3) pelo controle de seus corpos no que diz respeito sobre a objetificação e expectativas quanto à maternidade. As participantes relatam que o poder do patriarcado é simbólico e cultural e, dessa forma, pode-se apresentar de maneira sutil, possibilitando que a situação de violência seja interpretada como algo rotineiro e sem importância.

As participantes se posicionaram sobre as opressões raciais no Brasil e criticaram a ausência de posicionamento crítico racial na atuação da psicologia clínica. O subtema *cor da pele* levanta exatamente essa questão, anteriormente citada, quando as participantes identificam as diferenças nas pautas de luta entre o feminismo branco e o feminismo negro. Para elas, é fundamental o reconhecimento de que não existe a universalização da mulher, de que é necessária a representatividade da mulher negra; e as diferenças na realidade de cada mulher são pontos fundamentais de união no movimento feminista como um todo. Nessa lógica, para as participantes, é necessário que o profissional de psicologia esteja atualizado e embasado cientificamente para que haja acolhimento e eficácia nos atendimentos clínicos. Ao avaliarem essa questão, definem três aspectos importantes: (1) a psicóloga deve compreender a urgência em aprofundar seus estudos e não compactuar com o senso comum, (2) seu posicionamento e abordagem profissional não devem estar pautados em suas experiências pessoais – é indispensável que se aprofunde cientificamente em suas atuações –, e (3) a postura da psicóloga deve estar em consonância com a defesa dos direitos humanos – preservando as diversas existências humanas.

As participantes, ao apontarem a necessidade de dirimir as opressões vivenciadas pelas mulheres, indicam, no tema *psicologia*, as estratégias e dificuldades sobre como a profissão

pode ser um agente de mudança. Para elas, ao pensarem sobre a psicologia, utilizam a divisão: período de formação, entendimento sobre o cenário profissional, e experiências dentro do consultório. Essa divisão foi a maneira como as participantes vincularam, de forma coesa, os dilemas em relação à grade curricular não abordar temas como questão de gênero, preconceito racial e as problemáticas na execução da profissão de psicologia – o quanto o psicólogo está preparado e embasado para lidar com a realidade e sofrimento do paciente. Para elas, a formação em psicologia se apresenta incompleta, não abordando em totalidade as questões sociais e políticas enfrentadas pelas mulheres no Brasil. Elas percebem, inclusive, a dificuldade curricular na formação em contemplar as opressões sociais e de fomentar a discussão crítica nos estudantes de psicologia.

Para as participantes do grupo 2, ao reconhecem que a psicologia se estrutura enquanto ciência com a sensibilidade em relação à subjetividade humana, percebem que a limitação curricular pode influenciar na performance do profissional e, nesse sentido, o psicólogo pode ter dificuldades para intervir e acabar sendo protagonista de discursos machistas e preconceituosos. Para elas, é fundamental que haja posicionamento político em suas atuações enquanto psicólogas clínicas. A ausência desse posicionamento por parte do profissional de psicologia contribui para a manutenção do sofrimento do paciente e acaba desconsiderando os aspectos subjetivos e sociais da demanda.

Outro aspecto colocado por essas participantes é a questão fundamental sobre o comprometimento profissional guiado pelo Código de Ética, possibilitando que os atendimentos clínicos preservem os direitos humanos e, dessa forma, a diversidade na existência e a necessidade de posicionamento crítico e político do profissional. Para elas, suas ações enquanto psicólogas não podem ser conduzidas sobre uma neutralidade ou imparcialidade. A ação enquanto psicólogas é política e deve, na relação com o paciente, expressar acolhimento e identificação na relação terapêutica.

A análise dos dois grupos fortalece a percepção da alteridade e do cronotopo (Bakhtin, 2018). As falas construídas pelas participantes estão diretamente relacionadas à linguagem (Vigotski, 2001; Bakhtin, 2010) e à criação de significado (Bruner, 1996). É interessante notar que cada grupo construiu o significado daquela interação, ou seja, naquele momento em que estavam juntas. Essa constatação foi percebida considerando os pressupostos teóricos e pela escolha de desenvolver dois grupos focais.

Embora cada grupo tenha constituído, dentro da interação dialógica, significados próprios daquele momento em grupo, observamos que existem coesão entre as falas das participantes quando criamos um panorama comparativo entre os grupos. Para todas as participantes, a psicologia pode se apresentar como um potente agente transformador, agindo de forma a constituir profissionais que estejam aliados à defesa dos direitos humanos, à liberdade e à diversidade. Em ambos os grupos, ficou marcada a força da coletividade como estratégia de enfrentamento junto ao sistema machista e patriarcal. Elas consideraram que o conhecimento sobre o feminismo e a organização coletiva de mulheres são potentes e podem ser fortes aliados de luta contra o discurso opressor em relação a suas existências enquanto mulheres, tanto sobre os comportamentos esperados quanto a manutenção do estereótipo de mulher doce e objetificada.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS E IMPLICAÇÕES DO ESTUDO

Neste estudo, observamos que a pesquisa de campo, que contou com a participação de nove psicólogas, evidenciou a relação entre o movimento feminista e a vivência de cada participante sobre o que é o ser mulher, seu entendimento quanto ao feminismo e suas atuações como psicólogas clínicas. Observamos a forma como a interação entre elas proporcionou a criação de significados sobre o exercício da psicologia enquanto ciência e profissão, além do questionamento em relação às pressões vividas por elas no sistema machista e a maneira como entendem que o feminismo pode ser uma estratégia de combate ao discurso patriarcal e sexista.

O uso do produto cultural – documentário *Corpo Manifesto* (2016) – como mediador dos grupos focais colaborou para que as participantes pudessem refletir sobre as temáticas desenvolvidas pelo curta, ao mesmo tempo que ampliou o contato da pesquisadora com as relações de significado que foi construído em cada grupo no processo de interação. Por intermédio do documentário, as psicólogas questionaram o estereótipo de docilidade, a obrigatoriedade da maternidade, a função de seus corpos e as diferenças geracionais no entendimento do papel social da mulher.

Em relação a psicologia, as psicólogas caracterizaram como a formação pode ser incompleta, não abordando de forma substancial as opressões de gênero e raça. Considerando suas experiências enquanto psicólogas clínicas, levantaram questões importantes em relação à formação e à execução da profissão: (1) o despreparo do profissional pode ser uma possibilidade de manutenção do senso comum; (2) a ausência de uma epistemologia feminina, feita por mulheres e destinada para a realidade das mulheres, (3) a invisibilidade de mulheres na produção de teorias clássicas e a permanência e preferência dessas teorias como referencial

teórico; e (4) a crítica sobre a neutralidade dentro da psicologia clínica e o papel político do psicólogo.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a construção das narrativas das psicólogas clínicas acerca de suas percepções entre o ativismo feminista, o exercício da profissão e o contexto político. Acreditamos que a escolha pelas entrevistas individuais e grupos focais, a construção dos mapas semióticos e o desenvolvimento da análise temática dialógica possibilitou que a pesquisadora pudesse entrar em contato com a compreensão das psicólogas sobre como o movimento feminista pode ser uma importante estratégia de embate contra o machismo, favorecendo a união feminina e fortalecendo o discurso anti-hegemônico.

Os objetivos específicos estabelecidos nesta pesquisa foram: (1) identificar os possíveis dilemas vivenciados pelas psicólogas no exercício da profissão no contexto clínico em relação aos aspectos políticos e às questões de gênero; (2) caracterizar a prática psicológica clínica em relação ao ativismo político feminista; e (3) descrever os fatores que podem estar relacionados ao impacto do Código de Ética Profissional do Psicólogo no exercício da profissão acerca do ativismo feminista e ao entendimento do contexto político das psicólogas no ambiente clínico. Identificamos que os objetivos específicos, conforme haviam sido estabelecidos, contribuíram no decorrer da pesquisa com o cuidado, detalhamento e refinamento na construção e análise das informações.

Nesse sentido, ao considerarmos os objetivos específicos, as psicólogas apontam para a limitação curricular na formação, implicando a ausência de aprofundamento teórico sobre temas como maternidade, aborto, desigualdade racial, diferenças de gênero e sexualidade. A ausência de uma epistemologia feita por mulheres que ampare a realidade social, histórica e biológica da mulher foi um aspecto abordado pelas participantes e está vinculado à maneira como elas percebem a formação e exercício profissional. Identificar a ausência de protagonismo feminino em uma profissão composta pela maioria de mulheres é retificar a força

do sistema machista sobre a opressão feminina. Para as participantes, o posicionamento enquanto psicólogas deve ser político, possibilitando uma ação engajada contra o discurso machista e a instabilidade da democracia – sistema que preconiza a igualdade de direitos.

As participantes questionam a presença de neutralidade em suas ações enquanto psicólogas. Identificam que a relação terapêutica acontece sob o viés da confiança e intimidade, necessitando de uma aproximação com o paciente e distanciando o papel estereotipado da profissão. A utilização do Código de Ética Profissional norteia a ação profissional e estabelece a importância de que o psicólogo esteja comprometido com o embasamento teórico, a defesa da diversidade de existências humanas e a não neutralidade em relação à manutenção de opressões e violências.

O desenvolvimento teórico, da forma como foi apresentado, auxiliou nos processos de construção e análise das informações. Os mapas semióticos foram desenvolvidos sob a luz das teorias selecionadas e, fundamentalmente, sobre a Psicologia Cultural e Sócio-histórica. A mediação de signos (Vigotski, 2001), os processos simbólicos-emocionais (Martins, 2015), a atividade humana (Leontiev, 1978) e a característica dialógica e dialética da construção dos signos (Bakhtin, 2016) foram norteadores do entendimento da pesquisadora sobre a composição dos mapas semiótico e sobre a análise por intermédio deles.

A presença de temas e subtemas na composição de cada mapa semiótico permitiu que a criação estética dos mapas demonstrasse como a construção de significado é arraigada ao contexto histórico e cultural (Vigostki, 2001) e também como a linguagem se constitui de diferentes formas, cognição e estruturas da consciência e do conhecimento (Volochnov, 2017). Nesse sentido, os grupos apresentaram representações distintas em relação à temática desta pesquisa. Para o grupo 1, a centralidade da discussão foi a maneira como elas entendem a realidade da mulher na contemporaneidade e como elas correlacionam historicamente as diferenças entre as gerações e a maneira como socialmente o discurso machista é mantido. O

grupo 2 atribui a centralidade no corpo, considerando que o corpo feminino simbolicamente está atrelado a opressões de gênero. Para esse grupo, os comportamentos das mulheres são guiados por regras sexistas que as sexualizam e as objetificam.

Este trabalho aponta para a necessidade de continuidade de pesquisas acadêmicas sobre a relação entre o feminismo, o desenvolvimento da Psicologia e o contexto político – histórico e atual. Acreditamos que a Psicologia tem forte influência sobre as questões políticas e sociais e, com isso, é indispensável que mais pesquisas sejam feitas sobre essa temática. Compreendemos que os objetivos foram alcançados e, por isso, identificamos a necessidade de aprofundamento sobre as questões de gênero, raça e educação.

Concluimos que as implicações desta pesquisa auxiliam no entendimento sobre a cultura, a Psicologia e a importância pelo engajamento da profissão nas questões que envolvem gênero e política. Percebemos que a percepção das participantes sobre a necessidade de ampliação e aprofundamento na grade curricular do curso de psicologia aponta para a continuação de trabalhos acadêmicos que abordem o cenário da formação. A crítica sobre a manutenção do senso comum por parte dos psicólogos provoca a continuação de pesquisas que possam contribuir com o papel político da profissão. Por fim, compreendemos que esta pesquisa explorou como o feminismo pode contribuir na luta por igualdade e liberdade.

REFERÊNCIAS

- Adrião, K., Toneli, M., & Maluf, S. (2011). O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: Reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. *Estudos Feministas*, 19(3), 661-681.
- Ahmed, S. (2006). *Queer phenomenology: Orientations, objects and others*. Duke University Press.
- Albuja, P. (2015). Tramoyas, personajes y tramas de la actuación psicológica em la violencia de género em Quito. *Universitas Psychologica*, 14(5), 1569-1582.
- Alves, I. (2017). Os movimentos feministas e comunista no Brasil: História, memória e política. *Tempos Históricos*, 21(2), 107-140.
- Amorim, M. (2018). Cronotopo e exotopia. In B. Brait (Org.). *Bakhtin: Outros conceitos-chave*. Contexto.
- Arendt, H. (2018). *O que é política?* (12ª ed.). Bertrand.
- Bakhtin, M. (2010). *Para uma filosofia do ato responsável*. Pedro e João Editores.
- Bakhtin, M. (2016). *Os gêneros do discurso*. Editora 34.
- Bakhtin, M. (2018). *Teoria do romance II – As formas do tempo e do cronotopo*. Editora 34.
- Barbadillo, G., & Falguera Ríos, M. (2019). “Es una maternidad que hay que reinventar”: Madres lesbianas, técnicas de reproducción asistida y retos a los que se enfrentan. *Política y Sociedad*, 56(2), 361-380.
- Beauvoir, S. (1970). *O Segundo Sexo*. Difusão Europeia do Livro.
- Benjamin, W. (1985). O Narrador. In W. Benjamin, *Magia e Técnica Arte e política* (Obras escolhidas v. 1, Sérgio Paulo Rouanet, trad.). Brasiliense.
- Bezerra, P. (2018). Polifonia. In B. Brait (Org.). *Bakhtin: Conceitos-chave*. Contexto.

- Borges, F., Versuti, A., & Piovesan, A. (2012). Lorqueando: A literatura como vivência estética de si e do outro na educação a distância. *Revista Contraponto – Eletrônica*, 12(3), 341-349.
- Bortolanza, A. M., & Ringel, F. (2016). Vygotsky e as origens da teoria Histórico-Cultural: Estudo teórico. *Educativa*, 19(1), 1020-1042.
- Brickell, K., & Cuomo, D. (2019). Feminist geolegality. *Progress in Human Geography*, 43(1), 104-122.
- Branco, J., & Rocha, L. (2018). A dimensão política da linguagem na perspectiva de Hannah Arendt. *Revista de Filosofia*, 17(1), 218-239.
- Bruner, J. (1996). *The culture of education*. Harvard University Press.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2014). Gender Regulations. *Caderno Pagu*, 42, 249-274.
- Butler, J. (2017). *Cuerpos aliados y lucha política*. Editorial Planeta Colombiana S.A.
- Cáceres, J. (2018). *La revuelta feminista: de la lucha de las mujeres a la lucha por una nueva sociedad*. LOM Ediciones.
- Capizzo, L. (2018). Reimagining dialogue in public relations: Bakhtin and open dialogue in the public sphere. *Public Relations Review*, 44, 523-532.
- Cardoso, C. (2014). Amefricanizando o feminismo: O pensamento de Léia Gonzalez. *Estudos Feministas*, 22(3), 965-986.
- Castelar, A., & Lozano García, J. (2018). Reconocimiento de la diversidad sexual em la escuela: Algunas paradojas. *Revista CS*, 25, 51-79.
- Cavalcanti, T., Santos, A., Moura, C., & Moura, D. (2019). “Eu sou Barbie e eu sou bruta”; O empoderamento no ciclismo. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), 1-14.

- Cenci, A., & Damiani, M. (2017). Desenvolvimento da Teoria Histórico-Cultural da Atividade em três gerações: Vygotsky, Leontiev e Engeström. *Roteiro*, 43(3), 919-948.
- CFP, (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. Conselho Federal de Psicologia.
- CFP, (2013). Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e trabalho. Conselho Federal de Psicologia.
- Coenga-Oliveira (2011). "Se fosse normal Deus teria criado Adão e Ivo!": A homofobia e a produção e regulação do sexo / gênero [Dissertação de mestrado não publicada, Universidade de Brasília].
- Collins, P., & Bilge, S. (2020). *Intersectionality*. Polity Press.
- Conceição, I. (2021). O que é necessário para que a interseccionalidade possa vir a ser? *Revista Estudos Feministas*, 29(2), 1-5.
- Cowan, B. (2017). How Machismo Got Its Spurs – in English: Social Science, Cold War Imperialism, and the Ethnicization of Hypermasculinity. *Latin American Studies Association*, 52(4), 606-622.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- Dias, F. L., & Villarta-Neder, M. A. (2018). Vozes da mídia, vozes na mídia: Uma análise a partir do conceito de polifonia em Mikhail Bakhtin. *Revista Crátulo*, 11(1), 129-144.
- Diuana, V., Marilena, C., & Ventura, M. (2017). Mulheres nas prisões brasileiras: Tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 27(3), 727-747.
- Elden, S. (2021). *The early Foucault*. British Library.
- Estevan-Reina, L., Lemus, S., & Megías, J. (2020). Feminist or Paternalistic: Understanding men's motivations to confront sexism. *Frontiers in Psychology*, 10, 1-15.
- Faraco, C. A. (2011). Aspectos do pensamento estético de Bakhtin e seus pares. *Letras de Hoje*, 46(1), 21-26.

- Fávero, M., & Maracci, I. (2016). A interlocução de Narrativas: Um estudo sobre papéis de gênero. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 32(2), 1-13.
- Figueiredo, E. (2018). Desfazendo o gênero: A Teoria Queer de Judith Butler. *Criação & Crítica*, 20, 40-55.
- Firmino, F., & Porchat, P. (2017). Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: Apontamentos a partir de Problemas de Gênero. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 19(1), 51-61.
- Florencio, A. M. (2002). O enunciado e a polifonia em Bakhtin. *Leitura – Discurso*, 30, 237-253.
- Fochi, G., & Zirbel, I. (2020). Patriarcado e sujeição das mulheres. *Revista Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania*, 4(6), 56-74.
- Foucault, M. (2006). *A hermenêutica do sujeito* (2.^a ed., Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail, trads.). Martins Fontes.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Paz & Terra.
- Foucault, M. (1984). *História da Sexualidade O Uso dos Prazeres* (v. 2). Graal.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (20.^a ed., Raquel Ramallete, trad.). Vozes.
- Fraccaro, G. (2018). Uma história social do feminismo: Diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). *Estudos Históricos*, 31(63), 7-26.
- Furtado, R. (2013). Por um governo de si mesmo: Michel Foucault e a estética da existência. *Paralaxe*, 1(1), 51-57.
- Garcia, C. (2015). *Breve história do feminismo*. Claridade.
- García, J. (2006). Identidad y alteridad en Bajtín. *Acta Poetica*, 27(1), 45-61.
- Gatti, A., Witter, C., Gil, C., & Vitorino, S. (2015). Pesquisa qualitativa: Grupo focal e intervenções psicológicas com idosos. *Psicologia ciência e Profissão*, 35(3), 1-15.

- Graça, R. (2016). Performatividade e política em Judith Butler: Corpo, linguagem e reivindicação de direitos. *Perspectiva Filosófica*, 43(1), 21-38.
- Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas*. LTC.
- Gomes, R., Lopes, P. H., Gesser, M., & Toneli, M. J. (2019). Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. *Revista Estudos Feministas*, 27(1), 1-14.
- Gómez, L. (2010). *El mito del varón sustentador: Orígenes y consecuencias de la división sexual del trabajo*. Içaria.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afrolatino-americano*. Zahar.
- Hirata, H. (2018). Gênero, patriarcado, trabalho e classe. *Trabalho Necessário*, 16(29), 14-27.
- hooks, b. (2014). *Feminism is for everybody*. Routledge.
- Hur, D., & Sabucedo, J.M. (2018). Psicología y política en Brasil: ¿Psicología politizada o Psicología política? *Revista de Investigación Psicológica*, 19, 159-179.
- Jahoda, G. (2012). Critical reflections on some recent definitions of “culture”. *Culture & Psychology*, 18(3), 289-303.
- Johanson, I. (2020). De objeto a sujeito: Uma contribuição feminista à história e à filosofia. *Estudos Feministas*, 28(1), 1-11.
- Kilomba, G. (2008). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Leal, H. (2020). Feminismo negro. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: *Mulheres na Filosofia*, 6(3), 16-33.
- Leontiev, A. (1978). Atividade, consciência e personalidade. *The Marxism Internet Archive*.
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000004.pdf>
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo decolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935-952.
- Machado, M. (2018). O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Estudos Feministas*, 26(2), 1-18.
- Marchezan, R. (2018). Diálogo. In B. Brait (Org.). *Bakhtin: Outros conceitos-chave*. Contexto.

- Marková, I., & Jahoda, A. (2018). Across culture, mind and history. *Culture and Psychology*, 24(2), 265-281.
- Martins, L. (2015). *Implicações da subjetividade social da escola na institucionalização de Políticas Públicas no Ensino Fundamental*. [Tese de doutorado não publicada, Universidade de Brasília].
- Matos, M. (2010). Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 67-92.
- Melo, A. (2021). Judith Butler e a “questão do sujeito” no feminismo. *Pólemos*, 10(19), 237-257.
- Miguel, L. (2005). Deliberacionismo e os limites da crítica: Uma resposta. *Opinião Pública*, 20(1), 118-131.
- Miguel, L., & Biroli, F. (2014). *Feminismo e política*. Boitempo.
- Miotello, V. (2018). *Bakhtin e o lugar da linguagem na Psicologia*. Pedro & João Editores.
- Molon, S. (2017). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Vozes.
- Monher, D., Liberati, A., & Altmand, D. G. (2015). Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: A recomendação Prisma. *Epidemiologia Serviço Saúde*, 24 (2), 335-342.
- Moreira, J. (2019). O inconsciente e a política: Entre a estrangeiridade e a extimidade. *Analytica*, 8(14), 1-18.
- Patang, H., et al (2020). Promoting autonomous language learners through Lesson Study Program: Vigotsky’s social constructivism perspective. *ELS Journal on Interdisciplinary Studies on Humanities*, 3(4), 572-581.
- Perez, O., & Ricodeli, A. (2019). A quarta onda feminista: Interseccional, digital e coletiva. *X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP): Associação Latino-Americana de Ciência Política*.

- Pino, A. (2005). As marcas do humano: Às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski. Cortez.
- Pinto, C. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15-23.
- Prins, B., & Meijer, I. (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos Feministas*, 10(1), 155-167.
- Pizzinato, A. (2010). Psicología cultural. Contribuciones teóricas y fundamentos epistemológicos de las aportaciones de Vygotsky hacia la discusión lingüística de Bakhtin. *Universitas Psychologica*, 9(1), 225-261.
- Rafferty, Y (2013). International dimensions of discrimination and violence against girls: A human rights perspective. *Journal of International Women's Studies*, 14(1), 1-23.
- Ribeiro, D. (2016). Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *Revista Internacional de Direitos Humanos – SUR*, 13(24), 99-104.
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Companhia das Letras.
- Rodrigues, B., Morganti, J., & Silva, A. C. (2020). A culpa na política brasileira atual: O que nos ensinam Freud e Hannah Arendt? *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 594-612.
- Rocha, F. (2017). *A quarta onda do movimento feminista*. (Dissertação de mestrado não publicada, Universidade do Vale dos Sinos).
- Saldanha, M., & Nardi, H. (2016). Uma Psicologia feminista brasileira? Sobre destaque, apagamento e posição periférica. *Psicologia Política*, 16(35), 35-52.
- Santos, L., Carvalho, A., Amaral, J., Borges, L., & Mayorga, C. (2016). Gênero, feminismo e Psicologia Social no Brasil: Análise da revista *Psicologia & Sociedade* (1996-2010). *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 589-603.
- Sayão, D. (2010). Não basta ser mulher... Não basta gostar de crianças... “Cuidado / educação” como princípio indissociável na Educação Infantil. *Revista Educação*, 35(1), 69-84.

- Segato, R. (2019). *¡Ningún patriarcado hará la revolución!: Reflexiones sobre las relaciones entre capitalismo y patriarcado*. In K. Gabbert, & M. Lang (Orgs.). *¿Cómo se sostiene la vida em América Latina? Feminismos y re-existencias en tiempos de oscuridad*. Abya-Yala.
- Sell, M. (2012). “Minha mãe ficou amarga”: Expectativas de performances de maternidade negociadas na fala-em-interação. *Revista Estudos Feministas*, 20(1), 153-172.
- Serpa, M., & Felipe, J. (2019). O conceito de exploração sexual e seus tensionamentos: Para além da dicotomia vitimização-exploração. *Revista Estudos Feministas*, 27(1), 1-14.
- Silva, C. & Borges, F. (2017). Análise Temática Dialógica como método de análise de dados verbais em pesquisas qualitativas. *Linhas Críticas*, 23(51), 245-267.
- Silva, R. (2009). Linguagem e ideologia: Embates teóricos. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, 9(1), 157-180.
- Souza Santos, B. (2009). *Epistemologias do Sul*. Cortez.
- Stella, P. (2018). Palavra. In B. Brait (Org.) *Bakhtin: Conceitos-chave*. Contexto.
- Tavares, S., & Rosa, C. (2019). Identidade dialógica, alteridade e afetividade. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 35, 1-6.
- Teixeira, F. (2012). Histórias que não têm era uma vez: As (in)certezas da transexualidade. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 501-512.
- Tiburi, M. (2018). *Feminismo em comum: Para todas, todes e todos*. Rosa dos Tempos.
- Timm, F., Pereira, O., & Gontijo, D. (2011). Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: Em defesa de uma clínica política. *Psicologia Política*, 11(22), 247-259.
- Urratia, V., Faúndez, O., & Contreras, C. (2017). Negociaciones em família: Género, trabajo y cuidado em Chile. *Revista Estudos Feministas*, 25(2), 661-682.
- Valsiner, J. (2016). *Fundamentos da Psicologia Cultural: Mundos da mente, Mundos da vida*. Saraiva.

- Vigotski, L. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem* (P. Bezerra, Trad.). Martins Fontes.
- Voloshinov, V. (2017). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Editora 34.
- Yadav, Y. (2021). Gender trouble: An existentialist approach. *George Washington International Law Review*, 7(1), 588-592.
- Zambelli dos Reis, A. P., & Gomes, C. A. (2011). Práticas pedagógicas reprodutoras de desigualdades: A sub-representação de meninas entre alunos superdotados. *Revista Estudos Feministas*, 19(2), 503-519.
- Zittoun, T., & Gillespie, A. (2015). Internalization: How culture becomes mind. *Culture & Psychology*, 21(4), 477-491.
- Zittoun, T., Mirza, N., & Perret-Clermont, A.N. (2007). Quando a cultural é considerada nas pesquisas em psicologia do desenvolvimento. *Educar*, 30, 65-76.

ANEXO 1 – APROVAÇÃO DO PROJETO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA


Andressa Queiroz Fernandes - Pesquisador V3.2
Sua sessão expira em: 39min 02


Cadastros

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Ativismo feminista e aspectos políticos na constituição identitária de psicólogas
Pesquisador Responsável: Andressa Queiroz Fernandes
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 40959820.6.0000.5540
Submetido em: 11/12/2020
Instituição Proponente: Instituto de Psicologia -UNB
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio







Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1671432

- DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- ↳ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 1
 - ↳ Pendência Documental (PO) - Versão 1
 - ↳ Documentos do Projeto
 - ↳ Comprovante de Recepção - Submissã
 - ↳ Cronograma - Submissão 2
 - ↳ Folha de Rosto - Submissão 2
 - ↳ Informações Básicas do Projeto - Subm
 - ↳ Orçamento - Submissão 2
 - ↳ Outros - Submissão 2
 - ↳ Projeto Detalhado / Brochura Investigac
 - ↳ TCLE / Termos de Assentimento / Justifi
 - ↳ Apreciação 2 - Instituto de Ciências Human
 - ↳ Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações

- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação	Pesquisador Responsável	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord.	Ações
PO	Andressa Queiroz Fernandes	1	11/12/2020	03/03/2021	Aprovado	Não	   

ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Ativismo feminista e aspectos políticos na constituição identitária de psicólogas”, de responsabilidade de Andressa Queiroz Fernandes, estudante de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar a construção da identidade de psicólogas clínicas acerca de suas percepções sobre a relação entre o ativismo feminista, o exercício da profissão e o contexto político. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas narrativas e entrevistas narrativas mediadas por um curta-metragem em encontros, previamente marcados de acordo com sua disponibilidade, pela plataforma Zoom. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco. Caso ocorra algum desconforto no momento da entrevista, pelo fato de entrar em contato com questões pessoais e subjetivas, a pesquisadora responsável tomará todas as medidas necessárias para preservar suas condições física, psicológica e social e oferecerão assistência caso ocorra algum dano.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para os avanços nos estudos sobre o panorama do exercício da psicologia, das ações e dilemas associados as questões políticas e de gênero. Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício.

Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 98175-4450 ou pelo e-mail desaqf@gmail.com

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de um encontro on-line a ser agendado para essa devolutiva, caso o participante deseje, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília.

As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, ____ de _____ de _____